

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

A CONCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE A EXTENSÃO
NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA:
UM ESTUDO NA UFAC

JOSE MACEDO BEZERRA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE



0.223.237-4

UFSC-BU

MAIO / 1984

FICHA CATALOGRÁFICA

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

B574_c

Bezerra, José Macêdo

A concepção de docentes sobre a extensão na universidade brasileira : um estudo na UFAc/José Macêdo Bezerra. — Florianópolis: UFSC, 1984.
187p.

Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação.

1. Extensão universitária: Universidade Federal do Acre. I. Título.

CDU: 378.4(811.2UFAc).068

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO (CDU)

1. Extensão universitária: Universidade Federal do Acre
378.4(811.2UFAc).068
2. Universidade Federal do Acre: Extensão Universitária
378.4(811.2UFAc).068

A CONCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM ESTUDO NA UFAC

JOSÉ MACEDO BEZERRA

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (Área de Concentração: Administração Universitária), e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.




Prof. Antonio Niccoló Grillo
COORDENADOR

Apresentado à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



Prof. Antonio Niccoló Grillo, Dr



Prof. Victor Meyer Júnior, Dr



Prof. Nelson Colossi, Mestre

À minha esposa Dorinha e ao meu filho Samuel, pelo carinho, compreensão e perseverança compartilhados durante o curso e a elaboração do presente trabalho. Aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos os que, por alguma forma, colaboraram para que fosse possível a realização deste trabalho. Em especial, manifesto meu agradecimento: À Universidade Federal do Acre, na pessoa de seus Magníficos Reitores, professores Áulio Gêlio Alves de Souza e Omar Sabino de Paula; À Universidade Federal de Santa Catarina, através do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração: Administração Universitária; Ao Prof. Antônio Niccolò Grillo, Orientador deste trabalho e Coordenador do curso.

Ao Prof. Nelson Colossi, professor do curso e co-orientador do trabalho. Ao colega Francisco Bernardino Neto, pela colaboração prestada à elaboração do presente estudo.

Ao amigo Paulo Felipe Barbosa, gratidão especial ' pelo incentivo permanente à realização do trabalho. À Profª Maria Terezinha Pereira e Silva, pelo valioso aconselhamento, que deu ao trabalho uma nova dimensão.

À Coordenação do Curso, seus professores e funcionários. Aos meus colegas, com quem muito aprendi e pela cordialidade com que me trataram. Finalmente, desejo expressar meus agradecimentos a quantos contribuíram para este empreendimento e cujos nomes, por lapso, tenham sido omitidos.

APRESENTAÇÃO

Pouco mais de 15 anos separam o presente momento do início da vida legal da Extensão Universitária, no Brasil. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, foi a sua porta de entrada na prática educacional brasileira.

Todavia, talvez por ter sido mais uma estratégia importada, até hoje pesam sobre ela as mais intrincadas dúvidas, sobre conceito, natureza, finalidade, procedimentos, enfim sobre a sua operacionalização.

Os efeitos negativos da cópia, em que, pelo desconhecimento das funções dos componentes torna difícil a aplicação da proposta nos casos concretos, parecem ter sido apontados como causas de sua aparência de corpo estranho na vida universitária. Tal fenômeno tem motivado acentuada angústia dos administradores na busca de um espaço para sua incorporação às já tradicionais atividades acadêmicas.

Nem mesmo o MEC parecia possuir opinião pacífica sobre o assunto, prova do que foi a pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia, a seu pedido, do que resultou o trabalho "Avaliação da Implantação da Reforma Universitária: universidades federais" (1975, p. 517), de onde se podem retirar algumas afirmações sobre o tema extensão universitária: "Nas atividades de extensão deixa de haver, muitas vezes, uma integração funcional e não se acham obrigatoriamente vinculadas por lei, especificamente, a nenhum dos órgãos que compõem a estrutura universitária". Prosseguindo, o documento revela, ainda, que grande parte das dificuldades que enfrenta a função-extensão, para se afirmar e integrar no seio das atividades universitárias, decorre do fato "de não ser esta, propriamente, uma terceira função da universida

de, que participe da mesma natureza e do mesmo nível conceitual do ensino e da pesquisa, seria ela talvez, antes, uma das formas de exercício das funções puras: ensino e pesquisa".

Em nível nacional, seria esse o pano de fundo das dúvidas e incertezas onde se reflete a extensão universitária. E, no Acre, qual o nível da incidência dessas inseguranças, no seio do corpo docente universitário ?. A resposta a essa indagação, pretendeu-se dar com a pesquisa que ora integra o presente trabalho.

LISTA DOS QUADROS

QUADRO 01 - EXPLICITAÇÃO DO NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE AS ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELO INSTRUMENTO DE COLETA D DADOS E O REFERENCIAL TEÓRICO..	67
QUADRO 02 - SINOPSE DOS INDICADORES QUE REVELARAM MAIOR FREQUÊNCIA - CARACTERIZAÇÃO DOS DOCENTES...	125
QUADRO 03 - SINOPSE DAS ALTERNATIVAS QUE REVELARAM MAIOR FREQUÊNCIA - CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UN <u>I</u> VERSITÁRIA.....	126
QUADRO 04 - SINOPSE DAS ALTERNATIVAS QUE REVELARAM MAIOR FREQUÊNCIA - PARTICIPAÇÃO EM/E CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	129

LISTA DAS TABELAS

TABELA 01 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO A ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	132
TABELA 02 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO O NÍVEL DE FORMAÇÃO (TITULAÇÃO)..	132
TABELA 03 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO O DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE.	133
TABELA 04 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO A CATEGORIA FUNCIONAL.....	133
TABELA 05 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO.....	134
TABELA 06 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO.....	134
TABELA 07 - CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, SEGUNDO A CARGA-HORÁRIA DE DOCÊNCIA SEMANAL.....	135
TABELA 08 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE O CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	135
TABELA 09 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A NATUREZA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	136
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A FINALIDADE DA EXTENSÃO UNI	

VERSITÁRIA.....	136
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE COMO SE PROCESSA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	137
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A FORMA DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	137
TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A FORMA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	138
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A VINCULAÇÃO DO ESTÁGIO ÀS FUNÇÕES DE ENSINO E EXTENSÃO.....	138
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A FINALIDADE DO ESTÁGIO.....	139
TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO QUANTO À REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO....	139
TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO.....	140

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A SUA CONCEPÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO.....	140
TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SUA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO, ENTRE O PERÍODO DE JAN/81 A JUN/82.....	141
TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO OS TIPOS DE ATIVIDADES EM QUE PARTICIPOU, NO PERÍODO CITADO..	141
TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO SOBRE A EXISTÊNCIA DE ÓRGÃO COORDENADOR DE EXTENSÃO.....	142
TABELA 22 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SOBRE CONHECIMENTO DE PROGRAMAÇÃO GERAL DE EXTENSÃO NA IES.....	142
TABELA 23 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES AO PROGRAMA GERAL DE EXTENSÃO....	143
TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO SOBRE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE.....	143
TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO DO MÍNIMO DE DOIS PROJETOS, ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO.....	144
TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO	

	SOBRE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO, PELO DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE.....	144
TABELA 27	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO DOS TIPOS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO, DESEN- VOLVIDAS PELO SEU DEPARTAMENTO.....	145
TABELA 28	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE SEU DEPARTAMENTO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA IES.....	145
TABELA 29	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO, DE SEU DEPARTAMEN TO NO PROGRAMA GERAL DE EXTENSÃO.....	146
TABELA 30	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTENSIONISTAS, DESENVOLVIDAS NO CAMPUS AVANÇADO DE XAPURI..	146
TABELA 31	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O TIPO DE PARTICI PAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO CAMPUS A VANÇADO DE XAPURI.....	147
TABELA 32	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU CONHECIMENTO DE COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO NO DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE.....	147
TABELA 33	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO A EXIGÊNCIA DE ES- TÁGIO À(S) DISCIPLINA(S) QUE LECIONA NA INS- TITUIÇÃO.....	148
TABELA 34	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O TIPO DE ESTÁGIO	

	EXIGIDO PARA A(S) DISCIPLINA(S) QUE LECIONA.	148
TABELA 35	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SEU ENTENDIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A(S) DISCIPLINA(S) QUE LECIONA.....	149
TABELA 36	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SUA JUSTIFICATIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A(S) DISCIPLINA(S) QUE LECIONA NA INSTITUIÇÃO.....	149
TABELA 37	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SUA JUSTIFICATIVA A RESPEITO DA NÃO IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A(S) DISCIPLINA(S) QUE LECIONA.....	150
TABELA 38	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS PROFESSORES DA IES, SEGUNDO A ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	151
TABELA 39	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS PROFESSORES DA UFAC, SEGUNDO O NÍVEL DE FORMAÇÃO(TITULAÇÃO).....	152
TABELA 40	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS PROFESSORES DA UFAC, SEGUNDO O DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE.....	153
TABELA 41	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO SUA CATEGORIA FUNCIONAL.....	154
TABELA 42	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO.....	155
TABELA 43	- ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO.....	156

TABELA 44 - ESCORES DA CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE OS DOCENTES DA UFAC, SEGUNDO A CARGA-HORÁRIA DE DOCÊNCIA SEMANAL.....	157
---	-----

CSE
164

RESUMO

Baseando-se no referencial teórico pertinente, o presente trabalho pretendeu estudar a função-extensão na universidade brasileira e levantar informações sobre a temática na Universidade Federal do Acre. Os elementos norteadores da pesquisa disseram respeito a: caracterização dos sujeitos investigados (formação profissional, nível de formação, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho etc.); Concepção sobre Extensão Universitária (conceito, natureza, finalidade, processamento, forma de participação, forma de avaliação etc.); e Dados sobre atividades de extensão na instituição.

Os itens arrolados acima constituem questionamentos por cujo intermédio o estudo buscou verificar o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC sobre Extensão Universitária. Pretendeu, também, verificar a participação dos mesmos em atividades extensionistas, promovidas pela instituição no período compreendido entre jan/81 e jun/82.

A pesquisa atingiu 81% da população-alvo, constituída de professores que se encontravam desenvolvendo suas atividades de docência em Departamentos da UFAC, no período mencionado.

Para mensuração das variáveis, elaborou-se o instrumento de pesquisa constituído de questões do tipo aberto e fechado. Fez-se uso de procedimentos estatísticos descritivo e inferencial, em função dos objetivos do estudo. Especificamente, utilizaram-se distribuição de frequência, absoluta e relativa, e análise de variância.

Com a análise e discussão dos resultados oriundos da presente investigação, tornou-se possível em linhas gerais levantar algumas inferências sobre como os professores da institui

ção pesquisada concebem a extensão universitária. Genericamente, a concepção dos docentes da UFAC (média geral 64,81%) sobre conceito, natureza, finalidade, forma de avaliação e outras, manifestou tendência a ser consistente com o Referencial Teórico. Em outros casos, como processamento, forma de participação etc, encontrou-se a média geral de 54,85% em função do Referencial Teórico e a tendência orientou-se à consistência parcial.

Não obstante, tal consistência entre a concepção dos docentes e o referencial teórico sobre Extensão Universitária, o estudo revelou que 59,4% dos sujeitos não tiveram qualquer envolvimento durante o período de jan/81 a jun/82, com atividades extensionistas.

O estudo constatou, também, que não há correlação significativa entre as características de área de formação profissional, nível de formação, departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal dos sujeitos investigados e a sua concepção sobre Extensão Universitária.

A partir dessas conclusões, o estudo formula algumas recomendações com o objetivo de subsidiar a ação administrativa da UFAC, principalmente no que tange à filosofia, linha de ação, planejamento, organização etc. e, também, sensibilizar o corpo docente quanto a uma reflexão sobre a sua praxis em relação ao tema abordado.

RÉSUMÉ

En se fondant sur les références théoriques en la matière, ce travail a envisagé l' étude de la fonction "extension" dans l'université brésilienne et l' obtention de renseignements en ce qui concerne ce sujet dans l' Université Fédérale de l' Acre. Les éléments qui ont guidé la recherche sont: la caractérisation des individus engagés (leur formation professionnelle, leur niveau d'enseignement, leur catégorie professionnelle, leur ancienneté, leur régime de travail, etc), la conception d' "Extension Universitaire" (le concept, la nature, la finalité, la méthode, la façon de participer, la façon d'évaluer, etc..) et finalement les données sur les activités d' extension dans l'institution.

Les aspects cités ci-dessus ont été les points considérés dans le travail pour établir un niveau de correspondance entre les données théoriques et la conception par les professeurs de l'UFAC du sujet "Extension Universitaire". En plus, ce travail a voulu vérifier la participation de ces mêmes professeurs dans des activités d'extension réalisées par l' institution pendant la période de janvier/81 à juin/82.

La recherche a atteint 81% du total des professeurs qui développaient leurs activités d' enseignement auprès des Départements, pendant la période concernée.

Pour mesurer les variables, nous avons élaboré un questionnaire constitué par des questions ouvertes et fermées. Nous avons employé des procédés statistiques descriptifs et d' inférence, en fonction des objectifs de l'étude. D' une manière spécifique, nous avons utilisé la distribution de la fréquence, absolue et relative, et l'analyse de la variabilité.

A partir de l'analyse et de la discussion des résultats obtenus par cette recherche, nous avons réussi à réaliser quelques inférences sur la conception d' "Extension Universitaire" par les professeurs. En général, cette conception (moyenne générale: 64,81% des professeurs de l'UFAc) sur le concept, la nature, la finalité, la façon d'évaluer, etc, s'est montrée "consistante" en relation aux données théoriques.

Dans certains cas, tels comme la méthode et la façon de participer, nous avons trouvé comme moyenne générale 54,85% en relation aux données théoriques et la tendance s'est présentée comme partiellement consistante.

Néanmoins cette consistance entre la conception des professeurs et les données théoriques sur l'Extension Universitaire, l'étude de nous a révélé que 59,4% des individus n'ont pas eu d'engagement avec les activités d'extension, pendant la période de janvier/81 à juin/82.

L'étude nous a, en outre, permis de constater qu'il n'y a pas de corrélation significative entre les caractéristiques des champs de formation professionnelle, du niveau de formation, du département auquel ils appartiennent, de la catégorie fonctionnelle, de l'ancienneté, du régime de travail et de la charge horaire statutaire d'enseignement hebdomadaire des sujets soumis à l'étude et leur conception d' Extension Universitaire.

D'après ces conclusions, nous présentons quelques suggestions dans le but d'apporter des contributions à l'action administrative de l' UFAc, surtout en ce qui concerne la philosophie, la ligne d'action, le plan, l'organisation, etc, aussi bien que pour sensibiliser les professeurs de l'institution à réfléchir sur le thème abordé.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
APRESENTAÇÃO	
LISTA DOS QUADROS	
LISTA DAS TABELAS	
RESUMO	
ÍNDICE	
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	1
1.2 - RELEVÂNCIA DO ESTUDO	6
1.3 - OBJETIVOS DO ESTUDO.....	7
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 - A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA E A PLURALIDADE DE SUAS FUNÇÕES	9
2.2 - PIONEIRAS MANIFESTAÇÕES DE PRÁXIS EXTENSIONIS <u>TAS</u>	13
2.3 - PRIMEIROS MOVIMENTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁ <u>RIA</u> NO BRASIL: CONCEPÇÃO DA REFORMA FRANCIS <u>CO</u> CAMPOS	15
2.4 - A FUNÇÃO-EXTENSÃO FRENTE ÀS TENTATIVAS DE RE- ORGANIZAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO BRASILEI- RO (década de 60)	20
2.5 - DESENVOLVIMENTO E VICISSITUDES DA CONCEPÇÃO ' DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	27
2.6 - PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA: CRUTAC's E CAMPI AVANÇADOS	47
2.7 - O ESTÁGIO COMO INSTRUMENTO EFETIVO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA.....	55

3 - METODOLOGIA	61
3.1 - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	61
3.2 - SUJEITOS	62
3.3 - QUESTÕES ESPECÍFICAS DE PESQUISA.....	62
3.4 - DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS TERMOS.....	64
3.5 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	70
3.5.1 - Procedimentos de elaboração e testa- gem do instrumento.....	71
3.5.2 - Teste de Fidedignidade.....	72
3.6 - COLETA DE DADOS.....	73
3.7 - ANÁLISE DOS DADOS.....	73
3.8 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	74
4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	76
4.1 - CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES.....	76
4.2 - CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	82
4.3 - PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	98
4.4 - CORRELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DOS DO- CENTES DA UFAC E A CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	117
5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	158
5.1 - CONCLUSÕES.....	158
5.2 - RECOMENDAÇÕES.....	164
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
7 - ANEXO.....	175

1. INTRODUÇÃO

1.1 - CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Estudando a história da Universidade constata-se que, por longo tempo, ela foi considerada como "repositório do saber", não havendo, por isso, a necessária interação universidade-sociedade. Assim sendo, assumia atitude de isolamento, sem preocupação com as novas exigências de meio-ambiente, restringindo-se a ação universitária predominantemente, a transmitir conhecimentos, através da função-ensino.

Nesse contexto, a participação da Universidade, no processo de desenvolvimento científico e tecnológico por intermédio da pesquisa, e a aplicação de conhecimentos através da extensão, são atribuições assumidas, de certo modo, a um tempo relativamente recente.

A pesquisa universitária despontou, como fruto da criação germânica, difundindo-se pelo Ocidente a partir da segunda metade do século XIX. Por outro lado, a Extensão surgiu como um recurso da sociedade contemporânea, visando a suprir a dissociação existente entre o ensino, a pesquisa e suas aplicações práticas. A Extensão Universitária afirmou-se, UFAC(1981, mimeo, p. 2) como função institucional, por influência do pragmatismo norte-americano, e pela necessidade de transformar conhecimentos teóri

cos em prática, de maneira a levar resultados para a comunidade.

Com a implantação da Reforma Universitária através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, ficaram estabelecidas, como atribuições básicas da universidade brasileira, o ensino, a pesquisa e a extensão. O documento legal determina que essas devem vincular-se de modo indissociável, a tal ponto de o curso acadêmico não constituir apenas na assimilação de conhecimentos teóricos, mas completar-se na prática das atividades das duas outras funções.

Naturalmente, pelas características e estrutura do sistema de educação no país, a função-ensino foi a que mais se destacou no contexto da universidade brasileira, através de seus programas e cursos, com número exato de aulas, com contagem de crédito de desempenho escolar. Neste sentido, pode-se verificar que essa função parece constituir-se em um processo ordenado e de efetiva operacionalização por parte do sistema universitário.

Por outro lado, a função-pesquisa parece ter-se desenvolvido quase que espontaneamente, a partir da sistematização do ensino, constituindo-se numa preocupação entre educadores, como exercício de caráter accidental. Como atividade sistemática, somente na década de 70, é que passa a ser delineada com maior frequência, remunerando-se, ou oferecendo apoio financeiro a docentes, para se colocarem em atividades de pesquisa. A necessidade de pesquisa no âmbito universitário é premente, uma vez que, por meio dela, "a universidade alimenta o desejo de inovar e de criar, preservando, o ensino, da estagnação e da superação" como salientam GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 59).

A Extensão é a outra função que a Universidade contemporânea é chamada a assumir de forma explícita. Isso porque, assim como o equilíbrio entre o ensino e a pesquisa é fundamental para a universidade, também o é a extensão, por representar a

abertura desta à comunidade. No entretanto, constata-se que, entre as funções primaciais da Universidade, a Extensão é a que menos se tem desenvolvido.

Daí, parece justificável que a extensão universitária seja alvo de atenção especial, por parte dos responsáveis pelas diretrizes educacionais do País, para estimular o desenvolvimento de programas extensionistas. Isto porque, sendo uma das funções fundamentais do processo universitário, representa um instrumento de troca de conhecimentos da Universidade com o meio no qual convive e, essencialmente, uma aplicação de ensino e da pesquisa à solução dos problemas e ao atendimento das aspirações da comunidade.

Apesar de sua relevância, somente em meados da década de 70, parece ter-se generalizado a idéia da necessidade de se implementar uma política extensionista em cada universidade brasileira. Matéria que, no entender de GONÇALVES(1976, p. 05) em nosso país, assume características próprias e importantes, "difíceis de cumprir, mas não inexecutáveis, desde que se dê ao tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, equilíbrio e solidez". Abordando a abertura da universidade à comunidade, para difusão de seus conhecimentos, o aludido autor faz menção a algumas iniciativas desenvolvidas no Brasil como: a instituição do CRUTAC, visando a acelerar o processo de relacionamento universidade/comunidades rurais; Projeto Rondon, com o propósito de permitir aos universitários um contato com a realidade econômico-cultural do país, ao mesmo tempo em que realizam valiosa prestação de serviços; Campus Avançado, programa que transfere as universidades para regiões distantes de suas áreas geo-educacionais próprias, na grande aventura da conquista científica dos espaços geográficos e da interiorização das instituições universitárias.

Teoricamente, parece não haver dúvida acerca da im

portância da função-extensão, como instrumento de compromisso da da universidade com o desenvolvimento da comunidade, desde que procure identificar os anseios da sociedade em que está inserida, e prestar uma resposta a eles. Na prática, podem-se detectar algumas distorções.

Neste sentido, destaca-se minuciosa pesquisa empreendida pelo Ministério de Educação e Cultura, "Reforma Universitária: avaliação da implantação"(1975, p. 517-21), que objetivou uma avaliação global da reforma universitária, envolvendo universidades federais. O trabalho referido concluiu que, nas atividades de extensão, "deixam de haver, muitas vezes, uma integração funcional e não se acham obrigatoriamente vinculadas por lei, especificamente, a nenhum dos órgãos que compõem a estrutura universitária". Enfatiza, ainda, que grande parte das dificuldades que enfrenta a função-extensão, para se afirmar e integrar no seio das atividades universitárias, decorre do "fato de não ser esta, propriamente, uma terceira função da universidade, que participe da mesma natureza e do mesmo nível conceitual do ensino e da pesquisa, seria ela talvez, antes uma das formas de exercício das funções puras: Ensino e Pesquisa".

Subentende-se, pois, que a Extensão tende a ser visualizada como atividade acessória e marginal e que, na prática, parece não haver consenso a respeito dos seus reais objetivos. Tal desacordo parece manifestar-se não só em nível de política universitária nacional, como também de instituição e ainda no plano da docência.

Salientando a importância do professor nas atividades extensionistas, GONÇALVES & CASSIMIRO(1980, p. 59) mencionam que a Extensão representa para este profissional, o "debruçar-se constantemente sobre a realidade, objeto de seu ensino e de sua pesquisa, realizando, em primeiro lugar, ele mesmo, antes de seus alunos, ou com eles, o retorno sobre a fonte geradora dos conheci

mentos científicos". De acordo com esse ponto de vista, a extensão, teoricamente, é concebida também como elemento indispensável à avaliação e retroalimentação do sistema universitário como um todo, englobando as atividades-fins e atividades-meio. Decorre daí a importância de que todas as pessoas envolvidas no processo extensionista possuam compreensão clara e bem definida a respeito dos objetivos e da relevância do mesmo, como mecanismo de aperfeiçoamento dos resultados de seu trabalho num contexto de mudança social.

Na Universidade Federal do Acre, o processo extensionista parece ter sua origem, por um lado, na recomendação legal e, por outro lado, pelo efeito de divulgação da idéia extensionista a nível nacional. Nesse aspecto, no ano de 1975, a universidade referida realizou sua primeira atividade, envolvendo uma clientela diversificada, composta de representantes dos diversos setores da sociedade acreana, onde se debateram aspectos relacionados à problemática sócio-econômica e cultural do Acre. Em meados de 1978, iniciaram-se programas de cursos, seminários e prestação de serviços à comunidade através do Campus Avançado. Atualmente, procura-se dar maior incrementação a esses propósitos, ao mesmo tempo em que se desenvolvem esforços no sentido de sensibilizar o corpo docente para assumir seu verdadeiro papel de agente do processo, partindo do pressuposto de que o êxito de uma política extensionista está diretamente relacionado à participação do corpo docente, em todos os momentos da ação.

Neste sentido, considera-se de real importância que se conheça a concepção dos professores sobre a extensão universitária, abordando, não só a conceituação, natureza e finalidade, como também as formas de participação do docente, vinculação entre estágio e extensão e questões similares.

Em vista disso, o presente estudo tem o objetivo '

de investigar tanto a concepção que os docentes atuantes na UFAC no ano de 1982 manifestam sobre Extensão, como também a sua participação nas atividades extensionistas promovidas pela Instituição, no período compreendido entre janeiro de 1981 a junho de 1982.

1.2 - RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A contribuição deste estudo atém-se a razões diversas e inter-relacionadas, entre as quais se destacam as seguintes: uma prática extensionista desprovida de sistematização, manifestando-se como atividade de reconhecida carência nos seus aspectos de planejamento, execução, controle e avaliação. Paralelamente, parece ser concebida como irrelevante, e desvinculada das atividades de ensino e pesquisa, o que se manifesta pela reduzida atenção ao assunto, o que se verifica, tanto na legislação universitária existente; como na literatura e investigações realizadas no contexto da realidade brasileira.

Por essas razões, considera-se acentualmente oportuno investigar a concepção dos docentes sobre as atividades extensionistas, assumindo-se que estes profissionais podem desempenhar um papel de fundamental relevância no processo universitário. Além do que, este estudo poderá oferecer subsídios à ação de órgãos de planejamento sobre o tema, na medida que procura detectar informações pertinentes, mediante emprego de metodologia científica.

1.3 - OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo objetiva, em termos gerais, subsidiar a administração superior, para efeito de implementação de políticas, de planejamento, organização e a administração da Extensão Universitária, por meio da identificação da concepção e participação dos docentes da Universidade Federal do Acre, em atividades extensionistas da instituição.

Os objetivos deste estudo, em termos específicos, são os seguintes:

- Identificar as características gerais do corpo docente da UFAC, em termos de: área de formação profissional, nível de formação (titulação), departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal;
- Verificar o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC em relação à Extensão Universitária;
- Verificar a participação dos docentes da UFAC em atividades de Extensão Universitária, promovidas no período de janeiro/81 a junho/82;
- Verificar a correlação entre a área de formação profissional, nível de formação (titulação), departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal e o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC, em relação à Extensão Universitária.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Pretendeu-se, neste capítulo, buscar na literatura, os elementos necessários à formação de um referencial teórico que embasasse o desenvolvimento de análises das diversas interpretações a respeito da concepção da função-extensão.

Abordam-se, inicialmente, os encargos que a Universidade contemporânea é chamada a assumir; em seguida, as pioneiras manifestações de atividades extensionistas,* despontando a universidade americana, cuja a prática achou-se vinculada à maior conscientização das vantagens do ensino universitário para a comunidade em geral.* Mencionam-se, ainda, os movimentos extensionistas ocorridos no Brasil, e como a extensão foi concebida pela Reforma Francisco Campos, reconhecendo-se como atribuição essencial, sem contudo, ocupar posição de equivalência às funções clássicas: ensino e pesquisa. Procura-se mencionar também a maneira como se apresentou a função-extensão, frente às tentativas de reorganização do ensino universitário na década de 60, época em que se deu a promulgação de vários atos legislativos, inclusive a Lei nº 5.540/68, que estabeleceu, pela primeira vez, a extensão como função básica em nível de igualdade com as demais. Adiante, estudam-se outros pontos significativos para o estudo como: conceituação, natureza, finalidade e operacionalização da extensão, configurados no item "Desenvolvimento e vicissitudes da concep

ção de extensão universitária".

Pretendeu-se, ainda, consultar a fundamentação legal, conceitual e metas dos programas de ação comunitária: CRUTAC's e Campi Avançados. Por fim, apresentam-se pontos de vista teóricos, onde se buscou mostrar o estágio como um potencial instrumento do exercício da prática extensionista.

2.1 - A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA E A PLURALIDADE DE SUAS FUNÇÕES

Na história das universidades ocidentais observa-se que a preocupação com necessidades e problemas comunitários é relativamente recente, uma vez que, ao longo de sua existência, a universidade foi sempre considerada como "repositório do saber".

Não obstante, a universidade moderna, reflexo do pragmatismo americano, caracteriza-se pela idéia de extensão, isto é, a idéia de uma instituição com função social. Embora essa função social nem sempre tenha existido, emergida de cultura alienígena em valores feudais teocráticos da Idade Média e, posteriormente, influenciada pela força renovadora do Renascimento, a universidade não abriu mão de sua posição transmissora dogmática do patrimônio cultural. Fechou-se numa postura de isolamento e de não-atualização às novas exigências de seu meio ambiente.

Assim, a universidade medieval, a partir de sua estrutura, clientela e objetivos, não apresentava função social marcante e nem servia imediatamente à sociedade. Por conseguinte, como afirma GUIMARÃES (1980, p. 5) não se verificava ressonância do produto do trabalho intelectual efetuado pelas universidades, para o grupo social no qual estava inserida. Voltava-se para o

cultivo do conhecimento do passado, empenhando-se em transmitir tais informações para alguns poucos jovens, em função do aperfeiçoamento individual. Constituiu-se, "em atributos de nobres, instrumento para a formação do clero e provedora de educação para elites".

Enfatiza, ainda, o autor, que estas características eram, de tal forma marcantes, que os ingleses consideravam-na educação do gentleman e Benjamin Franklin classificou-a de ornamental. Da mesma forma, na França, a Universidade Napoleônica se dedicava, antes de tudo, à preparação dos quadros superiores do país em termos de médicos, juristas, professores, altos funcionários, encarregando-se as Grandes Écoles do treinamento dos engenheiros e demais técnicos de nível superior.

Diante desse quadro, é evidente que nem a economia e a produção, nem o contexto social sentiam reflexos substanciais do trabalho intelectual promovido pela universidade. Esta, salienta o autor citado, (p. 6) "enclausurada e voltada para si própria, não tinha função social marcante, razão pela qual o progresso científico tenha ocorrido mais por meio de estudiosos, não integrantes do sistema universitário".

Contudo, apesar do isolamento em que viviam as universidades, a sociedade demonstrava visíveis sinais de progresso tecnológico, social e cultural. Por esta razão era impossível adiar o acontecimento de uma transformação substancial nas estruturas universitárias, qual seja: torná-la participante na vida da sociedade.

As profundas modificações surgidas no século XX, decorrentes da demanda cultural, do aumento populacional, do aperfeiçoamento dos meios de produção, desenvolvimento científico e tecnológico, das revoluções industriais, do processo de urbanização etc. levaram as universidades, como salienta LINHARES (1976, p. 57) "...a compreender a necessidade de abrir as suas

portas à comunidade, satisfazendo seus anseios e ligando-se aos seus problemas, recebendo "troca subsídios para o seu aperfeiçoamento".

Hoje, a universidade, pelo menos teoricamente, constitui uma das grandes instituições de seu tempo, de importância vital na aplicação do saber aos problemas da sociedade, apesar de, na prática, ainda conservar algumas características tradicionais. Com a presença de engajar-se às novas exigências históricas, sociais e filosóficas, adquiriu aspectos peculiares e contraditórios. Assumiu novos compromissos e tem suas atividades englobadas por três fundamentais funções inter-relacionadas e indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão.

A função extensionista, integrando-se ao ensino e à pesquisa, estabelece o vínculo indispensável entre a universidade e a realidade sócio-econômica das áreas geográficas limítrofes, superando seu antigo isolamento e tornando-se agente eficaz para as mudanças, em prol do desenvolvimento (PAVIANI & POZENATO, 1980, p. 29-30).

Por outro lado, parece que as transformações impostas pelas sociedades modernas nem sempre conduzem a um consenso quanto à natureza do papel das universidades, mas, de qualquer modo, essas funções se definem com referência à ordem social a quem serve a universidade.

Torna-se claro também, que, com o desenvolvimento das sociedades industriais e a emergência de uma civilização de massas, tem a instituição de ensino superior um papel relevante. É a função social que se processa através das atividades de extensão, ou seja, por intermédio de programas de ação comunitária, cursos acadêmicos e projetos de prestação de serviços no interesse de organismos estatais ou privados.

Neste contexto, malgrado as diferentes formas de

interpretação acerca de suas atribuições precípuas, PERKINS (In: CRUB, 1972, p. 21), analisando os aspectos básicos do saber, deduziu as três missões fundamentais da universidade: "a aquisição do conhecimento é a missão de pesquisa; a transmissão dos conhecimentos é a missão de ensino e a aplicação do conhecimento é a missão de serviço público".

Continua o autor referido (p. 22), chamando atenção para o fato de que a universidade, nas sociedades modernas, está invocada a desempenhar múltiplas e complexas tarefas como:

- "-promover a pesquisa de novos conhecimentos: pesquisa fundamental, aplicada e pesquisa de desenvolvimento;
- formação moral e técnica dos quadros superiores do país, mediante o preparo de profissionais liberais e especialistas altamente qualificados nos diferentes campos do conhecimento, bem como o treinamento de técnicos de nível intermediário, exigidos pelo desenvolvimento econômico;
- atuar na comunidade, em termos de serviços, através das atividades de extensão;
- exercer uma tarefa educativa, promovendo a assimilação dos valores de sua sociedade e desenvolvendo uma atitude racional e crítica diante dos problemas;
- contribuir para a difusão e interpretação da cultura e para a integração do homem(...) em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão de seu processo cultural".

Em consonância com essas colocações e, diante da pluralidade de funções que lhe é atribuída, torna-se claro que a idéia clássica de universidade enclausurada, tal como foi formulada pelos idealizadores do passado, se encontra superada, pelo menos teoricamente.

2.2 - PIONEIRAS MANIFESTAÇÕES DE PRAXIS EXTENSIONISTAS

Foi a partir de Humboldt, no início do século XIX, que a universidade emergiu de sua decadência e partiu para o "conhecimento novo", voltando-se para a busca da verdade, da investigação, da pesquisa, preocupando-se com a criação científica.

A esse respeito, LINHARES (op. cit., p. 57) enfatiza que o impacto tecnológico e científico das revoluções industriais fez com que a extensibilidade - no sentido de estender ao público em geral uma variedade de conhecimentos superiores avançados - se tornasse efetiva. Isso ocorreu a partir de 1870, na Grã-Bretanha, através das práticas de trabalhos "extramuros", desenvolvida nas universidades de Cambridge e Oxford. Convém salientar que, ao término do século XIX, as grandes cidades da Inglaterra e outras de maior importância já possuíam seus centros de extensão universitária, com estudos de História, Geografia, Literatura, Arte, Música, Ciência e Economia...

Nesse contexto, surge a universidade americana, onde a prática extensionista esteve vinculada à maior conscientização das vantagens do ensino universitário para a comunidade em geral. Assim, o Columbia College, já em 1830, em Nova Iorque, oferecia leituras abertas ao público; porém o fato mais importante do desenvolvimento da extensão nos Estados Unidos deveu-se à universidade de "Wisconsin Idea" que colocou recursos especiais do Campus (1903 - 1918), à disposição do Estado, através de cursos de correspondência, trabalhos agrícolas e outras atividades "extramuros". Essas, posteriormente, foram imitadas por outras universidades norte-americanas.

No entanto, com a instituição dos "Land Grant Col-

leges" por Morrill Act, em 1862, nos Estados Unidos, determina-se o primeiro impacto na idéia clássica e aristocrática de universidade e lançam-se as bases da universidade moderna de massas, destinada ao treinamento de variada gama de técnicos exigidos pelo desenvolvimento industrial.

Cumprido, então, assinalar que era por assim dizer, a primeira tentativa de se dar formação universitária aos mais diversos tipos de profissões. Surgia, portanto, a idéia americana de instituição educacional integrando diferentes tradições - educação liberal do "college" inglês, orientação pragmática de treinamento técnico-profissional dos "Land Grant Colleges" e o puro ideal científico da universidade alemã - numa instituição extremamente complexa e diversificada. Essa propõe-se, igualmente, a atender à massa de estudantes, que buscam uma habilidade profissional e aos que são capazes de se devotarem às altas formas de investigação científica (CRUB, 1972, p. 6).

Assim, desde então, apesar de resistências acadêmicas de segmentos institucionais, o desenvolvimento industrial e a crescente democratização da sociedade vêm impondo transformações às universidades.

Nesta abordagem, assinala LINHARES (op. cit., p. 59), ao referir-se à adoção da prática extensionista pelas universidades americanas, que estas, ao contar com o incentivo do poder público ou de entidades privadas, passaram a desenvolver atividades de extensão nas comunidades em que estavam inseridas. Já nas duas primeiras décadas do século XX, os cursos de extensão eram realizados por trinta universidades estaduais americanas, muitas incluindo esses cursos como parte de sua contribuição à educação pública.

2.3 - PRIMEIROS MOVIMENTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: CONCEPÇÃO DA REFORMA FRANCISCO CAMPOS

As primeiras manifestações, ocorridas no Brasil, da idéia de extensão, como abertura dos estabelecimentos de ensino às reivindicações de ordem cultural da comunidade, aconteceram durante o período colonial.

As instituições de ensino mantidas pela Companhia de Jesus e, posteriormente, por outras ordens religiosas destinavam-se à formação sacerdotal. Não obstante, esses estabelecimentos também ofereciam aulas para leigos, que posteriormente prosseguiam seus estudos na Europa.

Todavia, cumpre destacar, como salienta o autor acima citado (p. 59), que os cursos de extensão, em seu sentido atual, só surgiram com a fundação das primeiras universidades brasileiras (...), embora fossem realizados a princípio pelas faculdades então existentes. Um fato marcante de atividades extensionistas no Brasil, ocorreu em 1929 na antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, de Minas Gerais, quando da realização da I Semana do Fazendeiro. Nesse evento, a referida escola transmitiu os resultados de suas pesquisas e ensinamentos a trinta e nove fazendeiros, com a finalidade de propiciar aumento da produtividade agrícola da região, através de técnicas apropriadas.

No campo educacional brasileiro, observa-se que a revolução de 1930 deu início a uma fase de profícuas realizações, culminando com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a promulgação do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, pelo decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conside-

rado o marco estrutural da concepção da universidade em nosso país.

Do mesmo modo, NUNES(1978, p. 131) referindo-se à citada reforma diz:

"Ela é, teoricamente, uma grande reforma. Efetivamente creditam-se-lhe, entre outros méritos, o de haver dado uma estrutura orgânica ao ensino secundário e superior, ... era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era(...) imposta a todo o território nacional. Era pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação".

Dentre as várias diretrizes estabelecidas para o ensino superior, pela conhecida Reforma Francisco Campos em 1931, citadas por FÁVERO(1977, p. 34-36) podem ser destacados alguns pontos, de especial interesse para o presente estudo:

"-A universidade não tem uma finalidade meramente didática, mas também social; (...) transcende ao exclusivo propósito do ensino, é uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de elaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que como unidade viva, tende a ampliar no meio social, sem que cesse organizada e existe o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele larga, poderosa e autorizada função educativa;

-Introdução de algumas medidas relativas à organização acadêmica: flexibilidade e diversificação de metodologia (seminários, conferências, aulas...); instituição de ou

tros cursos de nível superior: especialização, aperfeiçoamento e de extensão universitária, etc;

-Vida social universitária(...). A universidade teria um papel ativo em toda a comunidade; propõe-se à organização de associações de classe e a comunicação desta (...) com outras instituições; sugere a formação da sociedade de docentes e diretório dos estudantes; sugestões, ainda, quanto à organização de congressos universitários e sobre o desenvolvimento da extensão universitária".

Como se observa, diante deste quadro de recomendações enfocadas pela Reforma Francisco Campos, não resta dúvida, eram bem avançadas para a época e seus objetivos e finalidades' apresentavam-se acentuadamente marcados por uma preocupação com o meio social; revelando, inclusive, influência do que já se fazia em outros países em termos de atividades extensionistas.

Complementa FÁVERO(op. cit., p. 34) salientando que "tais pretensões, embora justas, eram demasiadamente otimistas ' quanto à realidade do momento, pois não havia escolas mesmo para uma minoria privilegiada(...)e o que era oferecido nas poucas existentes ficava bem distante do razoável..., a escola de nível superior, em particular, altamente hierarquizada desde suas origens rígida e elitista, pouco se comunicava com a sociedade de que era parte".

Por outro lado, comenta ainda (p. 36) que, apesar das críticas que possam ser feitas à reforma em estudo, só a partir de 1931, com o Estatuto das universidades brasileiras, é que a idéia de Universidade, entre nós, começa a tomar forma e, em seu conjunto, as Reformas Francisco Campos e em particular a do Ensino Superior, refletiam as ambigüidades do momento histórico.

O caráter dúbio de certas afirmações, o reforço a um tipo de educação humanística e elitizante, entre outros, eram sinais que refletiam uma época. Entretanto, não se pode negar que essa reforma possuía seu mérito, porquanto abriu perspectivas novas à educação nacional.

Da mesma forma LINHARES(1976, p. 60) reafirma que, com o advento do primeiro estatuto das universidades brasileiras iniciaram-se novos caminhos à modernização do ensino superior, uma vez que este preconizava medidas que estavam sendo adotadas em prestigiosos estabelecimentos de ensino da Europa e Estados Unidos.

No entanto, SUCUPIRA(1972, p. 59) contra-argumenta dizendo que "a nível de ensino superior, entre nós, o distanciamento tem sido muito frequente: normas inspiradas na Europa e nos Estados Unidos são proclamadas e, às vezes prescritas, sendo todavia, transgredidas ou desviadas na prática...".

Em face do exposto, a despeito das críticas que se possam fazer à Reforma Francisco Campos, crê-se que o Estatuto das Universidades brasileiras constituiu-se no primeiro arcabouço de normas e orientações para as instituições universitárias. No que concerne à função-extensão, estabelecida no referido estatuto, esta passou a ser incorporada como uma das atribuições básicas das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, sem ter no entanto, uma posição equivalente ao ensino e à pesquisa.

À guisa de informação, convém destacar os artigos 42º e 109º que tratam da extensão universitária.

"Art. 42 - extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização

do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Art. 109 - A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º - De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.

§ 2º - Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os Conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a extensão universitária". Estatuto das Univ. brasileiras' (In: FÁVERO, 1980, p. 159-170).

Ao proceder-se uma análise das intenções prescritas nos artigos supracitados, pode-se inferir que a extensão universitária objetivava atingir, de fato, um tipo de clientela que não tivesse acesso aos estudos superiores. Não obstante, na prática, como afirma o ministro Washington Pires, "caracterizou-se apenas pela realização de cursos para elites privilegiadas, que já pertenciam à universidade, ou por ela tinha passado" (apud. FÁVERO, p. 53).

A análise dos movimentos embrionários de prática extensionista ocorrida no Brasil, paralelamente a algumas diretrizes estabelecidas pela Reforma Francisco Campos, no que se refere à concepção da função-extensão, permite inferir a respeito

do reconhecimento da extensão como atribuição básica das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, sem, não obstante, ocupar posição de equivalência ao ensino e à pesquisa.

No tópicó seguinte, abordar-se-ão algumas medidas tomadas pelo Governo Federal, nos anos 60, visando a corrigir óbices de organização do ensino superior brasileiro, e, como se comporta, neste contexto, a extensão universitária.

2.4 - A FUNÇÃO-EXTENSÃO FRENTE ÀS TENTATIVAS DE REORGANIZAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO (década de 60)

O processo de industrialização e o crescimento econômico brasileiro que se verificou a partir da década de 50, intensificaram o ritmo de desenvolvimento do país, acarretando profundas mudanças no campo sócio-cultural e econômico. Como efeito, surgiram movimentos que discutiram o processo de estagnação em que se encontravam as universidades brasileiras.

As críticas mais contundentes da ocasião, respaldavam-se no fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) não apresentara grandes inovações para o ensino superior, visto que, exibia-se mais como enumeração de providências particulares do que como alicerce para uma profunda reforma. Assim, a conhecida LDB não estabelecia fundamentos capazes de ensejar questionamentos palpáveis acerca do sistema universitário, razão pela qual crê-se que as diretrizes e normas fixadas para o ensino superior a-

chavam-se ultrapassadas para a época, segundo FÁVERO (1977,p.53).

Por outro lado, deve-se reconhecer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documento oficial, resultante de uma longa elaboração de 15 anos, em verdade, constitui um significativo acontecimento na história da educação brasileira. Pela primeira vez, teve-se um diploma legal em que se integram, harmonicamente, os três níveis de ensino substancialmente complementares. Sob enfoques diferentes, têm sido apontadas algumas falhas e contradições à Lei de Diretrizes e Bases. Porém, como diz MARTINS (1980, p. 34), "não se poderia esperar a coerência rígida de um trabalho de gabinete, numa lei que foi fruto prolongados e, não raro, apaixonados debates e que veio, por fim, refletir tendências divergentes da realidade de uma Nação, em evidente processo de desenvolvimento".

Como controvérsia, aponta-se incipiência na concepção de Universidade na definição de suas funções, em que mantinha a "cátedra" como unidade base e principal do processo acadêmico, sendo, talvez, a razão pela qual se preconize que a referida lei tinha trazido mais inconvenientes que vantagens.

Em assim sendo, com os inconvenientes já abordados, várias foram as medidas adotadas pelo governo federal, culminando com a promulgação dos atos, como: a Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispôs sobre o Estatuto do Magistério Superior das universidades federais; a Portaria Ministerial nº 159, de 14 de junho de 1965, que se relacionava com a duração dos cursos de graduação; o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, onde se definiu os cursos de pós-graduação; e os Decretos leis mais importantes, que serão matéria seguinte.

Pode-se enfatizar que, entre os diversos atos promulgados no período, destacam-se para o presente estudo os Dec.Leis.53/66 e 252/67 pa-

ra o presente estudo, por focalizarem aspectos relativos à extensão universitária e, ainda, representar tentativas governamentais de reestruturação da educação superior no Brasil, frente às sucessivas reivindicações de estudantes e opinião pública.

Assim, neste quadro de interpretação, ocorre um documento do CRUB(1972, p. 41-42) que serviu de base para a discussão no I Encontro de Reitores de Universidades Federais onde, ao referir-se aos supracitados atos, explicita que estes decretos - lei constituem a primeira medida concreta, no âmbito das universidades federais, de realização da universidade-sistema, calcada nos princípios de diferenciação de atividades e funções e de integração estrutural e funcional.

Prossegue o aludido documento, (p. 42) que o Decreto-lei nº 53/66 limitou-se a estabelecer princípios, fixar critérios e normas para que as instituições de ensino superior, por elas mesmo, concebessem o plano de sua reestruturação. Diante de certas incompreensões e hesitações por parte da comunidade universitária; o segundo decreto-lei nº 252/67 foi mais adiante na sua regulamentação, definindo, desta feita, o conceito de áreas básicas, impondo o sistema departamental, reduzindo a autonomia da cátedra ainda existente, a fim de integrá-la no âmbito de departamento, além de outras medidas.

Entretanto, mesmo dentro destes princípios e normas, não ficou a instituição universitária cerceada quanto à sua organização. Pelo contrário, dispunha da mesma relativa margem e espaço para a criação e estruturação de si própria. Pois os decretos, embora partindo da cúpula, "não constituíam um legislar vazio ou mais uma expressão de nosso gosto pelas fórmulas legais, correspondiam mais a uma motivação real e a tendências reformistas, visando a proporcionar os meios jurídicos que ajudassem a vencer a inércia institucional"(CRUB, 1972, p. 42).

O Decreto-Lei nº 252/67, referindo-se ao terceiro' compromisso essencial da universidade contemporânea, - extensão- se expressa prevendo no seu artigo 10º, que a função-extensão é um veículo de integração universidade-comunidade, da seguinte ' forma:

"A universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhes são inerentes. Parágrafo único: os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da universidade(...)", INEP Coletânea(1969, p. 62).

Uma análise do conteúdo do aludido Decreto-Lei, permite concluir que estes postulados apresentavam-se apenas a nível de proposições genéricas, malgrado o mesmo ser considerado ' como instrumento integralizador das instituições universitárias-comunidade.

Em suma, todos os atos legais a que nos reportamos até o presente momento, podem ser entendidos como manifestação ' das primeiras intenções governamentais em efetivar uma reorganização estrutural no sistema educacional brasileiro e, como tal, seus princípios e conceitos apregoados nestes documentos foram incorporados e/ou reelaborados no sentido de ensejar providências que culminaram, posteriormente, com a promulgação da Lei nº5.540/68 (Lei da Reforma Universitária).

Não obstante, ocorre que, em 1968, encontrava - se o país diante de um quadro bastante crítico, evidente pela mobilização estudantil e caracterizado por intensos debates dentro e fora das universidades. Esse contexto parece ter determinado que

o Governo tomasse medidas - além das providências anteriormente referidas - no sentido de buscar soluções para o problema mais agudo do período: o dos "excedentes".

Essa orientação partiu do 2º Governo da Revolução, que, através do Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, instituiu um Grupo de Trabalho com objetivo de "estudar a Reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País" (Art. 1º).

Tomaram parte do Grupo de Trabalho, educadores (1) encarregados de estudar medidas que deveriam ser tomadas pelo Estado, para resolver a crise pela qual passava a universidade em nosso país. Diante da missão, o grupo produziu o "Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária".

No documento em pauta, destacam-se algumas colocações pelo teor de reflexão e questionamentos que procurava esboçar, a respeito das reais obrigações que a universidade reformada deveria perseguir, como:

"(...) a universidade tem de preparar os cientistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Contudo, se a universidade não pode ser o refúgio de puros intelectuais desenraizados ou de um saber sem compromissos, divorciada da realidade prática, tampouco poderá ser reduzida a uma á-

(1) Fizeram parte do grupo de trabalho: Tarso Dutra (presidente do GT), Newton Sucupira, Valnir Chagas, João Lira, Pe. Fernando de Bastos d'Avilla, Antônio M. Couceiro, João Paulo dos Reis Veloso, Fernando R. do Val, Roque Spencer M. de Barros e Haroldo L. Peres.

gência provedora de técnicos. Se a reforma se referisse apenas à adequação técnica do ensino superior às necessidades econômicas, não encerraria mensagem autêntica às novas gerações(...)"(apud. PAVIANI & POZENATO, 1968, p. 80-81).

O documento supra destaca, ainda, a presença do corpo discente nas atividades extensionistas como elemento participante do processo de desenvolvimento brasileiro, da seguinte forma:

"A integração em termos de extensão universitária, das atividades de participação de alunos no processo de desenvolvimento brasileiro, devolve-lhes de certo modo, o desafio por eles levantado, de saber se a Universidade insiste em permanecer uma instituição alienada, cuja reforma só possível através da contestação global do regime, ou se se transforma num dos mais poderosos agentes da mudança social"(p. 81).

Portanto, como se tem conhecimento, foi através dos postulados defendidos pelo Grupo de Trabalho em seu documento apresentado ao Governo Federal, que a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, teve sua aprovação, onde a atividade de Extensão ganhou o "status" atual.

Note-se que, até então, como acentua MARCHETTI (1980, p. 206) considerava-se extensão toda e qualquer atividade, descontínua ou periódica, que tivesse por objetivo a simples difusão cultural ou prestação de atividade social de cunho filantrópico.

Com a lei 5.540/68, que a par de outras providências "fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior", estabelece no art. 20º que:

"As Universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.

Mais adiante, no artigo 40, letras "a" e "b", prescreve:

- "a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão, ao corpo discente, oportunidades de melhoria das condições de vida da comunidade;
- b) assegurarão, ao corpo discente, meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos", INEP/Coletânea(1969, p. 85).

Dessa forma, procedendo-se a uma análise dos supracitados artigos, da legislação da Reforma Universitária, constata-se que é fixada, oficialmente, pela primeira vez, a extensão universitária como função básica, formando o que se denomina o tripé sobre o qual se deve apoiar a vida universitária: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Depreende-se também, que os Decretos-lei 53/66 e 252/67 e a Lei 5.540/68 mencionados até aqui, representam fundamentos legais que dão origem à função-extensão universitária e justificam as atividades extensionistas que possam ser empreendidas pelas instituições de ensino superior.

Os artigos referidos, ao serem comentados pelo conselheiro Celso Kelly, citado por TOALDO(1977, p. 39) adquirem conotação diferente ao afirmar que a instituição universitária ganhou com esses atos, uma dimensão nova e um sentido cívico objetivo e pragmático, em que "mestre e alunos, confundidos na mesma tarefa de servir, fortalecerão a sua consciência comunitária e cívica, imprimindo novas perspectivas ao seu papel na sociedade"

e nos destinos do País".

Vislumbrado, portanto, a maneira como se apresentou a função-extensão, nos vários mecanismos instituídos pelo Governo Federal, com a finalidade de ensejar soluções aos graves impasses da educação nacional, na década de 60. No tópico seguinte, procuraremos desenvolver uma investigação de forma conjunta, noutros aspectos significativos ao presente estudo, como: conceituação, natureza, finalidade e operacionalização da prática extensionista.

2.5 - DESENVOLVIMENTO E VICISSITUDES DA CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Historicamente é comum atribuir-se à Universidade a missão de preparar profissionais qualificados, por intermédio de modernas técnicas de ensino-aprendizagem. Da mesma forma, parece lógico afirmar, ser de sua competência a busca de conciliação desses conhecimentos tecnológicos com a realidade humana e social. Comenta o prof. Onofre L. da SILVA (1976, p. 20), que é neste aspecto que a prática extensionista confirma seu valor como função indispensável na estrutura da Universidade, tornando-se presente ao meio, uma integração equilibrada e racional. Pois, é através desta via de comunicação que a comunidade se beneficia de ensinamentos e de serviços, enquanto que a instituição de ensino recolhe motivações para continuar sempre desenvolvendo seus estudos e pesquisas, formando uma constante corrente de realimentação.

Prossegue, ainda, SILVA (1977, p. 8) enfatizando que não basta ser filósofo ou cientista. É preciso que se tenha percepção do mundo contemporâneo, acompanhado sua evolução históri-

ca, e complementar a formação da juventude através da distribuição cultural. Considera que educar pressupõe o desenvolvimento integral e harmônico do ser humano; daí a importância do interrelacionamento da universidade com a comunidade. Adiante, complementa a idéia, dizendo que a Universidade "deixou de ser uma organização de ensino para também se dedicar à pesquisa como modalidade adequada de realizar o ensino baseado em elementos atualizados".

Neste sentido, GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 58) assinalam que a função-extensão "coloca sobre o foco da atenção universitária o aspecto de transcendência aos umbrais da universidade, para atingir os elementos da comunidade dentro do qual está inserida, ou a cujo serviço(...)se colocou".

De outra forma, entende GONÇALVES, citado por SILVA (1977, p. 11), "como sendo uma forma de convivência didática, de ensinar o formalismo acadêmico, de pesquisar a realidade social, de aprender através da teoria das experiências de cada um, o que ficou sedimentado no próprio processo civilizatório".

Em assim sendo, infere-se que a extensão universitária constitui-se num mecanismo de contato das instituições de ensino superior com a sociedade, utilizando, em benefício desta, as atividades universitárias. Destina-se a dilatar os seus benefícios àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da instituição, dando, assim, maior amplitude e mais larga ressonância às atividades daquela.

Outro ponto de vista apresenta FÁVERO (1977, p. 16), salientando que a extensão universitária pode ser vista como ponto permanente de conexão entre a universidade e os diversos setores da sociedade, atuando em duas frentes, uma interna, com vistas a complementar a formação dos que a procuram e outra, externa, como serviço que a universidade presta diretamente à sociedade.

de que a sustenta.

Desta forma, observa-se que as atividades de extensão devem organizar-se, tanto para difundir o saber universitário, oferecer oportunidade a uma clientela não regular, oportunizar programas que transcendam aos currículos convencionais para os próprios universitários, quanto utilizar pesquisas e experimentações diretamente na comunidade.

Recorrendo-se ao Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado pela Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE/MEC), (1975, mimeo, p. 1) - encontra-se, na sua introdução, uma visão preliminar de conceituação e formas de processamento da extensão:

"A extensão universitária é um subsistema ' componente do sistema universitário, através do qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja o ensino e a pesquisa".

Enfatiza o Plano mencionado que, a extensão universitária se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas e outras formas de atuação, exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégicas.

Tomando-se como premissa o conceito apresentado no Plano referido, conclui-se que a extensão universitária deve ser uma atividade sistematizada, e a tal ponto relacionada com o ensino e a pesquisa, que chega mesmo a ser uma projeção das duas. Assim, as atividades carecem ser programadas pelas universidades, num trabalho conjunto das suas unidades de ensino e seus departa

mentos.

Não obstante, MACHADO DE SOUZA (1975, mimeo, p.1-3) assegura que a Extensão Universitária ainda é praticada com caráter de excepcionalidade em grande parte das instituições de ensino superior, não possuindo características próprias. No que se refere, à forma pelas quais se processa, acrescenta a modalidade "Projetos de Ação Comunitária", declarando ser esta a forma que "assume uma perspectiva de maior globalidade; é esta talvez a forma mais expressiva de extensão, com amplas possibilidades de retroalimentação do sistema e de levar a universidade ao cumprimento de sua missão social".

Por outro lado, BLONDY (1972, p. 119-20) demonstra apreensão no tocante à relação de dominação e dependência que poderá se efetivar entre universidade/comunidade, em decorrência de modelos usuais de práticas extensionistas, caso não se estabeleçam padrões de comportamentos ajustados culturalmente.

Assim, o citado autor concebe que o termo extensão, em seu uso universitário mais comum, está ligado à idéia de um centro intelectual do qual se irradiam para o exterior: a ciência, a tecnologia e a arte. Parece inevitável que, neste quadro conceitual, ocorra uma relação de subordinação e dependência, em que no mundo universitário - as pessoas, instituições e valores - se sobrepõem ao mundo exterior, ao resto da comunidade e lhe determinem uma conduta individual e coletiva. Deste modo, o termo extensão refere-se a uma situação na qual, como aspecto essencial, se impõem modelos societários ou se transferem padrões de comportamento não condizentes à situação real da sociedade global ou nacional.

O aludido autor chama atenção, ainda, para este tipo de relação implícita no termo extensão e outros semelhantes - a universidade decide e dá e a comunidade recebe e executa. A universidade comporta-se como a instituição superior que reflete

uma alta forma de cultura e de vida, enquanto o receptor, representa a inferioridade, a carência da cultura e da vida. Com isso, continua BLONDY (p. 121) "define inevitavelmente um laço de dominação entre a universidade e a sociedade".⁽²⁾

Complementa o autor retrocitado, (p. 120-21) afirmando que outras providências devem ser tomadas, a fim de se evitarem atitudes dominadoras nos âmbitos interno e externo da universidade:

"Conseguir abertura da instituição, que implica, entre outras coisas, acesso mais am plo e livre, e em comunicação constante com a comunidade no sentido horizontal e integrador. O ideal não é que a universidade seja a educadora da comunidade, nem se quer na comunidade, mas que a comunidade participe da ação educativa com a universidade".

Diante do exposto pode-se observar, que a função - extensão universitária é revestida de uma nova concepção - idéia de centro intelectual da ciência, tecnologia e arte. Essa volta-se tendenciosamente, a uma relação de subordinação e dependência (universidade/comunidade), como é bem frisado pelo autor. O refe

(2) Ainda de acordo com Augusto Salazar Blondy (1972, p. 120-21), esse mesmo tipo de relação de dominação, também a parece no âmbito interno da universidade, e tem a ver direta - mente com as peculiaridades da sociedade global onde a universidade está instalada. Pois, ao considerar-se que é carac terística da instituição de ensino superior fixar-se na ela boração e transmissão do saber científico e das tecnologias' que servem para aplicar este saber sobre o mundo, a relação' de dominação expressa-se claramente.

rido, apresenta ainda, alternativas para que a extensão universitária, ao ser operacionalizada, supere a relação de dominação e seus efeitos alienantes.⁽³⁾

De outra forma, o Conselho de Reitores das universidades brasileiras ao preocupar-se, já em 1968, com a nova dimensão que deveriam assumir as IES a partir da reforma, encomendou à técnica chilena Maria de Molina G. Valenzuela um estudo sobre extensão. No trabalho, citado por TOALDO (1977, p. 49-50), fruto de pesquisa empreendida pela técnica em epígrafe, em 32 universidades brasileiras, a extensão é tratada em sentido amplo. No estudo, a autora confirma que a universidade repousa sobre um tripé indisfarçável: docência, pesquisa e extensão. Através da terceira, a universidade "sai de seus muros e abre suas portas à comunidade, lança-se com todos os seus meios e recursos para atender às inquietações e reclamos do meio em que está inserida".

Daí a razão de facilmente se confirmar a assertiva de que, à medida que as instituições universitárias se aproximam, identificam-se, integram-se na comunidade, estas beneficiam-se reciprocamente. Da mesma forma que somente através do conhecimento das mudanças que se processam no seio da sociedade, torna-se possível a atualização de seus produtos acadêmicos.

A propósito, acentua a autora chilena (op.cit.p.50) que: ensino, pesquisa e extensão merecem igual tratamento, para que a universidade mantenha-se equilibrada em meio à mutabilidade da sociedade contemporânea. Assim, conceitua Extensão univer-

(3) A relação de dominação, explica BLONDY, dá-se através das hierarquias, a atitude paternalista, os currículos rígidos e a escolarização forçada, a não participação dos estudantes na produção do saber(...), assim como o predomínio de recepção da ciência e da tecnologia, importadas, e formas imitativas do pensamento, propiciam uma marca característica da dominação educativa dentro da universidade.

sitária, como sendo:

"uma ponte permanente entre a universidade' e todos e todos os setores da sociedade que leva até eles, de forma programada -conforme seus requisitos - e necessidade, segundo o nível de cada um, o acervo de cultura e conhecimento de que é depositária, através da mobilização sistemática de todas as suas unidades, de todos os recursos humanos e materiais e de toda a dinâmica que possui".

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em reunião Plenária em 1969, aprovou parecer que baseava-se, consistentemente, no estudo empreendido pela técnica já mencionada, em razão da propriedade e destacada relevância que adquiriu sobre o assunto. No seu conjunto, a matéria revelava, já àquela altura - início da implantação da reforma universitária - algumas preocupações referentes a aspectos da prática extensionista, como: finalidade, natureza, competência, programas flexíveis e ajustados às peculiaridades do meio, escolha de profissionais e acadêmicos identificados com a missão de bem servir às várias camadas sociais. Deste modo, pelo caráter conferido de diretrizes, (p. 50-51) destacam-se três importantes tópicos:

"- O trabalho de extensão universitária deve ser exercitado com toda ênfase, não apenas pelos professores, mas também pelos alunos, que não podem e não devem perder a oportunidade, que lhes é, no particular oferecida pela universidade, de colocar-se, quanto mais lhes for possível, em direto contato com o meio social de onde provêm e onde vivem, conhecendo a sua realidade, para desfrutar as virtudes e corrigir os seus defeitos;

- O trabalho de extensão de cada universi-

dade deve ser variável e flexível. As peculiaridades do meio indicam o tipo de extensão que deve ser praticado, ou posto em função com mais intensidade e mais afinco; -Há que organizar esse trabalho em cada universidade(...). Há que escolher, dentro dos corpos docentes, discente e administrativo, os elementos que melhor possam dedicar-se à delicada missão de ir ao encontro das várias camadas sociais, sobretudo daquelas que sempre estiveram mais distantes da universidade..."

Por outro lado, ROCHA citado por TOALDO(1977, p.51) diretor da Coordenação de Atividades de Extensão CODAE/MEC, por considerar que a função-extensão é, na maioria das vezes, mal interpretada e mal-compreendida, propôs-se a conceituá-la e operacionalizá-la. Para o autor, generalizou-se a idéia de que qualquer atividade extra-muros da universidade, qualquer tipo de relação sua com a sociedade é extensão universitária. Diz, ainda, 'que não é função da universidade prestar serviços à comunidade paralelos ao ensino e à pesquisa, ou dissociados dessas duas funções básicas. Saliencia, também, com bastante ênfase, que a competência da Universidade é "estender à comunidade suas atividades inerentes (ensino e pesquisa) sob a forma de cursos e serviços especiais(...). caso contrário ter-se-ia a universidade fazendo pura assistência social, paternalisticamente..."

Em se procedendo uma análise dos conceitos emitidos até aqui, torna-se possível vislumbrar que a essência do efetivo exercício da atividade extensionista está, em outras palavras, no seu indispensável comprometimento didático, assim como na sua vinculação necessária à missão universitária.

Nesta linha de entendimento, concebe-se a universidade como entidade aberta, contrária, portanto, à chamada universidade "intra-muros". Evidentemente, nos dias de hoje em que se

presenciam profundas e rápidas transformações sociais, não pode a universidade ficar alheia, preocupada tão somente com a transferência de conhecimentos enciclopédicos, mas espera-se dela o retorno imediato do ensino transmitido e dos conhecimentos técnicos-científicos oriundos e atualizados pela pesquisa, como forma de melhorar as condições de nossa sociedade.

Significa dizer, portanto, que o melhoramento e aprimoramento das instituições de ensino superior, deve basear-se, sobretudo, no princípio da sua funcionalidade e no exercício de funções obrigatórias para a comunidade, a fim de recolher subsídios para a revitalização do sistema universitário.

A esse respeito, GONÇALVES & CASSIMIRO(1980, p 59) entendem que se a universidade compreender-se simplesmente como entidade integrada por seus quadros docentes e discentes e de funcionários, subsistindo dentro de limites e contornos geográficos, "...ela se estará extirpando do mundo e por consequência, perdendo gradativamente sua razão de ser".

Outras considerações à atividade extensionista, fez GONÇALVES(1972) no II seminário sobre Extensão Universitária, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizado em Fortaleza. Salientou o referido autor que a característica da extensão como atividade extra-muros, dirigida a não universitários, seja a forma natural de integração universidade - comunidade e talvez a única maneira de avaliar, com eficiência, o papel que a primeira está representando no desenvolvimento cultural da outra, através do "vai-vém" de informações, no contato com a realidade social.

O aludido autor, ainda, referindo-se ao campo de atuação da função-extensão, enfatiza que a sua realidade está em confronto contínuo, entre aquilo que a universidade produz (ensino e pesquisa) e o que a sociedade reclama e necessita, em ter

mos de cultura e de técnica, para o seu efetivo desenvolvimento . Desta forma prossegue o referido autor: "a extensão pressupõe, de parte dos departamentos acadêmicos ou de seus agentes, um conhecimento bem amplo da realidade histórico-social da área de trabalho, a fim de que possam agir corretamente, sem criar choques ou incompreensões culturais..." GONÇALVES (In: CRUB, 1972, p. 11-7).

Com essas considerações reforça-se a proposição que enfatiza ser em função das peculiaridades regionais - suas condições históricas, econômicas e político-sociais - que as atribuições universitárias adquirem conotações próprias e específicas, onde se pode enquadrar numa determinada classificação e linha de prioridades. Não obstante, deve a Instituição de Ensino Superior procurar um equilíbrio viável entre os recursos disponíveis e o desenvolvimento do seu meio-ambiente. Por exemplo: o atendimento a uma demanda por ensino pode, a curto prazo, satisfazer a instituição, mas não conseguirá fazê-lo a longo prazo, a contribuição que a sociedade dela espera.

Neste quadro de interpretação, DEMO (1980, p.65-71) oferece boa contribuição, porquanto, inicialmente, acentua que a extensão universitária é uma função de extrema complexidade e importância. Todavia, a perspectiva que se tem adotado até o momento, de modo geral, é insatisfatória, "porque jamais chegou a integrar a vida universitária por dentro". O autor referido assinala que é o momento de se reporem projetos afins, e estes, por sua vez, teriam outra dimensão se a Universidade adotasse a extensão como forma curricular necessária, levando o estudante e o professor ao contato com a problemática social e regional, por intermédio de projetos extensionistas. Assim concebidos, poderiam ser "...geradas florações alternativas da vida acadêmica, evitando todo laivo mimetista, e inserindo-se integralmente no

quadro cultural da comunidade".

Dessa forma, ao entender-se a extensão universitária como um processo de retorno do aluno para servir a comunidade e a si próprio na aplicação dos conhecimentos adquiridos na escola, estará a universidade, como afirmam GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 57), compreendendo-se como entidade que deve ensinar no próprio ato de levar, para fora de seus muros, o resultado dos estudos. O aluno, ao profissionalizar-se, pratica o que aprende, põe em ação os conhecimentos recebidos como inquestionáveis. Em outras palavras, significa dizer que, em cada atividade consciente de extensão, a Universidade está se propondo a "passar a limpo o que se tem por certo e insofismável no campo da ciência".

Ainda, neste quadro de interpretação os aludidos autores, observam filosoficamente que:

"...a natureza da universidade é ser — para a comunidade humana, ou seja, trata-se de uma natureza relacional, se porventura, for esquecido este dado da instituição, ela não teria nenhuma razão de existir, ela existe, por causa da comunidade humana. É dentro desta paralaxe que podemos entender e sentir o ensino, a pesquisa e extensão, como funções da universidade que apenas se justificam se tiverem suas metas projetadas para além de suas próprias fronteiras físicas e buscarem o homem como seu objetivo supremo" (op. cit., p. 58-9).

Adiante, os referidos autores assinalam, ainda, que as três funções básicas da universidade, são situações reais e devem existir efetivamente, pois ensinar sem pesquisar significa tornar os conhecimentos retrógrados. Pesquisar, é tarefa que se justifica pela necessidade de se buscar a atualização de elemen-

tos a serem transmitidos no ensino. O outro passo importante deste processo, que funciona com um terceiro momento, apresenta-se a Extensão Universitária, responsável pela colocação dos conhecimentos científicos, pesquisados e ensinados na Universidade, em confronto com a comunidade humana.⁽⁴⁾

A ação deste terceiro momento, poderá acontecer, segundo, ainda, GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 58), de duas maneiras: a primeira, dando-se com o retorno para a comunidade, de elementos qualificados pela universidade e que serão os profissionais' a atuarem em favor desta; e a segunda, evidenciando-se pela constante busca de não se distanciar dos pontos de partida de seus conhecimentos, ou seja, de tudo que possa ser objeto de estudo e pesquisa.

Deste modo, sendo os autores supracitados, estudiosos da matéria, no desempenho de seus cargos como - Assessor e Pró-Reitor de Extensão - respectivamente, na Universidade Federal de Goiás, em nome da instituição, esboçaram um operacional 'entendimento acerca do assunto, interpretando, pois, como:

"uma saída dos contornos convencionais da universidade, realizada por professores e

(4) Nesta concepção de "a universidade ser para a comunidade humana", evidencia-se o caráter de indissociabilidade que deve pautar as três funções essenciais da instituição universitária, que os autores (Gonçalves & Cassimiro, 1980, p. 58) complementam a explanação, afirmando que: "Ensinar, pesquisar, fazer extensão, não passam de três momentos de uma mesma realidade, ou mais explicitamente, três ângulos de enfoque de um único e mesmo objeto. Enfatizam que, ensinar, sem pesquisar é fossilizar conhecimentos. Pesquisar, se constitui na modalidade mais consentânea de realizar o ensino; por sua vez, ensinar é a tarefa que só se justifica quando for transmissão de conhecimentos atualizados pela pesquisa; e a Extensão é um terceiro momento da mesma realidade.

alunos, para transbordar sobre a comunidade o fruto de sua elaboração mental e técnica, buscando prestar serviços, ministrando cursos, inserindo-se nos projetos regionais, estaduais, nacionais de desenvolvimento, por atividades indissociadas dos departamentos, os quais, quando necessário, se vinculam a projetos inter/multi-disciplinares, inter/multi-departamentais, com a finalidade de integrar a Universidade à comunidade, de modo a realimentar o sistema de ensino, bem como as atividades de pesquisa", (op. cit., p. 59).

Por outro lado, partindo das reflexões, agora, de um órgão (CRUB) que por natureza tem, sobre si, a incumbência maior dos rumos do sistema universitário, merecem menção especial. Assim, por ocasião da XXIII Reunião Plenária,⁽⁵⁾ realizada em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1976, o CRUB exprimiu princípios relativos à prática extensionista que incide nos aspectos: integração universidade/comunidade, programas de extensão indissociáveis às atividades-fins, projetos não generalistas, busca de alianças e associações com órgãos interessados em concentrar esforços, etc.

A propósito, focalizam-se aquelas recomendações entendidas como de maior relevância como:

"1. Por Extensão Universitária, deve entender-se, no conceito atual, toda a atividade universitária que tenha em mira a integração universidade/comunidade; 2. O pro-

(5) Integraram a Comissão Relatora, os Reitores: Augusto da Silveira Mascarenhas, da UFBA; Hélio Fraga, da UFRJ; e Hélio Homero Bernardi, da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

grama de Extensão, não deve ser dissociado das atividades-fins, mas atuar no campo do ensino e pesquisa, realimentando ambos; 3. Tenha-se por normas não criar modelos de programas de extensão universitária com propósito de generalização às universidades; 4. É conveniente procurar alianças e associações com órgãos governamentais ou não, em nível local ou regional, a fim de congregar interesses e concentrar esforços, e, por último, o Conselho de Reitores reconheceu, ser mister adotar programas que possibilitem avaliação progressiva e reiterada de rendimento, prevista desde sua elaboração, pois, permitiria estimular o prosseguimento ou fazer correções sugeridas pela experiência em curso"(CRUB,1976, p. 59-60).

Analisando os princípios acima, de um modo geral, vê-se a Extensão Universitária concebida como um instrumento de comunicação da universidade com a comunidade, sob o aspecto de uma instituição flexível, isto é, uma universidade aberta, participativa e atuante junto aos anseios da comunidade.

Corroborando as preocupações manifestadas anteriormente pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, reveste-se de significado especial reportar-se ao Relatório da Secretaria de Ensino Superior do MEC, relativo ao Ensino Superior' no Brasil no período 1974/1978 quando salienta que a Extensão Universitária no Brasil está hoje mais inserida no contexto dos estabelecimentos de ensino, mesmo com as distorções ainda não superadas. Continua o relato enfatizando que:

"criou-se uma preocupação institucional de como integrar as três funções básicas, tornando o ensino como um todo que flui naturalmente da sala de aula ao laboratório, à comunidade e volta à sala de aula, configu

rando o estabelecimento de uma instituição com a responsabilidade comunitária bem definida, de contribuir para a evolução da ciência e tecnologia, e formar profissionais conscientes das necessidades sociais" (CRUB, 1978, p.)

Não obstante, ao contrário do que mostrou o relatório mencionado, a respeito da prática extensionista pelas universidades brasileiras, mister também se faz apresentar o parecer de um documento oficial, intitulado "Reforma Universitária: avaliação da implantação"(1975). Este minucioso trabalho, teve, como objetivo principal, desenvolver uma avaliação global da Reforma Universitária, envolvendo, desta feita, um levantamento pormenorizado em todas as universidades federais. No que concerne à função-extensão, esta foi dividida para efeito de análise do estudo, em quatro itens: fundamentação legal, organização, atividades e conclusões sobre o tema.

No item "organização das atividades de extensão", a pesquisa constatou que as mesmas resultam da iniciativa dos Departamentos, ou da Reitoria, "deixando de haver, muitas vezes, uma integração funcional". Acresce, ainda, que a própria Coordenação da Extensão não se acha definida setorialmente, sendo feita por órgãos das mais diversas naturezas, tais como: Câmaras, Coordenações, Subreitorias ou Pró-Reitorias, Comissões, Departamentos, Divisões, etc.

No outro item, "Atividades de Extensão", estas foram classificadas como sendo de três espécies: cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária. A primeira modalidade apresentou um destaque predominante frente às demais; a segunda revelou uma atuação muito fraca ou quase inexistente e a terceira modalidade, apresenta-se sob as formas de Campi Avançados, Projeto Rondon e os Centros Ru

rais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

No ítem final, o trabalho referido, baseando-se nos dados coletados junto às instituições universitárias, ensejou um quadro crítico de conclusões sobre o assunto, que, pela importância, cabe mencionar as seguintes:

"1. A atividade de extensão constitui-se na forma preponderante de atuação da Universidade sobre o meio, seja este, sua área de influência ou não; 2. Do ponto de vista da execução desta atividade, nota-se que a ausência de programação global, é constante em toda realidade pesquisada; 3. É precária a articulação entre o exercício desta atividade e a administração central; 4. Os departamentos desenvolvem programas que, na maioria das vezes, não se conectam com aqueles que têm lugar no âmbito da Administração Central(...); 5. O cumprimento da Extensão, na maioria das vezes, pouco tem a ver com o exercício das funções de ensino e pesquisa em sua forma usual", MEC/UFRB (1975, v. 2, p. 511-21).

O trabalho referido concluiu, ainda, (p. 521) que uma grande parte das dificuldades que enfrenta a função-extensão para se firmar e integrar-se completamente no seio das atividades universitárias, decorra do "fato de não ser esta propriamente uma terceira função da Universidade, que participe da mesma natureza e do mesmo nível conceitual do ensino e da pesquisa, seria' ela talvez, antes uma das formas de exercício das funções puras: ensino e pesquisa".

Neste sentido, poder-se-ia acrescer também - como é claramente observável - a própria desimportância que o tema suscita, a começar pelo desequilíbrio e pouca ênfase que se verifica na legislação escolar. Como agravante maior, apresentam -

se-lhe às já conhecidas e presentes dificuldades que coexistem no âmbito universitário, sempre que se propõe definir uma conceituação que vislumbre uma prática eficiente.

Nos encontros de âmbito federal e regional que se têm promovido, ora sob a coordenação direta do Ministério de Educação e Cultura, através da Coordenação de Assuntos de Extensão - CODAE, ou sob o patrocínio de instituições interessadas em trocar experiências e idéias sobre atividades extensionistas, busca-se discutir uma conceituação que oportunize sua verdadeira operacionalização por parte das instituições universitárias.

Com este propósito, ROCHA citado no Relatório da UFSC (1977, mimeo, p. 8) manifestou-se assinalando o aspecto "retroalimentação", que, a seu ver, deve ser entendida como sendo uma figura de dois pólos que se alternam permanentemente. O pólo representado pela realidade social-complexa e densa de pressões, necessidades e exigências de toda ordem, e do outro lado despontando a universidade como força viva e identificada o quanto possível com a problemática que procura especular, da mesma forma, ordenando, logicamente, o investimento de um "Know-How" que não é apenas científico e tecnológico, racional e técnico, mas que conta, sobretudo, com a inquietação do sentimento de solidariedade e com excitação do ideal de servir. Enfim, lembra o citado autor que a "retroalimentação" é um conjunto de sugestões que circulam da comunidade interna da universidade à comunidade geral de influência, e vice-versa, num movimento de contínua partida e retorno de incorporação de mútuas experiências que ocorrem sempre e enquanto se faz extensão universitária.

Baseando-se, desta feita, no que foi exposto acima, pode-se inferir que a retroalimentação significa, em termos amplos, a adequação do sistema universitário às necessidades de-

tectadas. Daí, advindo possibilidades de providências que podem ir, desde a simples alteração de conteúdo programáticos de uma disciplina, até a própria diversificação no elenco das ofertas de cursos a serem ministrados.

Assim, portanto, a Extensão Universitária além de possibilitar a retroalimentação de todo um processo acadêmico, visa sobretudo a discutir e pragmatizar as atividades de ensino e os produtos oriundos da pesquisa, levando a universidade a participar da solução de problemas, ocupando posição de destaque no processo de desenvolvimento local e regional.

Diz-se também que a extensão é um sub-sistema universitário, porque baseia-se, fundamentalmente, na estrutura e programação do departamento acadêmico, destinando-se a integrar os demais sub-sistemas (Ensino e Pesquisa) e atuar em função deles como fatores de formação do aluno e como elemento de aceleração do progresso da sociedade. Funcionando, dessa forma, pode apresentar-se como mecanismo renovador de métodos e de conteúdo do processo ensino-aprendizagem, por intermédio do comportamento retroativo, que é formado pela integração universidade-sociedade.

Com efeito, em termos gerais, a partir das considerações apresentadas no decorrer deste estudo, é possível concluir-se que: referindo-se ao aspecto "concepção" da Extensão Universitária, esta encontra-se vinculada às diferentes práticas e modalidades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, refletindo, naturalmente, a ideologia da entidade e/ou da sociedade como um todo em que está inserida.

Do mesmo modo, constata-se com clareza a inexistência de um conceito único e completo acerca do tema, sendo, não obstante, de fundamental importância destacar que as proposições colocadas não chegam a configurar elementos contraditórios.

Assim, por conseguinte, procedendo-se uma análise

dos vários conceitos e reflexões aduzidas até aqui, infere-se que são várias as interpretações sobre o assunto: para uns a prática extensionista tem um valor indispensável na estrutura da universidade como forma de convivência didática, de ensinar o formalismo acadêmico; para outros a função-extensão tem, como o foco da atenção universitária, o aspecto da transcendência aos umbrais da universidade, para atingir os elementos da comunidade.

Afirma-se, também, que sua finalidade essencial seria dilatar os benefícios da instituição de ensino superior, sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, etc àqueles que não se encontram diretamente associados à vida universitária. Vê-se ainda, a extensão como sendo um subsistema, componente do sistema universitário, através do qual a instituição estende sua área de atendimento a organizações, outras instituições e populações de um modo geral, e delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentar os componentes (ensino e pesquisa). É vista, também, como ponto permanente de conexão entre a universidade e os diversos setores da sociedade, atuando internamente na complementação acadêmica dos discente e, externamente, prestando serviços à comunidade que a sustenta.

Neste sentido, ou seja, prestar serviços, ROCHA (1974, op, cit.,) faz uma ressalva, enfatizando que é competência da universidade estender à comunidade seus serviços através das atividades inerentes ao ensino e a pesquisa, mas sem praticar, portanto, assistencialismo social, como se observa muitas vezes na própria caracterização da ação, em face da parca sistematização dos programas e projetos extensionistas.

Por outro lado, BLONDY (1972, op. cit.,) interpreta que o termo extensão em seu uso universitário, está ligado à idéia de um centro intelectual do qual se irradiam para o exterior: a ciência, a tecnologia e a arte, subsistindo neste aspecto

a relação cultural de subordinação e dependência que se processa entre universidade/comunidade. Acentua, de outra forma, DEMO(1980) que a Extensão Universitária é função de extrema complexidade e importância; no entanto, a perspectiva que se tem adotado até o momento, de modo geral, é insatisfatória e jamais integrou a vida universitária por dentro".

Gonçalves & Cassimiro(1980) enfatizam que só podemos entender e sentir o ensino, a pesquisa e a extensão, como funções da universidade, se estas tiverem suas metas projetadas e voltadas para o homem como seu objetivo supremo. Estes mesmos autores definem a extensão como sendo uma saída dos contornos convencionais da universidade, realizada por professores e alunos, para transbordar sobre a comunidade o fruto de sua elaboração mental e técnica.

Por último, para outros, a função-extensão é entendida como atividade de retroalimentação do sistema universitário e de integração com o meio. Com efeito, lembra ROCHA(1977) que a retroalimentação é um conjunto de sugestões que circulam da comunidade interna da universidade à comunidade geral de influência, e vice-versa, num movimento de contínua partida e retorno de incorporação de mútuas experiências que ocorrem, sempre e enquanto se faz extensão.

Para efeito do presente estudo, considerar-se-á, portanto, a concepção anteriormente mencionada, de extensão universitária, cujo conceito figura no Documento-Base de orientação da ação do Ministério de Educação e Cultura na área de extensão, Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975, mimeo, p. 1)- qual seja: "... é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações, de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componen

tes do sistema universitário, ou seja, o Ensino e a Pesquisa".

A propósito, convém enfatizar que, para o presente estudo, a extensão universitária é compreendida com uma das funções básicas e essenciais para a vitalização, avaliação e reorientação do sistema universitário como um todo, englobando, portanto, as atividades-fins e atividades-meio.

Analisadas, portanto, as diversas interpretações a apresentadas a respeito de concepções da extensão universitária ; no ítem seguinte pretende-se dar destaque a aspectos legais, conceituais, operacionais e objetivos dos programas de ação comunitária: CRUTAC's e CAMPI AVANÇADOS.

2.6 - PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA: CRUTAC's E CAMPI AVANÇADOS

Com o advento da Reforma Universitária, surgiram vários órgãos e/ou programas com a finalidade de desenvolver atividades de ação comunitária ou de prestação de serviços à sociedade. Para o cumprimento desses encargos, eram mobilizados os universitários aptos à prática do estágio.

Dentre os diversos programas instituídos pelo Governo Federal, voltados para este campo de ação, focalizaremos apenas o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e os CAMPI AVANÇADOS do Projeto Rondon, vinculados ao Ministério de Educação e Cultura e ao Ministério do Interior, respectivamente, em razão de contarem com a participação mais direta das Instituições de Ensino Superior nas fases de planejamento e execução de suas atividades.

O programa CRUTAC constituiu-se numa iniciativa pi-

oneira em 1966, pela Universidade Federal do Rio Grando do Norte, na Gestão do Reitor Onofre Lopes; que fora sensibilizado pelo estado de pobreza, de atraso e de carência generalizada das populações da zona rural, das regiões Norte e Nordeste, que assim descreveu a situação:

"...vamos encontrar grande parte da população brasileira precisando de serviços constantes, porque também é constante o homem doente, espoliado na suas condições energéticas, é o homem sujeito às endemias...; é o homem analfabeto, alheio à sua própria situação humana, é o homem que desconhece os seus direitos, que vive em situação passiva, que não participa do processo de desenvolvimento do país, e que, no entanto, forma essa grande área desassistida da população brasileira", (SILVA, 1977, p. 114).

Como se observa claramente, os programas CRUTAC's são direcionados ao setor ruralista, ou seja, seus objetivos são voltados ao treinamento de universitários na área rural, de forma a conscientizá-los dos problemas dessas comunidades interiores, oportunizando a familiarização com a sua problemática, através da prestação de serviços.⁽⁶⁾

O programa referido, que fora idealizado com a preocupação de, ao menos, suavizar o quadro crítico dos habitantes da zona rural, possuía as seguintes finalidades: 1- treinamento em áreas rurais, devidamente preparadas, de estudantes concluintes dos diversos cursos universitários, sob a forma de estágio

(6) Os Programas CRUTAC's e Campi Avançados são reconhecidos como as únicas experiências de características nacionais, de extensão universitária, sob a forma de ação comunitária. Veja SOUZA, Edson Machado de. A extensão universitária e os programas CRUTAC's. MEC/DAU. mimeo, Brasília, 1975, p. 3.

supervisionado; 2- prestação de serviços multiprofissionais às comunidades, visando a promoção do homem e ao desenvolvimento coletivo; 3- integração com todos os serviços municipais, estaduais, federais ou particulares, de modo a assegurar o rendimento máximo de trabalho e evitar a dispersão de recursos; 4- dar caráter de permanência aos trabalhos, sem solução de continuidade, mediante rodízio de equipes; e finalmente, a execução de projetos específicos de interesse local, SILVA(1974, p. 23-4).

Posteriormente, o Governo Federal coerente com a filosofia e objetivos dos programas CRUTAC's que começaram a ser empreendidos, criou a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) através do Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969. Estas comissões tiveram objetivo de facilitar e estimular a implementação dos CRUTAC's nas universidades brasileiras. Foram criados à época 22 programas nas universidades das várias regiões do país.

Assim, através dos programas CRUTAC's a Universidade pôde projetar seus serviços à comunidade rural, numa modalidade eminente de ação comunitária. Diferencia-se dos trabalhos que os Campi Avançados do Projeto Rondon desenvolvem, visto que, estes projetam a Instituição de Ensino Superior para uma região distante da sua sede, ou seja, enquanto os CRUTAC's são tipicamente uma forma de ação das Universidades sob sua própria área de inserção, como é característico das IES Nordestinas, os Campi Avançados caracterizam-se por constituírem uma forma de ação das Universidades fora da sua área de inserção.

Para o prof. Fernando Mota, ex-superintendente adjunto da SUDENE, citado por SILVA(1976, p. 22-3), em se utilizando os três propósitos básicos do CRUTAC - o treinamento, motivação da comunidade e a prestação de serviços - crê-se que se achou uma fórmula muito oportuna para se dar ao saber universitá-

rio um sentido de aplicabilidade, de não tornar as nossas universidades trancadas em si mesmas. Adiante, complementa enfatizando, que é também uma forma objetiva de motivações das comunidades, um meio pelo qual as populações rurais têm a universidade mais perto de si, assimilando-lhe o saber, os hábitos, a razão e os meios de luta por condições de vida digna da pessoa humana.

Em termos operacionais, ROCHA(1974, p. 4-6) apresenta reflexões a respeito da efetiva aplicação na prática dos CRUTAC's, destacando os elementos que define como "finalistas" para efeito de programação e planejamento de suas linhas de ação, a seguir: 1- Interiorização da Universidade - significa interiorizar a instituição, através do melhoramento e diversificação de seus campos de estágios, procurando responder ao apelo desenvolvimentista de sua região, por intermédio da participação ativa de professores e alunos; 2- O treinamento - deve ser contínuo e encarado numa perspectiva de desenvolvimento e formação de novas mentalidades; 3- Ação Comunitária - tem por finalidade específica, promover a integração e participação ativa das Comunidades; 4- Interprofissionalização - procura conduzir o discente a uma integração, no sentido de se trabalhar em equipe, buscando a solução dos mesmo problemas, na interpretação da realidade, na superação de bloqueios e na capacidade de compreensão do significado de outras profissões.

Não obstante, as proposições já salientadas pelos programas CRUTAC's, no sentido de a Universidade poder implementar esses mecanismos, projetando seus serviços à comunidade interiorana; na prática se reconhece que as instituições de ensino ainda têm muitas dificuldades em como gerir estas idéias num plano factível, até porque, como se observa, não há o necessário respaldo normativo que possibilite a inserção destas atividades nos Departamentos. A respeito desse descomprometimento,

mostrou o Relatório do Encontro Regional de CRUTAC do Norte e Nordeste, referindo-se ao programa pioneiro do País. Este, por sua vez, "...não conseguiu articular-se com o sistema acadêmico, não planejou adequadamente as suas programações com a estrutura acadêmica e deu muito relevo aos aspectos assistenciais, sobre os de ação comunitária", (In: CRUB, 1976, p. 61).

Por outro lado, referindo-se ao sistema de Campi Avançados, outra modalidade classificada como extensão universitária, sob a forma de ação comunitária; a propósito, salienta DEMO(1981, mimeo, p. 1) que esta experiência tem se constituído um dos pontos altos do Projeto Rondon, pois, por seu intermédio, a universidade tem conseguido ensaiar algumas idéias sobre a necessidade de sua inserção na comunidade e sobre a problemática da interiorização do desenvolvimento. O próprio fato de que muitas universidades não sentiram este apelo mostra, não somente falta de consciência social por parte delas, mas também a necessidade de maior reflexão em torno do fenômeno. Complementa o autor referido, que as diretrizes de política educativo-cultural do Ministério de Educação e Cultura, vêm muito ao encontro das expectativas do Projeto Rondon. Isso porque, "...no sentido de que as universidades são, ostensivamente desafiadas a cumprirem seu papel social e cultural, não apenas como exigência de atividade chamada de extensão, mas sobretudo como expressão necessária da qualidade do ensino e da pesquisa".

Como é sabido, o Campus Avançado surgiu com o Projeto Rondon e a partir dele. O primeiro a ser instalado foi em 1969, em Boa Vista-Rr., por iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Caracteriza-se pela presença permanente de universitários e professores, executando atividades que visam ao desenvolvimento da micro-região, onde se encontra sediado.

Dentre os Programas do Projeto Rondon (Operação

nacional, Operação regional, operações especiais, Estágio remunerado, Interiorização e fixação de mão-de-obra e Campus Avançado), este último constitui-se no principal a ser executado sob a forma de convênios com universidades; representa a prática da extensão universitária para fora de sua área geo-educacional.

Desta forma, por intermédio de convênios, fica sendo atribuição da instituição universitária, manter e dirigir o Campus com participação financeira e garantindo a presença permanente de universitários e docentes em equipes substituíveis mensalmente, executando atividades inerentes ao progresso de sua região.

No tocante ao aspecto objetivos, o Campus Avançado como estratégia de interiorização do desenvolvimento pela universidade, têm finalidades básicas, que são: 1 - proporcionar à região melhores condições de se transformar em pólo de desenvolvimento; 2 - proporcionar educação de base; 3 - dar condições aos universitários de obterem ensinamentos através da prática, mediante a execução de trabalhos e projetos junto à comunidade; 4 - criar meios para adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos; 5 - cooperar com órgãos públicos federais, regionais ou municipais, bem como órgãos privados, sob a forma de projetos, estudos, pesquisas e serviços com vistas à implantação de programas específicos para o desenvolvimento local integrado; 6 - propiciar o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à comunidade do processo de desenvolvimento das comunidades, contribuindo assim para melhorar o nível de vida da população do interior brasileiro; 7 - trazer à universidade a perfeita visão da realidade brasileira; 8 - contribuir para integração da instituição universitária às comunidades brasileiras; 9 - ser veí-

culo de aprimoramento da formação social da comunidade como forma representativa da potencialidade de sua instituição universitária; 10 - contribuir para melhorar o nível de vida da população, sendo ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário; e por último, visa a possibilitar condições para que a universidade estenda à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes; de acordo com as Normas Gerais para funcionamento de Campus Avançado (Brasília, s.d., mimeo, p. 34).

Em se procedendo uma análise do que está preconizado nos objetivos mencionados, como pontos a serem almejados pelo sistema de "campi avançados", pode-se concluir que os mesmos poderão ser operacionalizados por meio de atividades típicas de extensão universitária, revestindo-se naturalmente, em efetivas conveniências para os componentes do processo extensionista, qual sejam: professores, alunos, instituição e comunidade.

Baseando-se, ainda, em informações de caráter oficial em torno do ítem em estudo; encontraremos o Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras demonstrando interesse especial ao papel que tem desempenhado o Campus Avançado à sistematização da função-extensão. O CRUB que tem, sobre si, incumbência de órgão promotor de encontros e debates dos problemas relativos ao aprimoramento do ensino superior, promoveu um ciclo de estudos que culminou com a elaboração de documento intitulado "Uma visão do Campus Avançado". Nesta obra fica claramente demonstrada a preocupação do órgão a respeito de seu efetivo exercício, salientando que "...cada Campus possui uma vitalidade diferente, assim como cada universidade possui um ambiente, um momento e um potencial específico e que sua eficácia social tem sempre a medida e a marca da universidade a que está entregue",

CRUB(1980, p. 17-8).

Adiante, conclui o documento referido, (p. 18) que as experiências nos Campi Avançados são uma oportunidade à disposição da universidade brasileira para: 1 - implementação de programação curricular de estágios obrigatórios e não-obrigatórios; 2 - relacionamento estreito com as comunidades interioranas, seus valores e cultura; 3 - desencadeamento de um processo educativo que tenha como resultado a participação da comunidade em seu próprio processo de desenvolvimento; 4 - contribuição aos esforços governamentais e privados para o desenvolvimento de regiões interioranas; 5 - reflexão e experiências com vistas ao aperfeiçoamento de objetivos e métodos de ensino e pesquisa na universidade; 6 - atendimento de preocupações político-estratégicas ligadas a vazios demográficos, econômicos e culturais existentes no país, o que constitui responsabilidade nacional; 7 - uma experiência sui generis para o enriquecimento humano, social e profissional, sobretudo do jovem universitário.

Voltando-se ao aspecto, funcionamento e implantação dos programas Campi Avançados, estes se dão através de convênios com duração média de cinco anos e reúnem de praxe os órgãos: Fundação Projeto Rondon, universidades interessadas, Superintendência Regional de Desenvolvimento, Governo Estadual e municipal. A instituição universitária, incumbe-se, através de seus recursos humanos, dos encargos de coordenação dos trabalhos de preparação de equipes, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas, bem como de preparação de relatórios periódicos, expedição de certificados. É ainda de sua competência o provimento de articulações necessárias ao seu efetivo exercício.

Enfocaram-se os pontos principais dos programas de ação comunitária(CRUTA's e Campi Avançados). A seguir, pro-

cura-se focalizar pontos de vista que mencionem a relação estágio/extensão. Nesta análise dar-se-á importância a alguns conceitos inerentes ao estágio, como: conceituação, finalidade, vinculação entre estágio e extensão e, também, a própria significação do estágio no aprimoramento de disciplinas.

2.7 - O ESTÁGIO COMO INSTRUMENTO EFETIVO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA

As tentativas de definição de uma política extensionista universitária, entrosada com as atividades de estágios, têm merecido atenção especial, por parte dos órgãos oficiais responsáveis pela fixação de diretrizes educacionais do País. Como já foi referido, a primeira - política de extensão universitária - apresentou-se ensaiada no documento "Plano de Trabalho de Extensão Universitária" (1975). A segunda, que diz respeito às atividades de estágio, ainda parece ressentir-se de um real implemento e definições oficializadas por parte do Governo Federal. A esse respeito, destaca-se a Lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante, na medida em que apresenta a definição de uma situação mais objetiva na consideração do estágio como parte essencial do processo ensino-aprendizagem.

Com a Lei nº 6.494/77, que a par de outras providências, estabelece nos § 1º e 2º, respectivamente, que:

"- O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiências prática na linha de

formação, devendo, o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente lei.

- Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano", Leis, decretos (1977, p. 01).

Uma análise do que está prescrito nos retrocitados parágrafos da lei que passou a reger os desígnios do estágio acadêmico, permite destacar que este instrumento legal pretendeu esboçar, numa situação pioneira, observâncias de caráter oficial na medida em que instituiu critérios a serem obedecidos.

Por outro lado, reconhecem-se certas disfunções em torno das atividades de estágio. Neste sentido, GONÇALVES & CASSIMIRO(1980, p. 64) procuram, inicialmente defini-lo, retomando o sentido semântico da palavra, confrontando com outros dois conceitos usuais da vida universitária possuidores de elementos comuns e também peculiares, que são: aula prática e extensão. Semanticamente, "stagium" significa permanência ou demora em determinada situação. No contexto universitário, corresponde ao período de exercício prático de uma profissão ou disciplina, tendo, como objetivo maior, a formação do discente. O estágio, por sua vez, leva o aluno ao exercício mais prolongado de uma ação profissional, ao invés da aula prática que possui caráter transitório e momentâneo. O estágio supõe supervisão e orientação do aluno, podendo ser alterado de acordo com o progresso do discen-

te, enquanto que a aula prática exige sempre uma relação professor-aluno. Enfim, o estágio tem como meta principal, trabalhar o aluno para que este reúna condições de exercício de sua tarefa profissional. Em síntese, concebe-se que aula prática e estágio são atividades complementares do processo ensino-aprendizagem, da mesma forma que "a atividade extensionista acrescenta ao profissional formado pelo estágio, a característica da formação do indivíduo".

Em assim sendo, admite-se no contexto universitário que o estágio se realize dentro da extensão universitária - usualmente - desde que a presença do mestre ou representante seja uma constante. Interpretando por este ângulo, pode-se inferir que o conceito de extensão engloba o conceito de estágio, ou seja, conclui-se que o estágio é um instrumento efetivo da prática extensionista, à medida que é capaz de otimizar a profissionalização do estudante, e através da colaboração que este presta à comunidade.

Retomando, ainda, a certas interpretações que descharacterizam, na sua essência, o conceito de estágio, mister se faz referir-se a TOALDO (1977, p. 52-3), citando Suassuna, assessora da CODAE/MEC, que examinando a situação do estágio no ensino superior brasileiro, fez constatações pessimistas a respeito do assunto. Salientou a técnica que, com apelido de estágio se faz praticamente tudo, por exemplo, se aluno recebe uma bolsa para prestar serviços administrativos; se o aluno visita ou observa o funcionamento de uma instituição: se o aluno desenvolve numa empresa uma atividade qualquer, mesmo que seja desvinculada de sua formação profissional específica, etc, a tudo isso, se diz ou se alega ser estágio. Adiante, complementa, a professora em epígrafe, que diante da importância de que se reveste o tema para a formação do profissional, torna-se necessário, "conceituá-

-lo com clareza, compatibilizando-o com os currículos, programas, calendário escolar; (...) sãõ assim, ele poderã desempenhar o seu papel como complemento do ensino e da aprendizagem. Em sãntese, sustenta a tese de que a adoçãõ de uma polãtica de estãgio supõee que se lhe dẽe um corpo filosõfico, programãtico e operacional".

Corroborando com o propõsito acima, convẽm mencionar a preocupaçãõ da Universidade Federal de Santa Catarina com a temãtica, face à crescente demanda de suas atividades prãticas discentes, paralela a uma oferta de estãgio reduzida ,

medidas, visando a ampliar e melhorar a integraçãõ dos aspectos teõricos e prãticos, consignados no documento "Diretrizes gerais do sistema de estãgios". Nestes critãrios o estãgio ẽ definido como sendo, o perãodo de exercãcio prẽ-profissional previsto em currãculo ou nãõ, em que o estudante de graduaçãõ permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes fundamentais, profissionalizante ou comunitãrias, programadas ou projetadas, avaliãveis em conceito e crãdito ou conceito, com duraçãõ e supervisãõ constante de leis e normas, UFSC (1981, mimeo, p. 03).

Admite-se, ser o estãgio um mecanismo essencial e complementar do processo ensino-aprendizagem, e que por seu intermãdio ẽ, usualmente, operacionalizada a prãtica extensionista; daã manifestar-se a interligaçãõ, a vinculaçãõ entre os programas de estãgios e extensãõ.

Da mesma forma, o estãgio ẽ um componente do subsistema ensino e representa a maneira de o aluno consolidar seus conhecimentos teõricos, no terreno da praticidade.

ROCHA(1976, p. 63) reforça esse entendimento, à medida em que salienta a importãncia que deve ter o relacionamento do estãgio com os programas de extensãõ, pois ẽ a funçãõ-extensãõ que projeta a universidade ao meio e, como tal, fornece

um campo de estágio vivo e renovado. Adiante, complementa que os programas de extensão devem ter uma diversidade que permita opções ao estágio dos estudantes, sem, contudo, criar proposições artificiais, deturpando os anseios comunitários ou institucionais. Chama atenção, ainda, afirmando que "o que dá qualidade ao estágio é a forma como é planejado, supervisionado e avaliado", residindo nessa sistemática, a íntima associação ao trabalho das coordenações de cursos, que são as responsáveis diretas por providências que visam a melhoria dos padrões do ensino.

Após essas considerações, que procuram enfatizar o conceito de estágio como elemento de complemento do ensino e da aprendizagem, através de sua ação prática, tem sentido arrolar algumas idéias citadas por GONÇALVES(1976, p. 15-6), a respeito de vantagens que o estágio representa para a Universidade, quais sejam: 1 - o estágio contribui para ajustar o ensino e a pesquisa às necessidades reais do meio; 2 - o estágio programado e orientado transforma-se em veículo de novos métodos e de novas técnicas, dando à Universidade o ensejo de observar o desempenho dos seus concluintes; 3 - o estágio revela as deficiências do ensino e sugere novos campos de pesquisa(retro-alimentação). Acrescenta, também, pontos básicos do estágio, que entre outros, consiste em: dar aos estudantes concluintes uma primeira oportunidade de trabalho profissional; cooperar com o desenvolvimento comunitário e, por fim, tem o estágio uma finalidade essencial, que é a de obter elementos de informação para reajustamento dos currículos e corrigir as distorções observadas na formação^{dos} profissionais egressos da Universidade.

Na investigação levada a efeito, sobre os aspectos mencionados acerca do estágio, inferiu-se, por exemplo, que foi a Lei nº 6.494/77 o único documento da natureza legal que apresentou critérios à prática do estágio acadêmico; que o es-

tágio deve exercer um papel de complementariedade do processo ensino-aprendizagem, em consonância com os currículos e programas escolares; que o exercício das atividades de estágios sofre disfunções operacionais, em face de inadequados entendimentos a respeito do instrumento; que se manifesta, muito claramente, na interligação dos programas de estágios e extensão, e por fim, fazendo uso das palavras do professor ROCHA(1976, p. 64), conclui-se, que a extensão e os programas de estágio representam da dos fundamentais para o sistema universitário, principalmente pe los fatores que podem gerar no sentido de melhoria dos padrões de ensino e como forma de levar a universidade a cumprir, de modo mais eficaz, a sua missão social.

3. METODOLOGIA

3.1 - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo objetivou detectar, através de pesquisa de campo junto aos docentes da Universidade Federal do Acre, em exercício no ano de 1982, a sua concepção e participação em atividades extensionistas promovidas pela Instituição mencionada no período compreendido entre janeiro/81 a junho/82. Pretendeu igualmente verificar a existência de correlação entre algumas características dos professores pesquisados e o ^{nível} de consistência entre o referencial teórico e sua concepção sobre Extensão Universitária, e também a participação em atividades promovidas pela UFAc, no período mencionado.

Considerando esses objetivos, o estudo pode ser caracterizado como descritivo-correlacional. Essa caracterização apóia-se em SELTZ et alii (1975, p. 59-0), quando menciona que os estudos descritivos pretendem "apresentar as características de uma situação, um grupo, ou indivíduo específico", enquanto que os correlacionais voltam-se a "verificar uma hipótese de relação causal entre variáveis".

3.2 - SUJEITOS

Foram sujeitos da pesquisa todos os professores que, no período compreendido entre janeiro de 1981 e junho de 1982, encontraram-se em exercício de função docente nos Departamentos da Universidade Federal do Acre, perfazendo um total de 160 (cento e sessenta) professores.

3.3 - QUESTÕES ESPECÍFICAS DE PESQUISA

- 3.3.1 - Quais as características gerais do corpo docente da UFAC, em termos de: área de formação profissional, nível de formação (titulação), departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal?
- 3.3.2 - Qual o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC sobre Extensão Universitária, em termos de: conceituação, natureza, forma de participação do docente, indicadores de avaliação dos resultados de atividades extensionistas, vinculação entre o estágio e extensão, finalidade do estágio e instrumentos e composição da equipe de avaliação do estágio?
- 3.3.3 - Qual a participação dos docentes em ativi-

dades de Extensão, promovidas pela UFAC, no período de janeiro de 1981 a junho de 1982, em termos de: participação em atividades de Extensão promovidas pelo Departamento, tipo de atividades de que participou, conhecimento da existência de órgão de Extensão na UFAC, conhecimento de programa geral de extensão, participação do docente em atividades extensionistas da UFAC, conhecimento e participação em atividades desenvolvidas no Campus Avançado de Xapuri(Ac) e importância do estágio para o aprimoramento de sua(s) disciplina(s) ministrada(s)?

- 3.3.4 - Existe correlação entre as seguintes características dos professores: área de formação profissional, nível de formação (titulação), departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal e o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos sujeitos sobre Extensão Universitária ?

3.4 - DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS TERMOS

Para efeito do presente estudo, os principais termos terão conotação definida como segue:

- Concepção em relação à Extensão Universitária - será entendida na dimensão cognitiva - conhecimento, noção, idéia, modo de ver e interpretação pessoal dos docentes da UFAC, em relação à Extensão Universitária. No caso do presente trabalho, para efeito de mensuração do nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção manifesta pelos docentes da Instituição sobre Extensão Universitária, atribuíram-se os seguintes valores: 3 - resposta consistente; 2 - parcialmente consistente e 1 - inconsistente. A concepção dos docentes focalizou os seguintes indicadores: 1) conceito de extensão; 2) finalidade da extensão; 3) natureza da extensão; 4) forma de participação do docente em atividades extensionistas; 5) indicadores de avaliação dos resultados de atividades de extensão; 6) vinculação entre o estágio e extensão; 7) finalidade do estágio; 8) instrumentos e composição da equipe de avaliação do estágio.

- Participação em atividades de extensão promovidas pela Instituição, no período de janeiro/81 a junho/82 - as atividades extensionistas estão compreendidas nas seguintes modalidades: cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária. A mensuração da participação dos docentes foi realizada através dos seguintes indicadores: 1) participação em atividades de Extensão promovidas pelo Departamento; 2) tipo de atividade que participou; 3) conhecimento de programa geral de extensão; 4) conhecimento da existência de órgão de extensão na UFAC; 5) participação do docente em atividades de extensão da UFAC; 6) conhecimento e participação em atividades de

envolvidas no Campus Avançado de Xapuri; 7) importância do estágio para o aprimoramento de sua(s) disciplina(s) ministrada(s).

- Docente - sujeito que, no período compreendido entre janeiro de 1981 a junho de 1982, desenvolveu atividade profissional de regência de classes na UFAC, em qualquer uma das seguintes categorias funcionais: professor-colaborador, auxiliar-de-ensino, assistente, adjunto, titular e professor-visitante.

- Área de formação profissional - refere-se à área acadêmica em que o docente, atuante na UFAC, tiver obtido sua formação profissional. Foi mensurada da seguinte forma: 1) área Tecnológica; 2) área Humanística e 3) área Biológica.

- Titulação - refere-se ao nível de formação acadêmica que o docente da UFAC declarou possuir, à época da coleta dos dados para o estudo. A titulação foi mensurada em: 1) Graduação; 2) Especialização; 3) Mestrado e 4) Doutorado.

- Categoria funcional - refere-se ao cargo que o sujeito ocupava, dentro da estrutura do quadro de carreira do magistério superior, na UFAC. Foi mensurada por meio das seguintes funções: 1) professor-colaborador; 2) auxiliar-de-ensino; 3) assistente; 4) adjunto; 5) titular e 6) professor-visitante.

- Regime de trabalho - refere-se ao número de horas semanais em que o docente desempenhava suas atividades profissionais na UFAC. Foi mensurado, nas seguintes categorias: 1) 20 horas; 2) 40 horas; 3) Dedicção exclusiva e 4) Outros.

- Tempo de serviço - refere-se ao número de anos completos que o docente desempenhava suas atividades profissionais na UFAC. Foi mensurado por meio das seguintes categorias: 1) até

02 anos; 2) mais de 02 anos, até 04; 3) mais de 04, até 06; 4) mais de 06 anos, até 08; 5) mais de 08 anos, até 10; 6) mais de 10 anos.

- Horas de docência - refere-se ao número de horas /aula/semanais em que o docente desempenhava atividade de regência-de-classe, junto a alunos da UFAc. Foi mensurado por meio das seguintes categorias: 1) até 04 horas/aula; 2) mais de 04 horas / aula, até 06; 3) mais de 06 horas/aula, até 08; 4) mais de 08 horas/aula, até 10; 5) mais de 10 horas/aula, até 12 e 6) mais de 12 horas/aula, semanais.

EXPLICITAÇÃO DO NÍVEL DE CONSISTÊNCIA ENTRE AS ALTERNATIVAS PRO-
POSTAS PELO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E O REFERENCIAL TEÓRICO

ASPECTO INVESTIGADO	ALTERNATIVAS	AVALIAÇÃO DA CONSISTÊNCIA COM O REFERENCIAL TEÓRICO
<p>Conceito de Extensão Universitária.</p> <p>QP/3.3.2</p> <p>TABELA 08</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="649 381 1685 566">1. Extensão universitária é a forma através da qual a Instituição Universitária estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral. <li data-bbox="649 582 1685 813">2. Extensão universitária é o processo de integração entre universidade e comunidade, processo esse que visa recolher subsídios para a retroalimentação do sistema, de maneira que se atenda às necessidades mais prementes do Estado. <li data-bbox="649 828 1685 1151">3. Extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações, de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes do sistema universitário, ou seja, o Ensino e a Pesquisa. 	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="1744 381 2053 412">1. Inconsistente <li data-bbox="1744 582 2220 659">2. Parcialmente Consistente <li data-bbox="1744 828 2006 859">3. Consistente

<p>Natureza da Extensão Universitária. QP/332 - TAB.9</p>	<p>1. Seu "Campus" e a própria universidade 2. Seus serviços e cursos 3. O Ensino e a pesquisa</p>	<p>1. Inconsistente 2. Parcialme. Consistente 3. Consistente</p>
<p>Finalidade da Extensão Universitária. QP/332-TAB.10</p>	<p>1. Os egressos da Universidade e para as Empresas 2. A solução dos problemas governamentais 3. As necessidades da Região e para a Comunidade</p>	<p>1. Inconsistente 2. Parcialme. Consistente 3. Consistente</p>
<p>Procedimentos da Extensão Universitária. QP/ 332 e TABELA 11</p>	<p>1. Através de administração específica ou de órgãos públicos 2. Através da ação comunitária e da prestação de serv. 3. Através do oferecimento do Ensino e da realização da pesquisa</p>	<p>1. Inconsistente 2. Parcialme. Consistente 3. Consistente</p>
<p>Forma de participação em atividades de Ext. Universitária. QP/332 e TABELA 12</p>	<p>1. Administrando atividades e, para isso, percebendo complementação salarial 2. Coordenando, supervisionando, orientando Programas de Extensão e prestando serviços 3. Desenvolvendo pesquisa e ensinando</p>	<p>1. Inconsistente 2. Parcialme. Consistente 3. Consistente</p>
<p>Forma de avaliação da Extensão Universitária. QP/332 e TABELA 13</p>	<p>1. Volume de serviços prestados e nível de atendimento ao mercado de trabalho 2. Número de procura, por parte da comunidade, e por entrevistas junto aos beneficiados 3. Desenvolv. do Ensino e da Pesquisa na Univ. e os resultados pragmáticos dos mesmos</p>	<p>1. Inconsistente 2. Parcialme. Consistente 3. Consistente</p>

Vinculação do Estágio. QP/ 332 e TABELA 14	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ensino e Pesquisa 2. Pesquisa e Extensão 3. Ensino e Extensão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inconsistente 2. Parcialmte Consistente 3. Consistente
Finalidade do Estágio. QP/ 332 e TABELA 15	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a competência do aluno e o ferecer mão-de-obra qualificada 2. Treinar e desenvolver experiências 3. Educacional e promoção de feedback para o sistema universitário 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inconsistente 2. Parcialmte Consistente 3. Consistente
Realização do Estágio. QP/ 332 e TABELA 16	<ol style="list-style-type: none"> 1. Após o curso formal, ou a critério do aluno 2. Interronpendo o curso ou no meio dele 3. Intercaladamente ou durante todo o curso 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inconsistente 2. Parcialmte Consistente 3. Consistente
Instrumentos de avaliação do estágio. QP/332 e TABELA 17	<ol style="list-style-type: none"> 1. Por fichas de acompanhamento e pela frequência 2. A partir do relatório do aluno e no local de estágio 3. Por testes práticos (antes e depois) e por trabalho de conclusão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inconsistente 2. Parcialmte Consistente 3. Consistente
Equipe de avaliação do Estágio. QP/ 332 e TABELA 18	<ol style="list-style-type: none"> 1. Das Câmaras de Ensino e dos colegas de trabalho 2. Do próprio aluno e por especialistas, no local de Estágio 3. De professores da Universidade e Coordenação de Estágio 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inconsistente 2. Parcialmte Consistente 3. Consistente

3.5 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A fim de que se obtivesse os dados requeridos pelas Questões de Pesquisa, elaborou-se um questionário composto de 03 partes: Dados de Identificação, Dados sobre concepção de Extensão Universitária e Dados sobre participação em atividades de extensão promovidas pela Instituição, no período de janeiro/81 a junho/82.

Na primeira parte, composta de sete (07) itens, foram investigadas as seguintes variáveis: área de formação profissional, departamento acadêmico a que pertence o docente, titulação, categoria funcional, regime de trabalho, tempo de serviço e horas de docência.

Na segunda parte, constituída por 11 itens, procurou-se detectar a concepção manifesta pelos docentes da UFAC, sobre Extensão Universitária, focalizando os seguintes indicadores: Conceito, finalidade, natureza, forma de participação do docente, indicadores de avaliação dos resultados de atividades extensionistas, vinculação entre estágio e extensão, finalidade do estágio e instrumentos e composição da equipe de avaliação do estágio.

Na terceira parte, constituída de 19 itens, procurou-se verificar a participação dos docentes em atividades de extensão promovidas pela UFAC, usando-se como indicadores: participação em atividades de extensão promovidas pelo Departamento, tipo de atividades que participou, conhecimento da existência do órgão de extensão, conhecimento de programa geral de extensão, participação em atividades extensionistas da UFAC, conhecimento e participação em atividades desenvolvidas no Campus Avançado de Xapuri, importância do estágio para o aprimoramento de sua(s) disciplina(s) ministrada(s).

3.5.1 - PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO E TESTAGEM DO INSTRUMENTO

Na elaboração do instrumento de pesquisa, partiu-se da implementação de questionário utilizado quando da realização do trabalho "Diagnóstico de atividades extensionistas e Estágios na área de Educação da UFSC", onde participamos em co-autoria, atendendo requisito de trabalho final à disciplina do programa "Assuntos Estudantis e de Extensão". O referido questionário sofreu diversas alterações, face às necessidades de adequação às exigências metodológicas e consecução dos objetivos pretendidos pelo estudo.

Para a validação de conteúdo, procedeu-se num primeiro momento, à apresentação do instrumento a três especialistas, com a finalidade de emitirem parecer sobre o conteúdo do mesmo em relação aos objetivos enfocados. Participaram a título de consultoria, dois professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC e pesquisadora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Desta feita, a partir de análise pelos mestres referidos, efetivou-se a reformulação de alguns itens do instrumento, visando a torná-lo mais consistente em relação aos propósitos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à testagem, através da aplicação do mesmo a uma população com características semelhantes aos sujeitos investigados, a fim de eliminar possíveis incorreções no que se refere ao entendimento de questões do questionário pelos sujeitos pesquisados.

3.5.2 - TESTE DE FIDEDIGNIDADE

Visando à testagem do instrumento em termos de estabilidade de seus resultados, ou do grau de consistência dos seus escores, isto é, quanto à sua fidedignidade, usou-se o método do coeficiente de correlação Alfa de Cronbach (coeficiente de consistência interna), recomendado por GUILFORD (1965, p. 378) e SANTANA (1979, p. 115).

Para a realização da testagem da fidedignidade, de acordo com o método mencionado, considerando a rigidez do processo de validade do conteúdo realizado, aplicou-se à população integral (160 professores em exercício de suas funções). Em função do rigor do teste, considerou-se desnecessário a aplicação de alguma porção da população. O teste foi realizado com as variáveis principais do estudo. Assim:

$$\alpha = \frac{K}{K - 1} \frac{1 - \frac{\sum_{i=1}^K \sigma_i^2}{\sigma_x^2}}{\sigma_x^2}$$

onde:

α = coeficiente

K = nº de ítems da escala

$\sum_{i=1}^K \sigma_i^2$ = somatório da variância dos ítems da escala

σ_x^2 = variância total da escala

O coeficiente de fidedignidade alcançado na aplicação do instrumento de pesquisa foi de 0,71, considerado aceito, de acordo com GUILFORD (1965, p. 378) e VIANA (1978, p. 167) onde enfatizam que "uma fidedignidade mínima de 0,70 é considerado aceitável para fins de decisão para uma pesquisa".

3.6 - COLETA DE DADOS

A coleta de dados procedeu-se por meio da entrega de instrumentos a cada departamento acadêmico, em quantidade correspondente ao seu efetivo de docentes em atividade, no primeiro semestre de 1982, sendo o próprio pesquisador responsável pelos trabalhos de coleta dos dados.

Ao final da aplicação dos instrumentos, foram preenchidos e recolhidos um total de 160 (cento e sessenta) questionários, representando cerca de 81% do efetivo em exercício de função docente (196) e cerca de 57% do contingente total que possuía a Universidade Federal do Acre (276); à época em que foi realizada a pesquisa (1º semestre de 1982).

3.7 - ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram tratados através de estatísticas descritivas e inferenciais.

No que se refere à caracterização dos sujeitos, empregaram-se estatísticas descritivas, com cálculo de distribuição de frequência absoluta e relativa e de medida de tendência central.

Para que se verificasse a existência de correlação na concepção dos docentes em relação às atividades de Extensão, em função das variáveis independentes: área de formação profissional, Departamento a que pertence, titulação (nível de formação), categoria funcional, regime de trabalho, tempo de serviço e horas-de-dôcência semanal, foi empregado o método de "Análise de Variância".

3.8 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas, de forma paralela a seus resultados. Entre essas, destacaríamos as seguintes:

1ª Apesar da relevância do problema que motivou esse estudo, razões de ordem técnica e limitações de ordem financeira impediram que o mesmo se ampliasse a diferentes instituições de ensino superior. Os dados e, por consequência, os resultados desse estudo somente são aplicáveis aos docentes que no período compreendido entre janeiro de 1981 a junho de 1982, atuavam na UFAc.

2ª O estudo é estritamente limitado do ponto de vista dos sujeitos-informantes. Não se considerou a concepção dos estudantes, ou de outros profissionais atuantes no âmbito da universidade, ou fora dela. Apesar de se ter consciência da importante contribuição que se poderia obter ampliando a população e a amostra, não foi possível fazê-lo.

3ª A análise dos dados contém, igualmente, em seu bojo, algumas limitações cruciais. Partiu-se de um referencial teórico, daí para a construção e testagem de um instrumento, cujas respostas foram o ponto de partida para o tratamento estatístico e análise dos dados. A própria experiência oportunizada por essa pesquisa indica que se poderiam obter informações mais relevantes e análise mais rica, caso se tivesse propiciado a participação dos informantes, nos diferentes momentos do trabalho.

Acredita-se, hoje, com a experiência adquirida, que um estudo de processo, quem sabe, uma pesquisa-em-ação, poderia conferir à extensão universitária a conotação que, teoricamente, lhe tem sido atribuída.

Apesar dessas limitações, dada a absoluta carência

de estudos sobre o tema, acredita-se que seu objetivo tenha sido alcançado. Toma-se a decisão de considerá-lo como uma primeira a aproximação do fenômeno, cujo conhecimento poderá e deverá ser aprofundado em novas e mais abrangentes investigações.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo compreende a descrição e análise dos resultados do estudo, tomando-se como referência as suas questões de pesquisa. No primeiro momento, focalizam-se as características gerais do corpo docente da Universidade Federal do Acre, como: formação profissional, departamento a que pertence, titulação (nível de formação), categoria funcional, regime de trabalho, tempo de serviço e carga-horária semanal em docência. Em seqüência, mencionam-se os resultados referentes ao nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção manifestada pelos docentes sobre Extensão Universitária e ao grau de participação dos professores em atividades de extensão, promovidas pela Instituição. Finalmente, apresentam-se os achados do estudo relativos à correlação entre características dos docentes e seu nível de concepção, ou de participação em atividades de Extensão Universitária.

4.1 - CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES

4.1.1 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com relação à formação profissional dos sujeitos, a tabela 01 permite encontrar um alto percentual (60,0%) de professores graduados em cursos de humanística, por outro lado, observa-se que a área tecnológica reúne 23,1% de docentes. Esses resultados podem ser justificáveis, caso se tenha presente que os cursos oferecidos pela UFAC estão voltados, principalmente, para a área de humanidade. Há que considerar igualmente, que 15,6% dos docentes não formados na área biológica, e que 1,3% possuem graduação simultânea nas duas áreas: humanística e tecnológica.

Em face desses resultados, pode-se concluir que o corpo docente apresenta uma alta taxa de profissionais com titulação específica, e coerente com a natureza dos cursos oferecidos pela UFAC.

4.1.2 - NÍVEL DE FORMAÇÃO

Com relação à titulação do corpo docente da IES, na Tabela 2, observa-se que 41,3% detêm curso em nível de graduação. Entretanto, vale ressaltar que a instituição dispõe de 55 docentes com cursos de especialização, 38 com curso de mestrado e 01 de doutorado, totalizando um percentual de 58,7%, do total de professores.

Esses dados conduzem à conclusão de que tem havido uma preocupação, por parte da direção superior da UFAC, em qualificar seus profissionais a nível de pós-graduação, sob o pressuposto de melhorar o seu desempenho docente, como é enfatizado no Relatório de Atividades versão (1981, p. 2) "...partindo dessa Filosofia de trabalho, tem procurado fortalecer a área de ensino, através de um corpo docente preparado, criando melho-

res condições ambientais para seus professores e alunos".

4.1.3 - DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE

Dos 10 (dez) departamentos acadêmicos existentes na Universidade Federal do Acre, observa-se na Tabela 3 um maior número de docentes atuando na área humanística, sobressaindo-se os Departamentos de Educação e de Letras, com percentual maior de professores (13,8% e 12,5% do total, respectivamente). Esse resultado é consistente com os dados da Tabela 1, onde a área humanística concentrou maior frequência de docentes (60%) titulados.

Quanto à área tecnológica, é representada pelos docentes que desenvolviam suas atividades nos Departamentos de Matemática e Estatística (6,3%) e de Ciências Agrárias e Tecnológicas (13,8%). Ressalta-se que esta representação de 20,1% do corpo docente da UFAC na área tecnológica reflete uma nova situação dentro da instituição, decorrente da recente implantação dos cursos de Heveicultura, Construção Civil e Topografia e Estradas. Esse quadro tende a evoluir para um percentual maior, considerando-se a perspectiva da criação do curso de Agronomia e outros, em futuro próximo.

Neste contexto, insere-se também a área biológica, representada pelo Departamento de Ciências da Natureza e pelo de Ciências da Saúde, Educação Física e Desportos, com percentuais de 8,1% e 14,4%, respectivamente, do total de docentes.

Assim, pelos dados analisados, percebe-se uma maior sensibilização da instituição, em relação ao seu meio, procurando adequar as suas finalidades às necessidades da região em

que atua, ou seja, ofertando cursos de formação identificados com a economia da região e com as necessidades de seu desenvolvimento social.

4.1.4 - CATEGORIA FUNCIONAL

A Universidade Federal do Acre, no que concerne à admissão de docentes, não fugiu ao que se pode considerar um procedimento normal às instituições congêneres do país, o que se verifica pelo grande percentual de docentes (66,3%) concentrados na categoria funcional de Auxiliares de Ensino. Esse resultado caracteriza uma situação de imobilidade do quadro funcional, em face da legislação então vigente na IES, que condicionava a ascensão apenas àqueles que contassem com cursos de mestrado e doutorado.

Com referência às demais categorias do quadro de carreira da Instituição, observa-se um percentual de 16,2% de Assistentes, de 13,1% de Adjuntos e apenas 1,3% de Titulares. Considerando-se os critérios sugeridos anteriormente, pode-se supor que esses sujeitos sejam os docentes com maior tempo de serviço na Instituição.

A respeito dos critérios para ascensão na carreira do magistério, CASTRO(1977, p.88) salienta que esta, "tal como hoje vigente, está definida de forma que o mestrado e o doutorado são os únicos caminhos para se trilhar essa carreira, (...) a ausência da alternativa de carreira determina um excessivo componente cartorial à busca de qualificação".

Em relação às categorias de Colaboradores e Visitantes, na UFAC, vale referir que a primeira delas constituía

uma categoria em extinção e a segunda, uma situação excepcional, motivo por que não se apresentam como significativas, para serem analisadas no presente trabalho.

4.1.5 - TEMPO DE SERVIÇO

Os dados apresentados na Tabela 5 revelam que 24,4% dos docentes não possuem mais de dois anos de serviço e que 37,5% estão na faixa dos quatro anos. O somatório desses percentuais (61,9%) vem, de certo modo, demonstrar o que ficou suposto no comentário atinente à Tabela 4, quando se sugeriu que os Auxiliares de Ensino constituíam o grupo mais novo e mais numeroso de docentes da instituição.

Quanto ao efetivo que se encontra na faixa de 4 a 6 anos, supõe-se que parte dele seja constituída de professores-auxiliares-de-ensino, que obtiveram titulação em cursos de mestrado e, assim, ascenderam à categoria de assistentes.

Com referência ao efetivo com tempo superior à 6 anos, infere-se que seja constituído também, em parte, de professores-assistentes, que hajam progredido pelo critério de tempo de serviço.

Sob um enfoque mais global, pode-se visualizar uma situação interessante: somando-se as duas primeiras classes de tempo de serviço, constata-se que a instituição, num período de 4 anos, contratou 99 docentes (61,9%), enquanto durante os 8 nos anteriores havia contratado 61 docentes (38,1%). Percebe-se, assim, que a Universidade Federal do Acre, a partir de 1978, iniciou uma fase de crescimento bastante expressiva, se se considerar que essa admissão de docentes pode representar uma expansão sistematizada das atividades-fins da instituição.

4.1.6 - REGIME DE TRABALHO

Segundo os dados da Tabela 6, verifica-se que, no que se relaciona ao regime de trabalho dos docentes, 67,5% estão contratados em regime de tempo integral, ou seja de 40 horas semanais. Este fato evidencia a possibilidade de envolvimento dos docentes nos programas de atividades-fins da instituição.

Por outro lado, constata-se que 46 docentes estão em regime de 20 horas semanais, ligados praticamente apenas às salas de aula, o que sugere disponibilidade reduzida para participação efetiva nas demais atividades.

Cabe notar, ao lado dessas observações, o insignificante número de docentes sob o regime de dedicação exclusiva (1,9%). Esse fato evidencia uma situação negativa, se se considerar válida a idéia de que, quanto mais tempo se dedicar o docente à sua instituição, melhor será o desempenho institucional como um reflexo desse envolvimento. Todavia, a UFAc não tem implementado a prática de Regime de Trabalho dos docentes, nesta categoria de Dedicção Exclusiva.

4.1.7 - CARGA HORÁRIA SEMANAL

Segundo os dados da Tabela 7, verifica-se que somente 23,7% dos docentes ministram até 4 horas-aula-semanais e que 21,3% insere-se no grupo que leciona mais de 4 até 6 horas-aula por semana. Computando-se os dois dados referidos, verifica-se que 45% dos docentes estariam ministrado apenas uma média de 4 a 6 horas-aula semanal. Nesse entendimento, há que se ressaltar ainda, o dado revelado na tabela 6 no tocante ao percen-

tual de 67,5% de professores em regime de tempo integral.

Em contrapartida, abalisando os dados da tabela em referência, sobressai um dado significativo, porquanto se apresenta oponente à situação descrita acima. Trata-se do fato de que 24 docentes (15%) da população pesquisada, acham-se sobrecarregados com mais de 12 horas-aula-semanais e que 14 ministram de 10 e até 12 horas-aula-semanais.

Os resultados do estudo parecem indicar uma situação de má distribuição da carga horária de aulas semanais entre os professores da instituição. A regularização poderia resultar de um aumento das atividades docentes em outros programas da IES, como os de Pesquisa e Extensão, haja vista o dado revelado na tabela 6 onde 67,5% dos professores são contratados em regime de 40 horas semanais (tempo integral).

4.2 - CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para efeito de mensuração de nível das respostas dos sujeitos de pesquisa, procurou-se dar determinados números de pontos como: 1= Inconsistente, 2= Parcialmente consistente e 3= Consistente, de acordo com o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC sobre Extensão Universitária, em termos de: conceituação, natureza, forma de participação do docente, indicadores de avaliação dos resultados de atividades, vinculação entre estágio e extensão, finalidade do estágio, instrumentos e composição da equipe de avaliação do estágio. Esse critério refere-se à questão de pesquisa nº 3.3.2. que corresponde no instrumento de pesquisa às perguntas de 08 a 18, que foram elaboradas visando a se mensurar o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção que os pesquisados têm sobre Ex-

tensão Universitária.

4.2.1 - CONCEITUAÇÃO

No tocante à análise dos dados verificados na Tabela 8 que dizem respeito à concepção que os sujeitos pesquisados revelam possuir sobre Extensão Universitária. Pode-se observar que 54,8% dos sujeitos manifestam-se consistentes com o conceito de extensão apresentado como referência por este estudo. Entenderam como sendo a "forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes do sistema universitário, ou seja o Ensino e a Pesquisa".

De outra forma, entende Dermeval SAVIANI (1981, p. 73), que a função de extensão deveria significar a articulação da Universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos, e difunde através do ensino, não ficasse restrito apenas aos universitários, "ao contrário, cabe a universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade".

Em paralelo, as respostas dos sujeitos também convergiram de forma expressiva porque 38,2% parecem concordar com o conceito que o estudo considera como parcialmente consistente, qual seja, a Extensão Universitária sendo concebida como o processo de integração entre Universidade-comunidade, processo esse que visa recolher subsídios para a retroalimentação do sistema de maneira que se atenda às necessidades mais prementes do Estado. Nessa perspectiva, vale salientar as colocações de FÁVERO

(1977, p. 16), que visualiza a Extensão Universitária como sendo um ponto permanente de conexão entre Universidade e os diversos setores da sociedade, atuando internamente na complementação acadêmica do discente e, externamente, prestando serviços à sociedade que a sustenta, e em GONÇALVES(1972, p.11) que ressalta a prática extensionista como a forma natural de integração universidade-comunidade e talvez a única maneira de avaliar com eficiência o papel que representa ao desenvolvimento cultural da outra, através do contato com a realidade social.

Já com relação ao conceito que o estudo considerou como inconsistente, por apresentar-se de forma incompleta, vez que não incorpora a idéia de relação, com "feedback" para o sistema de ensino como é abordado no próprio do Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975), registrou-se um percentual de apenas 7,0% dos sujeitos pesquisados.

Refletindo-se sobre os resultados apresentados na tabela em pauta, estes estão a indicar que os sujeitos parecem assimilar a função-extensão universitária nos moldes dos conceitos classificados como parcialmente consistente e consistente, que perfaz 93,0%, das respostas dos docentes da UFAC.

4.2.2 - NATUREZA DA FUNÇÃO-EXTENSÃO

Na tabela 9, que diz respeito ao nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção que o docente revela possuir sobre a natureza de extensão universitária, os dados acusam que 47,2% dos sujeitos pesquisados posicionaram-se favorável à alternativa que o estudo considera consistente, ou seja, que através da função-extensão a universidade estenderia as suas tarefas básicas: o ensino e a pesquisa à comunidade. Um

contingente menor de docentes (45) o que equivale ao percentual de 28,3%, posicionaram-se pela alternativa que o estudo considera como parcialmente consistente, ou seja, a assertiva que através da função-extensão a universidade estende seus serviços e cursos.

Estes pressupostos mencionados, encontram apoio em estudo realizado pelo CRUB(1974) e citado por ROCHA(1983, p. 182), que reafirmando o comprometimento didático dessa função, assinala: "o que compete à universidade é estender à comunidade suas atividades inerentes ao ensino e a pesquisa, sob a forma de cursos e serviços especiais".

No tocante a alternativa que o estudo elegeu como inconsistente, isto é que através da função-extensão a universidade estenderia seu "campus" e a própria universidade, registrou-se um percentual de 24,5% dos sujeitos pesquisados que posicionaram-se favorável ao enunciado, parecendo contrariar o referencial teórico pertinente.

4.2.3 - FINALIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Analisando os dados refletidos pela Tabela 10, que dizem respeito à concepção dos docentes pesquisados sobre a finalidade da extensão universitária, revela-se um alto número de professores (95,6%) do total de pesquisados, que posicionaram-se favorável à alternativa que o estudo considerou como consistente, ou seja, concebendo a Extensão universitária se dirigindo ao atendimento das necessidades da região e para a comunidade em que a IES acha-se inserida.

Neste sentido, já em 1931 através do Estatuto das universidades brasileiras, decreto nº 19.851 de 11 de abril de

1931 em seu artigo 109º assinalava que a extensão universitária' destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo, (In: FÁVERO, 1980, p. 159). PERKINS citado no I Documento apresentado no CRUB(1972, p. 21), analisando o papel que cabe à universidade nas sociedades modernas, observou que além da aquisição do conhecimento que é missão de pesquisa; a transmissão dos conhecimentos que é missão de ensino, compete ainda, pela aplicação do conhecimento, atuar na comunidade, em termos de serviços, através das atividades de extensão. Corroborando neste sentido, ainda, o estudo desenvolvido por VALENZUELA citado por TOALDO(1977, p. 49) mencionado no referencial teórico.

Por outro lado, referindo-se à alternativa que o estudo considerou como inconsistente, por indicar que a extensão universitária tem a finalidade de dirigir-se para os egressos da instituição e para as empresas, a pesquisa detectou que apenas 1,9% o equivalente a 03 professores posicionaram-se a favor da alternativa mencionada.

Assim, diante desses resultados apresentados na tabela 10, pode-se inferir que os docentes da UFAC revelam possuir conhecimento e consciência da finalidade da extensão universitária, na forma preconizada no referencial teórico.

4,2,4 - PROCEDIMENTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Analisando-se os dados levantados pela Tabela 11, que procura investigar dos pesquisados a opinião dos mesmos sobre formas de como se processa a extensão universitária, observa-se que 48,4% dos sujeitos colocaram-se de acordo com a alter-

nativa que o estudo aponta como consistente, por entender que a extensão universitária se processa através do oferecimento do ensino e da realização da pesquisa. De forma quase semelhante, se comporta o corpo docente da UFAc em exercício, quando posicionam-se favoravelmente à alternativa que o estudo considera como parcialmente consistente, ou seja a extensão universitária se processando através da ação comunitária e da prestação de serviços, porquanto 51,6% dos pesquisados mostraram-se com essa posição.

Essa questão parece assumir relevância especial quando computados os dois índices: 48,4% referente à opinião dos sujeitos pesquisados pela alternativa "através do oferecimento do ensino e da realização da pesquisa" e 51,6% relativa à alternativa "através da ação comunitária e da prestação de serviços", totalizando o percentual de 100% correspondendo ao entendimento absoluto que vai ao encontro e às das constatações expressas no Plano de Trabalho de Extensão Universitária(1975, p.1) já referido no presente estudo, e o ponto de vista de SOUZA(1975, p.1), para quem as formas sob as quais se processa a extensão universitária, seria por intermédio de Projetos de ação comunitária, e afirma que "...é esta talvez a maneira mais expressiva de extensão, com amplas possibilidades de retroalimentação do sistema e de levar a universidade ao cumprimento de sua missão social".

De outra forma, investigando-se sobre formas de processamento de extensão universitária, BLONDY(1972, p.119-20), faz restrições no tocante à relação de dominação e dependência que poderá se estabelecer entre universidade/comunidade, em decorrência de modelos de práticas extensionistas, visto que, como enfatiza o autor, "...a universidade decide e dá e a comunidade recebe e executa; a universidade se comporta como a instituição superior que reflete uma alta forma de cultura e de

vida, enquanto o receptor, representa a inferioridade, a carência da cultura e da vida". Com isso, continua BLONDY, "se define inevitavelmente um laço de dominação entre a universidade e a comunidade".

Por fim, encontram apoio nas alternativas consideradas pelo estudo como consistente e parcialmente consistente, no artigo 20 da Lei 5.540/68, que estabelece pela primeira vez, a extensão universitária como função básica e assim se expressa o artigo mencionado: "As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, os resultados da pesquisa que lhe são inerentes".

Estes resultados estão a indicar que os sujeitos pesquisados estão plenamente favoráveis e convergentes aos achados do referencial teórico sobre como se deve processar a extensão universitária.

4,2,5 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Na tabela 12, que diz respeito à forma de participação do professor universitário na extensão universitária, revela-se o percentual de 32,3% dos sujeitos pesquisados que posicionaram-se favoráveis à alternativa que o estudo considera como consistente, qual seja, a participação do docente, desenvolvendo pesquisa e ensinando.

Por outro lado, os dados apresentados na tabela em análise, indicam o expressivo número de 66,9% dos sujeitos, respondendo de acordo com a alternativa que o estudo classifica co-

mo parcialmente consistente, isto é, a participação do docente dando-se através de atividades relacionadas à coordenação, supervisão e orientação de programas e prestação de serviços.

Nesse sentido, mencionando a importância do professor universitário, quanto à forma e participação em atividades extensionistas, vale salientar o ponto de vista de GONÇALVES e CASSIMIRO(1980, p.60), para quem, "é o docente quem se responsabiliza pela ação extensionistas do aluno(...) é ele o homem experimentado em determinada profissão e que estará sempre na retaguarda do aluno extensionista". Continua, enfatizando que esta função de retaguarda poderá ser entendida de diversas maneiras, conforma o exija a natureza de cada ação profissional.- Para algumas, será indispensável a presença física no próprio ato, outras vezes, será importante a presença do mestre, na programação da ação, no traçar de suas coordenadas e posteriormente na hora da revisão da ação, mencionando a importância do professor universitário, quanto à forma e participação em atividades extensionistas.

Por outro lado, referindo-se à alternativa que o estudo considera inconsistente em relação ao referencial teórico pertinente, ou seja, o docente participando da extensão, administrando atividades e, para isso, percebendo complementação salarial, registrou-se o percentual de apenas 1,9% o que equivale ao número de 03 professores somente, posicionando-se de acordo com a variável.

Em suma, refletindo-se sobre os resultados que a tabela 12 apresenta, parece provável que os professores da UFAC são consistentes com o referencial teórico quanto a forma de sua participação na Extensão Universitária, haja visto, que 98,2% dos mestres pesquisados fecharam questão com as alternativas que o estudo - baseando-se em literatura concernente - considerou ser,

parcialmente e consistente.

4,2,6 - FORMA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Analisando-se os dados levantados pela pesquisa através da Tabela 13, que dizem respeito à avaliação da extensão quanto a sua forma de processamento, revelou-se um nível de consistência de 58,2% dos sujeitos que posicionaram-se de acordo com a alternativa de que a avaliação da extensão se processa de maneira geral, em função do: desenvolvimento do ensino e da pesquisa na universidade e os resultados pragmáticos dos mesmos.

No tocante ao posicionamento dos professores em exercício da UFAC, que foram alvo de pesquisa, registrou-se um montante de 42 deles, o equivalente ao percentual de 26,6%, que colocaram-se favorável à alternativa que o trabalho considera como parcialmente consistente, isto é, a avaliação da extensão ocorrendo, pelo número de processo, por parte da comunidade, e por entrevistas junto aos beneficiados. Assim, computando-se percentuais relativos às variáveis em referência, revela-se o expressivo índice de 84,8% do montante pesquisado, em torno das alternativas que o estudo apresenta como consistente e parcialmente consistente. Neste aspecto, parece proceder a colocação de PAVIANI & POZENATO(1980, p.29-30) quando enfatiza que a função extensionista integrando-se ao ensino e à pesquisa, estabelece o vínculo indispensável entre a universidade e a realidade sócio-econômica das áreas geográficas limítrofes, superando o seu antigo isolamento e tornando-se agente eficaz para as mudanças, em prol do desenvolvimento. Ainda, ressalta Newton GOMÇALVES (1972, p.11-12) que a prática extensionista como "a forma natu-

ral de integração universidade-comunidade é talvez a única maneira de avaliar com eficiência o papel que representa ao desenvolvimento cultural da outra, através do contato com a realidade social".

De outra forma, a Tabela 13 revela que um número de 24 mestres, equivalendo ao percentual de (25,2%) dos sujeitos pesquisados, mostraram-se favorável à alternativa que o estudo aponta como inconsistente, ou seja, a avaliação da extensão universitária se processando de maneira geral, em função do: volume de serviços prestados e nível de atendimento ao mercado de trabalho.

Por fim, ponderando-se sobre os resultados apresentados na Tabela 13, pode-se inferir que os docentes da UFAC possuem entendimento, genericamente, satisfatório quanto ao processo de avaliação da Extensão universitária, porquanto apenas 15,2% das respostas parecem inconsistente em relação ao referencial teórico e, naturalmente, à variável que o estudo aponta, ou seja, de maneira geral a avaliação da extensão ocorrendo em função do "volume de serviços prestados e nível de atendimento ao mercado de trabalho".

4.2.7 - VINCULAÇÃO DO ESTÁGIO ÀS FUNÇÕES DE ENSINO E EXTENSÃO.

Na Tabela 14, que refere-se à distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a vinculação do estágio às funções de ensino e extensão, revela-se que 66,5% dos sujeitos pesquisados posicionaram-se favorá-

vel à alternativa que o estudo atribui ser consistente, qual seja, o estágio sendo uma atividade vinculada às funções do Ensino e Extensão. O enunciado em referência encontra apoio em ROCHA (1976, p. 63), que salienta a importância que deve ter o relacionamento do estágio com os programas de extensão, pois é a função-extensão que projeta a universidade ao meio e, como tal, fornece um campo de estágio vivo e renovado. Complementa o autor, que os programas de extensão devem ter uma diversidade que permita opções ao estágio dos estudantes, sem, contudo, criar proposições artificiais, deturpando os anseios comunitários ou institucionais. Esse ponto de vista também é consistente para GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 64) já reportado no presente estudo.

Por outro lado, TOALDO (1977, p. 52-3) citando Suaes, este afirma que com o apelido de estágio se faz praticamente tudo, por exemplo, se o aluno recebe uma bolsa para prestar serviços administrativos, se visita ou observa o funcionamento de uma instituição, se desenvolve numa empresa uma atividade qualquer etc, a tudo isso se alega ser estágio, necessitando-se portanto, conceituá-lo com clareza, compatibilizando-o com os currículos, programas e calendário escolar; só assim poderá desempenhar o seu papel como complemento do ensino e da aprendizagem.

Com referência às alternativas que o estudo entende ser parcialmente consistente e inconsistente, a tabela 14 mostra um percentual de 13,9% e 19,6% respectivamente. Ressalte-se que o número de docentes que responderam a alternativa que o trabalho considera ser inconsistente, ou seja, o estágio sendo uma atividade vinculada às funções de Ensino e Pesquisa, em torno de 31 professores, este dado não modifica o quadro apresentado pela tabela em pauta, porquanto 80,4%, o que corresponde ao somatório das variáveis consistente e parcialmente consistente, revela o grau de entendimento que têm demonstrado os sujeitos pesquisados

em torno do assunto (investigado pelo estudo. Este dado positivo' é claramente corroborado pelos índices apresentados nas questões anteriores versando sobre: Conceituação, as alternativas (consistente e parcialmente consistente) atingiram o percentual de 93,0% de frequência das respostas dos docentes da UFAc, a exemplo dos enfoques investigados - Natureza, 75,5% (Tabela 9); Finalidade, 98,1% (Tabela 10); Processamento da Extensão, 100,0% (Tabela 11); Forma de participação do docente, 98,2% (Tabela 12) e indicadores de avaliação da Extensão, 84,8% (Tabela 13).

Assim, ao lado dessas observações, pode-se inferir que boa parcela dos sujeitos pesquisados (docentes da UFAc) têm demonstrado coerência no tocante às indagações levantadas pelo estudo, à medida que as respostas têm traduzido este comportamento perante a temática Extensão Universitária.

4.2.8 -- FINALIDADE DO ESTÁGIO

Dos dados apresentados na Tabela 15, que se referem à frequência das respostas dos professores da instituição, sobre a finalidade do estágio, estes posicionaram-se em apenas 28,3% favorável à alternativa coerente com o referencial do estudo; a finalidade do estágio é de natureza educacional e promoção de feedback para o sistema universitário.

Por outro lado, os sujeitos reagiram mais favoravelmente à idéia de que o estágio tem a finalidade de treinar e desenvolver experiências, haja visto que 77 professores (48,4%) demonstraram ter esta concepção, correspondente à alternativa que o trabalho entende ser parcialmente consistente. Para GONÇALVES & PEREIRA (1976, p. 15-6) procurando enfatizar em que consiste

o estágio como elemento de complemento do ensino e da aprendizagem, através da ação prática, apresentam vantagens mencionadas no referencial teórico que o estágio representa para a Universidade e acrescentam, ainda, que o "estágio tem uma finalidade essencial, que é a de obter elementos de informações para reajustamento dos currículos e corrigir as distorções observadas na formação dos profissionais egressos do sistema universitário".

A respeito da alternativa de que a finalidade do estágio seria avaliar a competência do aluno e oferecer mão-de-obra qualificada, a Tabela 15, revela o percentual de 23,3% das respostas levantadas. Os dados como um todo, estão a indicar que os docentes da UFAc concebem o estágio com finalidade educacional, promoção de feedback para o sistema, treinamento e desenvolvimento de experiências.

4.2.9 - REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Nos dados exibidos na Tabela 16, que dizem respeito à distribuição de frequência das respostas dos professores da UFAc, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção quanto à realização do estágio, encontra-se a alternativa que o estudo entende ser consistente, apontando um percentual de 78,6% dos sujeitos pesquisados favoráveis em relação ao entendimento de que o estágio deve ser realizado intercaladamente ou durante todo o curso.

Por outro lado, ressalte-se o número reduzido de 07 mestres que se posicionaram favoráveis à alternativa que concebe que o estágio deve ser realizado, "interrompendo o curso ou no meio dele."¹

Para a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino profissionalizante, e a par de outras providências, estabelece que os estágios devem propiciar a complementação do ensino e aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, (In: Leis e Decretos, 1977, p. 01). De outra forma, a UFSC(1981, p. 03) demonstrando sua preocupação com a temática, visando a ampliar e melhorar a integração dos aspectos teóricos e práticos, definiu o estágio, como sendo "o período de exercício pré-profissional previsto em currículo ou não, em que o estudante de graduação permanece e, em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes, fundamentais, profissionalizantes ou comunitárias, programadas ou projetadas, avaliáveis em conceito ou crédito, com duração e supervisão constante de leis e normas".

No tocante à alternativa que o estudo considera inconsistente, registrou-se um percentual de 17,0% dos docentes pesquisados, favorável ao entendimento de que o estágio deve ser realizado após o curso formal, ou a critério do aluno.

Estes resultados apresentados na Tabela 16, parecem ser interpretados de que os professores da instituição estão conscientes da importância, quanto à realização do estágio, assim como de sua finalidade, como fôra esboçado na tabela anterior, em função do expressivo número de mestres (78,6%) que se mostraram favorável à alternativa consistente.

4.2.10 - AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Na Tabela 17, os dados apresentados referem-se à distribuição de frequência das respostas dos pesquisados, sobre aspectos instrumentais de avaliação do estágio. Analisando-se os elementos aduzidos no quadro em referência, verifica-se que 57 sujeitos, o equivalente ao percentual de 35,6% se posicionam favorável à alternativa consistente com o referencial teórico, ou seja, que o estágio deve ser avaliado por testes práticos (antes e depois) e por trabalho de conclusão.

Por outro lado, a tabela revela o percentual de 52,5% referente ao entendimento dos professores da UFAC, que se colocam de acordo com a alternativa considerada pelo estudo como parcialmente consistente, ou seja, que o estágio deve ser avaliado a partir do relatório do aluno e no local de estágio.

Segundo ROCHA(1976, p. 63), o que dá qualidade ao estágio é a forma como é planejado, supervisionado e avaliado, residindo nessa sistemática, a íntima associação ao trabalho das coordenações de cursos, que são as responsáveis diretas por providências que visam à melhoria dos padrões de ensino. Da mesma forma, enfatiza o Instituto Euvaldo Lodi(1981, mimeo, p. 03) que o estágio engloba todas as fases dos processos comuns: planejamento, execução, acompanhamento (supervisão) e avaliação, pois entende-se que por trás de toda atividade de estágio existe um currículo, sendo o primeiro um acréscimo, um enriquecimento do último.

Com relação à alternativa que o trabalho entende ser inconsistente com o referencial teórico, a tabela em análise mostra que 19 professores (11,9%) se posicionam favorável de que o estágio deve ser avaliado por fichas de acompanhamento e pela frequência dos alunos na atividade de estágio.

Refletindo-se sobre os dados em termos genéricos, que possibilitam vislumbrar um expressivo percentual de 88,1%

dos sujeitos pesquisados, em torno das alternativas consideradas parcialmente consistente e consistente, torna-se provável inferir que estas questões assumem relevância especial, à medida que se tem percebido uma certa convergência em relação às respostas dos docentes da UFAC, no tocante ao tema investigado.

4.2.11 - FORMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

No que se refere à análise da tabela 18, que diz respeito à distribuição de frequência das respostas dos docentes da instituição, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a composição da equipe de avaliação do estágio, revela-se o percentual de 52,8% dos sujeitos pesquisados de acordo com a alternativa, entendida pelo estudo como consistente, ou seja, que a avaliação do estágio deve ser feita através dos professores da Universidade e da Coordenação de Estágio.

Com relação à variável entendida pelo estudo como parcialmente consistente, registrou-se o número de 71 professores o que equivale ao percentual de 44,7% que se mostraram favoráveis à proposição de que, a avaliação do estágio deve ser efetivada por intermédio do próprio aluno e por especialistas no local de estágio.

Em termos gerais, estas constatações parecem convergir com o entendimento do Instituto Euvaldo Lodi (1981, p.7-8), que referindo-se a elementos instrumentais de avaliação do estágio, salienta que, "toda documentação que o acadêmico oferece ao Departamento para visar, fornece possibilidades riquíssimas de analisar não só o desempenho do aluno como estagiário, mas ainda

o desempenho do Departamento como veiculador de informações e formação através de seus professores". Acrescenta adiante, que a orientação por parte do docente e coordenação de estágio ao acadêmico, se reveste de profunda importância, tanto no que concerne à checagem de percentuais curriculares e disciplinas já cursadas, quanto no que se refere a definições de programas de atividades.

Dessa forma, como se observa as frequências relacionadas com as alternativas parcialmente consistente (44,7%) e consistente (52,8%), quase atingiram o percentual máximo, restando apenas o número de 04 professores (2,5%) que se posicionaram favorável à alternativa classificada pelo estudo como inconsistente, ou seja, a avaliação do estágio sendo feita por intermédio das Câmaras de Ensino e dos colegas de trabalho.

4.3 - PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO, NO PERÍODO DE JANEIRO/81 A JUNHO/82

Nessa parte do estudo, pretendeu-se verificar a participação dos docentes da UFAC, em atividades de Extensão Universitária, compreendidas nas modalidades de cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária. A mensuração sobre a participação dos professores foi efetivada através dos seguintes indicadores: 1) participação em atividades de extensão promovidas pelo Departamento; 2) tipo de atividades que participou; 3) conhecimento da existência de órgão de extensão na UFAC; 4) conhecimento do programa geral de extensão; 5) participação do docente em atividades extensionistas da UFAC; 6) conhecimento e participação em atividades desenvolvi

das, no Campus Avançado de Xapuri e 7) importância do estágio para o aprimoramento de sua(s) disciplina(s) ministrada(s).

4.3.1 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Analisando-se os dados demonstrados pela Tabela 19, que dizem respeito à distribuição de frequência das respostas dos professores da UFAC, segundo sua participação em atividades de extensão, entre o período de janeiro/81 a junho/82, a pesquisa revelou que 63, o equivalente ao percentual de 40,6% do montante investigado, responderam positivamente, que no intervalo de tempo mencionado, participam e/ou participaram de atividades extensinoistas promovidas pela Instituição.

Por outro lado, o número de docentes que responderam negativamente, ou seja que não se envolveram de alguma forma com atividades de extensão, que a universidade promoveu nesse período, foi mais expressivo revelando-se um percentual de 59,4% dos sujeitos pesquisados. Informe-se também, que 5 professores deixaram de responder a este item.

4.3.2 - TIPOS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Apresenta-se na Tabela 20, referindo-se à distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo tipos de atividades em que participem e/ou tenham participado de atividades de extensão universitária, no período de janeiro/81 a junho/82, os dados mostram que incide na modalidade cursos e/ou

seminários a maior prática, haja vista que 27 sujeitos (44,3%) pesquisados confirmaram essa afirmação.

Todavia, um número muito reduzido de professores a penas 03, o equivalente a 4,9% do montante investigado, revelaram sua participação na modalidade de programas de ação comunitária. De outra forma não menos expressiva, apresenta-se a modalidade classificada como atividades extensionistas, prestação de serviços à comunidade com o percentual de 23,0% dos sujeitos investigados.

No tocante aos professores que se envolveram em mais de uma modalidade, entre as já mencionadas, a pesquisa revelou números muito baixos, como por exemplo: apenas um mestre teve participação nas atividades Cursos e/ou seminários e Programas de ação comunitária. Mencione-se também, que 6 deles, o equivalente a 9,8% participaram de Cursos e/ou seminários e Prestação de serviços à comunidade. Igual percentual de mestres (9,8%) se fizeram presentes nas três modalidades: Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prestação de serviços à comunidade.

Por outro lado, ressalte-se o número elevado de professores da UFAC que não tiveram nenhuma participação em atividades extensionistas, como mostra a tabela 19 e ratificado pela em análise (tabela 20), em que o número se eleva a 97, dos 160 investigados.

Esta classificação dos tipos de atividades de extensão universitária torna-se consistente com o parecer de um documento oficial, intitulado "Reforma Universitária: Avaliação da Implantação" (1975, p. 511-21) que objetivando desenvolver uma avaliação global da reforma universitária, dividiu-a para efeito de análise, em 04 itens: fundamentação legal, organização, atividades de extensão e conclusões. As "atividades de extensão", es-

tas foram classificadas como sendo de três espécies: "cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária".

Refletindo-se sobre os dados apresentados nas tabelas 19 e 20, concernentes ao nível de participação e tipos de atividades de extensão respectivamente, estes parecem indicar que o percentual de 40,6% que responderam afirmativamente (tabela 19), estando participando ou participado no período mencionado, de atividades extensionistas, caracteriza uma situação favorável ao implemento da função-extensão. Observa-se também, como aponta a Tabela 20, a incidência predominante de 44,3% dos sujeitos pesquisados, em relação à variável "Cursos e /ou seminários", modalidade mais usual pelas instituições universitárias, como confirma o estudo de avaliação da reforma universitária(1975), enfatizando que a primeira modalidade (cursos e/ou seminários) apresentou um destaque predominante frente às demais; a segunda (prestação de serviços à comunidade) revelou uma atuação muito fraca ou quase inexistente e a terceira (programas de ação comunitária) apresenta-se sob as formas de Campi Avançados, Projeto Rondon e CRUTAC's.

4.3.3 - EXISTÊNCIA DE ÓRGÃO DE EXTENSÃO

Examinando-se os dados que a pesquisa detectou na Tabela 21, referente à distribuição de frequência das respostas dos docentes, segundo seu conhecimento da existência de órgão coordenador de Extensão na Instituição, revelou-se um quantitativo de maioria absoluta, o equivalente à 98,7% do montante investigado. Este expressivo número afirmaram ter conhecimento da existência de órgão coordenador de Extensão na UFAC.

Em contrapartida, 02 professores apenas revelaram não possuir conhecimento da existência de um órgão de Coordenação na IES e, 05 professores deixaram de responder esta questão.

Observando os dados exibidos na Tabela 21, parece tratar-se de um dado bastante positivo, à medida que 98,7% dos sujeitos pesquisados demonstraram ter conhecimento da existência de órgão de coordenação de Extensão. Dessa forma é possível fazer inferência, referindo-se ao fato de ser a Universidade Federal do Acre, uma instituição universitária de pequeno porte e reduzido número de órgãos funcionais. Em contrapartida, esse dado não corresponde a um envolvimento maciço dos professores em relação às atividades de extensão, como comprova a Tabela 20, que aponta um número de apenas 61 docentes que participe ou tenha participado no período já mencionado, de atividades de extensão universitária, do quantitativo total de 160 professores interrogados.

4.3.4- PROGRAMA GERAL DE EXTENSÃO

Na Tabela 22, os dados detectados pela pesquisa dizem respeito às respostas dos professores da UFAC, sobre a existência de programação geral de extensão universitária na Instituição. Assim, apresenta-se um expressivo número, o equivalente a 87,4% dos sujeitos pesquisados, que responderam afirmativamente à indagação. Por outro lado, registrou-se um percentual de 12,6% dos professores que responderam negativamente, ou seja, que desconhecem a existência de programação geral de extensão na Instituição. Informe-se também, que 09 docentes deixaram de respon-

der a questão em referência.

Ponderando-se de maneira geral, a respeito dos elementos que foram levantados pela pesquisa na tabela em pauta, observa-se que ocorre em relação ao número de sujeitos que responderam afirmativamente, um percentual bem aproximado ao da Tabela 21 que também responderam positivamente, sem contudo, corresponder na prática uma efetiva participação deles, em atividades de extensão universitária.

4.3.5 - ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FIXAÇÃO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO

A Tabela 23 refere-se à distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento de órgão responsável pelo estabelecimento de diretrizes do programa geral de extensão na IES. Nesse sentido, o instrumento de pesquisa apresentou três variáveis: Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, Serviço de Extensão e Conselho de Extensão.

Com relação à frequência de respostas, o quadro mostra um maior percentual (55,6%), recaindo sobre o órgão "Serviço de Extensão"; o entendimento dos sujeitos como sendo este o responsável pela fixação de programação de extensão na instituição. Logo em seguida, aparece o percentual de 44,4% dos professores que responderam favoravelmente à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Todavia, não se registrou nenhuma resposta favorável ao Conselho de Extensão, como sendo o órgão que sobre si re

caia esta incumbência. Informe-se também, o elevado número de 28 professores que deixaram de responder esta questão.

No tocante à identificação de órgãos que têm a atribuição de estabelecer programações de atividades extensionistas nas IES, a pesquisa de avaliação da Reforma Universitária "Reforma Universitária: avaliação da implantação" (1975, p. 520) concluiu que o aspecto de organização funcional, resultam da iniciativa de Departamentos, ou da Reitoria, "deixando de haver, muitas vezes, uma integração funcional, e que a própria Coordenação e /ou Serviço de Extensão não se acham definidos setorialmente, sendo feita por órgãos das mais diversas naturezas".

4.3.6 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PELO DEPARTAMENTO

Analisando-se os dados constantes da Tabela 24, que dizem respeito à frequência das respostas dos docentes pesquisados, segundo seu conhecimento sobre elaboração de projetos de extensão pelo Departamento a que pertence, revela-se expressivamente o número de professores que responderam afirmativamente, à indagação sobre a produção de projetos ligados à área de extensão universitária, ou seja, 118 mestres o que corresponde ao percentual de 78,7% do montante pesquisado.

Contudo, o número de 10 professores omitiram-se da resposta e 32 deles responderam negativamente à questão, ou seja, afirmam que o Departamento acadêmico a que se acham vinculados, em razão, naturalmente da formação profissional, não prepa

param projetos para desenvolver atividades de extensão universitária. Nesse entendimento DEMO(1980, p. 71) acentua inicialmente, que a extensão universitária é uma função de extrema complexidade e importância, assinala que é o momento de se reporem projetos afins, e estes, por sua vez, teriam outra dimensão se a Universidade adotasse a extensão como forma curricular.

4.3.7 - PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Tabela 25 solicita ao pesquisado que respondeu afirmativamente a questão anterior, isto é, caso seu Departamento elabore e /ou tenha elaborado projetos de Extensão Universitária no período delineado pela pesquisa, para mencionar no mínimo dois projetos dessa natureza de que tenha conhecimento; revelou-se no quadro em análise os seguintes elementos: 52 professores, o equivalente a 91,2% do montante que se expressou positivamente, apresentaram até dois projetos, citando-os nominalmente e apenas 5 docentes (8,8%) revelaram conhecer mais de 02 desses projetos que seu Departamento tenha elaborado. Ao contrário, informe-se 61 sujeitos deixaram de responder este ítem, ou seja, afirmaram que seu Departamento elabora ou tenha elaborado projetos de extensão, não obstante deixaram de fazer referência nominal.

A tabela em análise denuncia um contingente expressivo de 42 professores que não responderam à questão anterior.

Para efeito ilustrativo, apresenta-se a listagem dos projetos de Extensão Universitária, elaborados por Departamentos acadêmicos, citados pelos entrevistados.

Departamento de Direito: Curso especial de extensão universitária em Direito Habitacional; Assistência jurídica

às comunidades interioranas.

Departamento de Geografia e História: Curso sobre a História do Acre aos professores do sistema estadual de ensino; Semana de História; Curso de atualização de Geografia e História do Acre, para professores de 1º grau da zona urbana de Rio Branco;

Departamento de Filosofia e Ciências Sociais: Curso de Sociologia Rural; Ciclo de palestra sobre a realidade regional;

Departamento de Matemática e Estatística: Curso de nivelamento de discentes do 2º grau, ministrado por professores do Departamento; Curso de pós-graduação a nível de aperfeiçoamento em Matemática; Curso de transformações métricas em Xapuri;

Departamento de Ciências da Natureza: Semana de estudos sobre o ensino da Ciência no Estado; Palestras sobre Ecologia e Preservação do meio ambiente, nas escolas de Rio Branco; Clube de Ciências; Distribuição de mudas do viveiro do Parque Zoobotânico à comunidade;

Departamento de Ciências da Saúde, Educação Física e Desportos: Cursos de primeiros socorros para a comunidade da Vila Ivonete; Curso de capacitação em enfermagem psiquiátrica; Treinamento de parteiras leigas; Campanha de aleitamento materno; Exame clínico dos alunos dos colégios de 1º grau de Xapuri-Acre; Atividades desportivas ministradas através do Campus de Xapuri, nas modalidades de basquete, handball e atletismo; Feira de Saúde;

Departamento de Educação: Pesquisas sobre as necessidades educacionais da comunidade; Projeto de integração família-escola; Projeto em teinamento em serviço para professores; Seminário sobre alternativas educacionais para o meio-rural de Rio Branco; Estágio supervisionado, voltado para os interesses da Prática de Ensino ajustada às necessidades e carências do sis

tema de ensino; Projeto "Porvir Novo"; Curso de educação para adultos; Semana da educação; Treinamento em serviço para professores de escolas da periferia urbana de Rio Branco; Projeto de ação pedagógica com professores de 1º grau de Xapuri; Curso visando melhorar o processo ensino-aprendizagem dos alunos de 2º grau dos colégios de Rio Branco;

Departamento de Ciências Agrárias e Tecnológicas:

Projeto tipológico de colonização; A ocupação na terra no Acre; Seminário sobre transportes na Amazônia; Levantamento plani-altimétrico de estradas municipais, visando a ampliação do plano rodoviário municipal de Xapuri; Treinamento de mão-de-obra rural UFAc/SENAR, Projeto Borba Gato; Prestação de serviços junto aos Municípios de Xapuri e Cruzeiro do Sul: estabelecimento do perímetro urbano; Ante-projeto para pavimentação e melhoramentos da pista de pouso de Xapuri, visando ao replanejamento da cidade - uso e ocupação do solo; Pesquisa sobre recursos minerais no município de Xapuri; Curso sobre o manejo em Heveicultura no Campus Avançado de Xapuri; Herbicida aplicada à cultura da seringueira; Consorciação do café/cultura alimentares; Projetos em Xapuri - sub-projetos: I-Bovinos e II-Olericultura;

Departamento de Economia: Projetos sócio-econômicos dos municípios de pequeno porte(5.000 hab.) em zona urbana; Seminários sobre problemas sócio-econômicos da população urbana de Xapuri(Ac); Seminário sobre a economia acreana no contexto nacional;

Departamento de Línguas e Letras: Curso de atualização para professores leigos; Curso de Espanhol; Curso de Inglês fundamental; Curso de Francês; Curso de redação extensivo à comunidade; Treinamento em serviço para professores leigos da Escola Serafim Salgado; Curso de atualização para professores de 1º grau da rede de ensino estadual; Curso de licenciatura parcela

da; Seminário de Literatura Infanto-Juvenil; Seminário sobre estudos literários; Seminário sobre a Literatura da Amazônia; Revisão gramatical em língua inglesa e francesa; Projeto sobre elaboração e utilização de material didático; Treinamento em serviço para professores de 1º grau do Município de Xapuri; Produção cultural - Folha Literária (Jornal "O Rio Branco"); Intercâmbio cultural Brasil/Peru; Atividades para recuperação à leitura nas escolas de 1º graus de Rio Branco; Sala de atendimento a alunos deficientes.

4.3.8 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO PELO DEPARTAMENTO

Analisando-se os dados contidos na Tabela 26, que referem-se à frequência das respostas dos pesquisados sobre a realização de atividades de extensão, pelo Departamento a que pertence, a pesquisa detectou que o número de 142 professores, o equivalente a 89,9% do montante investigado, responderam afirmativamente a questão.

Contudo, registrou-se o percentual de apenas 10,1% dos sujeitos indagados, que alegaram não ter conhecimento sobre a realização de atividades de extensão pelo Departamento a que se acha vinculado.

4.3.9 - TIPOS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO

A Tabela 27 diz respeito às respostas dos investi-

gados sobre os tipos de atividades de extensão, desenvolvidas pelo seu Departamento acadêmico. Relaciona-se diretamente com questão anterior (Tabela 26), em que os professores que responderam afirmativamente, mencionam os tipos de atividades arroladas nas alternativas da questão.

Assim, revela-se a alternativa "cursos e/ou seminários" como a mais praticada em relação às outras, atingindo o percentual de 53,6%. Esse dado ratifica a posição de destaque dessa modalidade, diante das outras: Programas de ação comunitária e Prestação de serviços à comunidade, demonstrado também na Tabela 20. Em posição mais ou menos semelhante, aparece a terceira alternativa com 18,3%, "Prestação de serviços à comunidade" como a segunda espécie de atividade mais desenvolvida e as modalidades Cursos e/ou seminários e Prestação de serviços à comunidade, conjuntamente.

Em contraposição, a atividade entendida como "Programas de ação comunitária" é inexpressivamente praticada, revelando-se um percentual de apenas 5,6% do montante que foi levantado. Menciona-se também, que não houve omissão, ou seja dos 142 mestres que afirmaram (Tabela 26) que seus Departamentos promovem e/ou promoveram projetos dessa natureza, o mesmo número assinalou enquadrando-os nas atividades classificadas pelo estudo.

4.3.10 - PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO

Examinando-se os dados apresentados na Tabela 28, referentes a participação de seu Departamento em atividades de Extensão, revela-se um percentual predominante de afirmativas, ou seja, 87,2% dos sujeitos em relação ao envolvimento de seu Depar

tamento nas atividades extensionistas.

Por outro lado, 20 professores o equivalente a 12,8% declararam não ter conhecimento, quanto à forma de participação de seu Departamento em programas promovidos pela Instituição. Observe-se ainda, o enfoque que busca indagar dos sujeitos pesquisados, esta questão, pois refere-se à forma que o Departamento participa e/ou participou, já a questão expressa pela Tabela 19, procura investigar a respeito de participação do próprio docente.

Os resultados expressos na Tabela 28, parecem confirmar que os professores têm amplo conhecimento do processo de envolvimento do seu Departamento em programações de atividades extensionistas ensejadas pela universidade. Por outro lado, retrocedendo à análise da Tabela 19, verifica-se que somente 40,6% dos docentes afirmaram que participam e/ou participaram no período delineado pelo estudo, de atividades de extensão. Assim essa questão parece assumir controvérsia, à medida que na Tabela 28, 87,2% dos professores afirmam ter conhecimento da forma de participação de seu Departamento e, na Tabela 19 apresenta-se o dado de que apenas 40,6% confirmam sua participação.

4.3.11 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO

A Tabela 29 refere-se às respostas dos sujeitos investigados, segundo seu conhecimento da forma de participação de seu Departamento no Programa Geral de Extensão. Os resultados detectados pela pesquisa, apontam uma reincidência muito acentuada, com a frequência de 112 respostas o que equivale ao percentual de 78,9% favorável à alternativa: Encaminhando docentes e/ou discen

tes para as atividades gerais do programa.

No tocante às outras formas de participação que o estudo apresenta como alternativas, os resultados acusam um percentual um percentual de 7,7% dos professores que afirmaram ser através de sugestões e elementos de conteúdo para o programa geral e 13,4% para os mestres que entendem, seu Departamento participando diretamente do Órgão Central de Extensão.

Mencione-se que nesta questão, 18 professores deixaram de apontar a forma de participação que o Departamento efetiva em programações gerais de Extensão.

A explicação para esse fato poderia estar associada com os resultados da pesquisa "Reforma Universitária: avaliação da implantação"(1975, op. cit, p. 521) salientando, que do ponto de vista da execução desta atividade, nota-se que a ausência de programação global, é uma constante em toda realidade pesquisada(...); que a participação departamental nestes programas é bastante problemática. Por outro lado, acrescenta que os Departamentos ao desenvolverem programas, na maioria das vezes, não se conectam com aqueles que têm lugar no âmbito da Administração central. Conclui que, a participação dos Departamentos em programações centrais, restringe-se ao simples encaminhamento de docentes e/ou discentes para o exercício destas atividades.

Não obstante o serviço de Extensão da UFAC, órgão encarregado de coordenar os programas de extensionistas, expõe uma visão otimista, à medida em busca essencialmente compatibilizar com os Planos e/ou Programas institucionais, o envolvimento efetivo dos Departamentos, através de cada professor como o principal agente do processo, ao atendimento dos anseios da comunidade, UFAC(1981, mimeo, p. 5).

4.3.12 - CAMPUS AVANÇADO DE XAPURI

Entre os resultados expressos na Tabela 30, revela-se que 49,4% dos professores pesquisados, responderam, conhecer o Campus Avançado da UFAC, na cidade de Xapuri(Ac). Por outro lado, 50,6% do montante que foi alvo de pesquisa afirmaram que ainda, não tiveram oportunidade de conhecê-lo, embora o referido Campus se ache instalado e em funcionamento desde outubro de 1979.

4.3.13 - CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPUS AVANÇADO

A Tabela 31 refere-se à distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o tipo de participação de atividades de extensão no Campus Avançado de Xapuri. Obedecendo à classificação convencionada em literatura pertinente, dos tipos de atividades de extensão como: Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prestação de serviços à comunidade, os professores investigados confirmaram a espécie mais praticada no Campus Avançado de Xapuri, ou seja, Cursos e/ou Seminários com 43,4% do montante levantado. Como se constata, esta é, a modalidade extensionista predominantemente praticada, a exemplo dos percentuais revelados nas tabelas anteriores: Tabela 20, igual a 44,3% e Tabela 27, igual a 53,6%.

A questão em análise, apresenta a segunda alternativa mais contemplada com 20,8% dos sujeitos pesquisados, que afirmaram haver participado de atividades, tipo "Prestação de Serviços à comunidade". Aparece com baixo índice, o número de pro

fessores que afirmaram ter desenvolvido atividades em "Programas de ação comunitária" com 5,7%. Observe-se ainda, que esse mesmo percentual repete-se nas variáveis: Cursos e/ou Seminários e Programas de ação comunitária com (1,2); Programas de ação comunitária e Prestação de serviços à comunidade (2,3) e a alternativa 'Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prestação de serviço à comunidade (1,2,3).

Registre-se também, que o total de 25 professores' revelaram conhecer o Campus Avançado de Xapuri, se omitiram em indicar sua participação nas atividades do Campus, e 82 deles responderam não conhecer o citado campus.

4.3.14 - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Os dados expressos na Tabela 32 referem-se à indagação que a pesquisa buscou levantar, sobre a existência de Coordenação de estágio no Departamento a que se acha vinculado funcionalmente. Assim, 60 professores, o equivalente a 39,0% afirmaram ter conhecimento da existência de uma coordenação de estágio no Departamento. Contudo, um percentual maior, ou seja 61,0% dos sujeitos pesquisados negaram que haja uma Coordenação de estágio no Departamento a que pertence.

Nessa perspectiva, procede mencionar a preocupação de um grupo de trabalho da UFAC(1981, p. 51) que apresentou sugestões, na tentativa de superação de alguns entraves ligados ao processo extensionista, propuseram a estruturação de uma Coordenação geral de estágios, envolvendo os diversos cursos e com atribuições de planejamento, controle e supervisão do processo de de estágio em todas as áreas da instituição.

4.3.15 - NECESSIDADE DE ESTÁGIO

A Tabela 33 trata das respostas dos docentes da UFAC sobre a exigência de estágio na(s) disciplina(s) que ministra. A pesquisa detectou que do montante pesquisado, 41,1% revela ser importante, em razão da especialização da matéria, o estágio. Em oposição, um percentual mais expressivo responderam negativamente sobre a indagação, ou seja 58,9% opinaram ser desnecessário o estágio para a(s) disciplina(s) que leciona. E apenas dois professores deixaram de responder a questão em referência.

4.3.16 - TIPO DE ESTÁGIO

Os dados expressos na Tabela 34, dizem respeito às respostas dos professores da UFAC, que ratificaram a exigência de estágio para a(s) matéria(s) que leciona pela Instituição.

Dessa forma, atingiu o número de 65 mestres que responderam afirmativamente essa questão, sendo que 54 destes, o equivalente a 83,1% informaram ser o tipo de estágio curricular e 13 professores, indicaram o tipo de estágio extra-curricular a exigência institucional para a(s) disciplina(s) que trabalha.

4.3.17 - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO OU NÃO, SEGUNDO A OPINIÃO DOS INVESTIGADOS

A Tabela 35 relaciona-se com a Tabela 33, porque'

refere-se ao número de respostas negativas (93), apresentadas pelos professores, quando informaram a respeito da não exigência institucional do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m), Tabela 33.

Esse número de respostas negativas, encontra-se distribuído da seguinte maneira: o percentual mais expressivo ' 61,3% continuou corroborando sua posição mantida na tabela 33, ou seja, afirmando que por razões várias, sua(s) disciplina(s) prescinde do estágio. Por outro lado, o percentual de 38,7% entende que apesar de a Instituição não estabelecer estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m), considera ser de importância. As justificativas apresentadas pelos investigados, a respeito das posições favoráveis e contrárias, serão analisadas nas tabelas seguintes.

4.3.18 - JUSTIFICATIVAS PRÓ-FIXAÇÃO DE ESTÁGIOS

A Tabela 36 refere-se à frequência das respostas dos docentes, segundo sua justificativa da importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m) na Instituição. Esta relaciona-se com a Tabela 35, porque visa arrolar as justificativas apresentadas pelos professores que se posicionam favoráveis à fixação de estágio para a(s) disciplina(s) que ministra(m) na UFAc.

Dessa forma, nos dados revelados pela tabela em análise, a ênfase maior recai na justificativa que os docentes apresentam, entendendo o estágio como "Treinamento para o desenvolvimento de experiência do educando", com o percentual de 55,2%. Um percentual muito menos representativo recai na justifi

cativa "Atividades de campo, como complemento às informações teóricas recebidas pelo aluno", com 13,8% dos sujeitos pesquisados. Logo adiante, aparece a justificativa "Aquirir ambiência com sala de aula" com 10,3%, dos professores que buscaram fundamentar seu entendimento a respeito da importância da fixação do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m).

Por outro lado, revelaram-se justificativas com percentuais insignificantes (3,4%) por exemplo; a concepção de que o estágio é importante porque efetiva o "Desenvolvimento de pesquisas aplicadas - iniciação científica", "Possibilitar uma visão crítica da realidade vivenciada pelo educando" e "Estágio extra-curricular compreendido em instituições que efetivam pesquisas de interesse da Geografia (IBGE, Assessoria de Planejamento do Estado, etc)". Mencione-se também, a justificativa com 6,9% compreendendo o estágio para "Avaliar o desempenho do aluno, com relação às informações teóricas recebidas em sala de aula".

Informe-se também, que do número de 36 docentes que demonstraram convicção a respeito da importância do estágio curricular para a(s) disciplina(s) que leciona(m), 07 deles se omitiram de apresentar justificativas.

Diante dos pontos de vistas detectados pela pesquisa, que procuram de certa forma enfatizar o estágio como elemento de complemento do processo ensino-aprendizagem, através de sua ação prática, tem sentido reportar-se às idéias citadas por GONÇALVES(1976, p. 15-6) no referencial teórico deste estudo.

4.3.19 - JUSTIFICATIVAS CONTRA-FIXAÇÃO DE ESTÁGIOS

Os dados exibidos na Tabela 37 referem-se às jus

tificativas levantadas pelos professores da UFAC, quando interrogados sobre a importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m) na instituição.

Informe-se que os elementos ora em análise Tabela 37, correspondem ao percentual de 61,3% das respostas negativas constantes da Tabela 35, isto é, trata-se dos professores que entendem ser desnecessário o estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m), pelas razões que serão mencionadas.

Assim, a maior incidência de argumentos contra a fixação de estágio para a(s) disciplina(s) trabalhada(s) pelo grupo que posicionou-se desfavoravelmente na Tabela 35, recai na variável "Disciplina teórica" com 40,0% do montante investigado. Aparece a avariável " Por ser uma disciplina teórica e informativa" com 23,3% e, com maior contingente de respostas, manifesta-se a justificativa "Por ser uma disciplina básica, sendo oferecida no início do curso" com 33,3%. Em contrapartida, apresenta-se a colocação isolada com apenas 3,3%, que opina ser o estágio desinteressante para sua matéria por "tratar-se de disciplina, cuja prática já se desenvolve nos laboratórios".

À vista dos resultados expressos na tabela em análise, apresentou-se o número de 27 professores que não manifestaram seus argumentos, ou seja, deixaram de responder a questão.

4.4 - CORRELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES DA UFAC E A CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

De acordo com um de seus objetivos, o estudo procurou verificar a correlação entre a área de formação profissional,

nível de formação, Departamento a que pertence, categoria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária semanal de docência e o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos docentes da UFAC, em relação à Extensão Universitária. Isto é, tem a finalidade de investigar se algumas dessas variáveis que representam características dos professores da Instituição, influenciavam a concepção dos sujeitos sobre o assunto pesquisado.

Para responder a esta questão de pesquisa (3.3.4), foi adotado o procedimento estatístico: Análise de Variância. Este ítem estende-se da Tabela nº 38 à 44, correspondentes à questão de pesquisa em referência.

QP/3.3.4

4.4.1 -FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Tab. 38)

Conforme expressa a Tabela 38, constata-se que a variável formação profissional, estatisticamente, não apresenta correlação significativa ao nível de 0,05, em função da consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre Extensão Universitária.

Quando se observa as médias dos grupos (Humanística, Biológica e Tec/Humanística) percebe-se que, alcançaram praticamente os mesmos resultados. Esse dado permite inferir que, tantos os professores de formação profissional da área Humanística como a Biológica têm pontos de vista semelhantes em função do referencial e a sua concepção sobre Extensão Universitária.

Ressalte-se que os docentes com formação profissional na área Tecnológica, apresentam uma média bem superior às demais, em relação à concepção sobre Extensão Universitária. Esse

dado se reveste de importância especial, se se considerar que o contingente de docentes da UFAC na área mencionada, reúne apenas 23,1%, em contrapartida os professores graduados em cursos de humanística atinge um percentual de 60,0% dos sujeitos pesquisados (Tabela 01).

A partir desses resultados, poder-se-ia indagar:

Estariam os cursos da UFAC ligados às Ciências Sociais, realmente voltados para a comunidade acreana ?. Poder-se-ia supor também que os docentes da área humanística da UFAC, têm pouco envolvimento com as questões de interesse da coletividade ?

QP/3.3.4

4.4.2 - NÍVEL DE FORMAÇÃO (Tab. 39)

Analisando-se a Tabela 39, verifica-se que a variável Nível de Formação também não apresenta correlação significativa, ao nível de significação estatística 0,05, em função referencial teórico, sobre Extensão Universitária.

Observa-se que a maior consistência entre o embasamento teórico e a concepção sobre extensão universitária foi revelado pelo grupo de graduação, com a média de 1,61, notando-se que o grupo de menor correlação foi o de Doutorado, apesar de contar com apenas um caso. Quanto aos grupos de professores com Especialização e Mestrado, apresentaram médias inferiores ao grupo de graduados.

Assim, através dos dados obtidos, torna-se possível inferir que o grupo de docentes com Graduação, apresentou maior consistência em sua concepção sobre Extensão Universitária, cotejando-se com o referencial teórico.

A partir disso, algumas indagações seriam válidas:

- Até que ponto a pós-graduação de docentes da UFAC estaria promovendo a integração desses professores com a Extensão Universitária ?

QP/3.3.4

4.4.3 - DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE (Tab. 40)

A Tabela 40 trata da apresentação de escores sobre Extensão Universitária entre os professores, segundo o Departamento a que pertence, e constatou-se que, estatisticamente, não apresenta grau de significância ao nível de 0,05, em função da consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a temática.

No tocante à análise das médias dos grupos (Ciências da Saúde, Educação, Ciências Agrárias e Filosofia e Ciências Sociais), percebe-se que alcançaram praticamente os mesmos resultados. Esses dados, permitem concluir que os professores que representam os Departamentos acima, expressam pontos de vista mais ou menos consistentes em relação ao referencial teórico sobre Extensão Universitária.

A pesquisa detectou médias mais elevadas (1,85 e 1,80) para os sujeitos pertencentes aos grupos Ciências da Natureza e Matemática e Estatística. Um pouco mais abaixo - 1,75 - colocam-se os docentes vinculados ao Departamento de Direito. Assim sendo, através das médias mencionadas, pode-se supor que entre os grupos citados exista, em torno da questão, relativa semelhança de concepção.

Por outro lado, verifica-se que as menores médias foram apresentadas pelos docentes lotados nos Departamentos de Economia e Línguas e Letras (1,43 e 1,30).

QP/3.3.4

4.4.4 - CATEGORIA FUNCIONAL (Tab. 41)

A Tabela 41, que diz respeito à Categoria Funcional dos professores da Instituição, tentando verificar o nível de correlação com a variável concepção sobre Extensão Universitária. Neste particular o estudo não encontrou uma associação significativa ao nível de 0,05, entre as variáveis mencionadas.

Referindo-se à análise das médias, estas se apresentam mais elevadas no grupo de professores Assistentes (1,64), o que significa dizer ser esta categoria funcional a de entendimento mais condizente com o referencial teórico adotado, a respeito do tema investigado.

Logo a seguir, na análise dos dados expressos nesta tabela, permite mencionar os grupos formados pelas categorias de professores Auxiliares de Ensino e Adjuntos, como possuindo os pontos de vista mais ou menos coerentes entre si, em torno das questões referentes à extensão universitária.

Vale ressaltar-se que, na Tabela 39, registrou-se a maior média no grupo de professores de graduação (1,61), e que na presente tabela, não ocorreu o mesmo em relação à categoria docente de Auxiliares de Ensino (1,54), supostamente constituída quase que totalmente de professores com esta escolaridade. Tal resultado parece indicar uma discrepância de entendimentos em função das médias reveladas, e isto leva à seguinte indagação:

- Estaria faltando ao estudo, elementos que possibilitasse a análise de questões como a presente ?

QP/3.3.4

4.4.5 - TEMPO DE SERVIÇO (Tab. 42)

No que se refere à investigação sobre a correlação entre as variáveis Tempo de Serviço e Concepção sobre Extensão, cabe ressaltar que não se encontra resultado significativo, ao nível de 0,05.

Na análise dos dados registrados na tabela 42, constata-se que os grupos dos professores com tempo de serviço até 2 anos e de 2 a 4 anos, apresentam médias de 1,58 e 1,61, respectivamente.

A menor média e a maior delas foram expressas exatamente pelos grupos seguintes, ou seja, aqueles que incluem os professores de 4 a 6 anos, e 6 a 8 anos de tempo de serviço. Ao contrário do primeiro grupo, pode-se crer que estes últimos manifestaram o mais elevado grau de entendimento, em consonância com o referencial teórico, a respeito da função-extensão.

Pode-se supor que o fato de a menor média, ter ocorrido entre professores com tempo de serviço de 4 a 6 anos, decorra de sua experiência como docentes universitários. Os resultados do estudo parecem indicar que, a essa altura, esses docentes, em face de terem uma visão crítica sobre o tema em questão, hajam desenvolvido um entendimento próprio, divergente do referencial teórico, ocasionando a menor média (1,42) entre todos os grupos.

De outra forma, pode-se supor que o decréscimo gradativo apresentado pelos grupos, a partir de 6 a 8, de 8 a 10 e mais de 10, respectivamente, 1,62, 1,55 e 1,46 suscita uma relação negativa, ou seja, o tempo de serviço aumenta em relação inversa ao entendimento mais aproximado expresso no referencial teórico. Assim, levanta-se a seguinte indagação:

- Que circunstâncias são determinantes deste quadro ?

4.4.6 - REGIME DE TRABALHO (Tab. 43)

Os dados apresentados na Tabela 43 também não apresentam correlação significativa ao nível de 0,05, em função das variáveis Regime de Trabalho e a concepção sobre Extensão Universitária, em relação ao referencial teórico.

Analisando-se os elementos detectados pela pesquisa, através de suas médias, parece encontrar-se uma tendência coerente. Esta interpretação apóia-se nos escores sequenciados 1,48, 1,57 e 2,33 que correspondem aos grupos: 20 horas, 40 horas e Dedicção Exclusiva.

Nessa perspectiva, pode-se concluir que, embora não significantes do ponto de vista estatístico, as médias citadas apresentam-se de modo harmonioso e gradativo em função do respaldo teórico sobre o assunto investigado.

QP/3.3.4

4.4.7 - CARGA HORÁRIA SEMANAL (Tab. 44)

A presente tabela (44) oferece dados cuja correlação não é significativa ao nível estatístico de 0,05 e relativamente à concepção dos professores da UFAc sobre a função-extensão.

Registra-se a média de 1,76 referente ao grau de professores com carga horária semanal de 8 a 10 horas/aula. Logo em seguida, apresenta-se o grupo que revelou ministrar de 10 a 12 horas semanais, com a média de 1,71. Estas foram as duas maiores médias apresentadas pela tabela e, conseqüentemente, pode-se crer que os grupos respectivos são os que demonstram maior consistência com o referencial teórico sobre extensão universitária.

Em contrapartida, o grupo que revelou lecionar mais de 12 h/aula semanais, apresentou a menor média, ou seja, 1,38. A média logo acima da menor, ou seja, 1,51, refere-se ao grupo que respondeu lecionar somente até 4 horas/aula semanais.

Esses resultados parecem levar à seguinte indagação:

- O pouco envolvimento do professor com sala de aula, assim como o excesso, poderiam ocasionar desinteresse ou desestímulo a que o docente desenvolva uma concepção mais identificada com o referencial teórico adotado pelo estudo ?

QUADRO 02

SINOPSE DOS INDICADORES QUE REVELARAM A MA-
IOR FREQUÊNCIA - CARACTERIZAÇÃO DOS DOCENTES

VARIÁVEIS	%
1. Formação humanística.....	60,0
2. Pós-graduados.....	58,7
3. Auxiliares de ensino.....	66,3
4. Com 4 anos ou menos de serviço.....	61,9
5. Regime de trabalho de 40 horas.....	67,5
6. 6 horas/aula, ou menos, por semana...	45,0

QUADRO 03

SINOPSE DAS ALTERNATIVAS QUE REVELARAM MAIOR FRE-
QUÊNCIA - CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ASPECTO IN- VESTIGADO	ALTERNATIVA MAIS FREQUENTE	% DE SUJEITOS	CONSISTÊNCIA COM O REFE- RENCIAL TEÓRICO
Conceito de Extensão Universitária.	1. Forma através da qual a IES estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações, de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes do sistema universitário, ou seja, o Ensino e a Pesquisa.....	54,8	- Consistente
Natureza da Extensão Universitária.	1. Através da função-extensão a universidade estende o Ensino e a pesquisa	47,2	- Consistente
Finalidade da Extensão Universitária.	1. A Extensão Universitária se dirige para as necessidades da região e para a comunidade.....	95,6	- Consistente

Procedimentos da Extensão Universitária.	2.A Extensão Universitária se processa através da ação comunitária e da prestação de serviços.....	51,6	- Parcialmte Consistente
Forma de participação em atividades de extensão.	2.0 professor universitário pode participar da Extensão: coordenando, supervisionando, orientando programas de extensão e prestando serviços...	66,9	- Parcialmte Consistente
Forma de avaliação da Extensão Universitária.	1.De maneira geral, a avaliação da Extensão se processa em função do desenvolvimento do ensino e da pesquisa na Universidade e os resultados pragmáticos dos mesmos.....	58,2	- Consistente
Vinculação do Estágio.	1.0 estágio é uma atividade vinculada às funções de ensino e extensão....	66,5	- Consistente
Finalidade do Estágio.	2.A Finalidade do estágio consiste em treinar e desenvolver experiências.	48,4	- Parcialmte Consistente
Realização do Estágio.	1.Quanto à realização do estágio, deve ser intercaladamente ou durante todo o curso.....	78,6	- Consistente

Instrumentos de avaliação do estágio.	2.A partir do relatório do aluno e no local de estágio.....	52,5	- Parcialmte Consistente
Equipe de avaliação do estágio.	1.A avaliação do estágio deve ser realizada por professores da Universidade e Coordenação de estágio.....	52,8	- Consistente

QUADRO 04

SINOPSE DAS INFORMAÇÕES QUE REVELARAM MAIOR FREQUÊNCIA
 - PARTICIPAÇÃO EM/E CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO NA UFAC

ASPECTO INVESTIGADO	ALTERNATIVA DE MAIOR FREQUÊNCIA	% DE SUJEITOS
QP/3.3.3 - Tabela 21	-Professores que têm conhecimento da existência de um órgão coordenador de extensão....	98,7
QP/3.3.3 - Tabela 25	-Docentes que citaram um mínimo de dois projetos de extensão, elaborados por seu Departamento.....	91,2
QP/3.3.3 - Tabela 26	-Docentes que declararam conhecer as atividades de Extensão em que está envolvido seu Departamento.....	89,9
QP/3.3.3 - Tabela 22	-Docentes que declararam saber da existência de um programa geral de extensão universitária na instituição.....	87,4
QP/3.3.3 - Tabela 28	-Docentes que afirmaram que o Departamento a que pertence participa de atividades de extensão.....	87,2

QP/3.3.3 - Tabela 34	-Docentes que assinalaram o estágio curricular como o tipo de estágio exigido na(s) disciplina(s) que leciona.....	83,1
QP/3.3.3 - Tabela 29	-Docentes que afirmaram que seu Departamento participa, encaminhando docentes e/ou discentes para as atividades gerais do programa	78,9
QP/3.3.3 - Tabela 24	-Professores que revelaram que seu departamento elabora projetos de Extensão Universitária.....	78,7
QP/3.3.3 - Tabela 35	-Professores que declararam não ser importante a obrigatoriedade do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m).....	61,3
QP/3.3.3 - Tabela 32	-Professores que afirmaram não saber da existência de Coordenação de Estágio em seu Departamento.....	61,0
QP/3.3.3 - Tabela 19	-Professores que não participaram de atividades de Extensão, no período de janeiro/81 a junho/82.....	59,4
QP/3.3.3 - Tabela 33	-Professores que negaram a existência de estágio na(s) disciplina(s) que leciona(m)...	58,9
QP/3.3.3 - Tabela 23	-Professores que informaram ser o Serviço de Extensão da UFAC, o órgão responsável pelo estabelecimento de diretrizes do programa de extensão universitária da instituição...	55,6

QP/3.3.3 - Tabela 36	-Professores assinalaram que o estágio tem a finalidade de "Treinamento para desenvolvimento de experiências ao educando".....	55,2
QP/3.3.3 - Tabela 30	-Docentes que revelaram não haver participado de atividades empreendidas pelo Campus Avançado de Xapuri(ac).....	50,6
QP/3.3.3 - Tabela 27	-Docentes que enquadraram como Cursos e/ou 'Seminários as atividades de extensão mais realizadas por seu Departamento.....	53,6
QP/3.3.3 - Tabela 20	-De um modo geral, os docentes informaram ser os Cursos e/ou Seminários as atividades que mais participaram na Instituição.....	44,3
QP/3.3.3 - Tabela 31	-Docentes que participaram de cursos e/ou seminários empreendidos pelo Campus Avançado' de Xapuri.....	43,4
QP/3.3.3 - Tabela 37	-Professores que revelaram não ser importante o estágio para a(s) disciplina(s) que leciona(m), por ser(em) ela(s) eminentemente teóricas.....	40,0

PARTE "A"CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DOCENTESQP/ 3.3.1 - TABELA 01

Corpo docente da Universidade Federal do Acre,
segundo a área de formação profissional.

Área de formação profissional	Nº	%
Tecnológica.....	37	23,1
Humanística.....	96	60,0
Biológica.....	25	15,6
Tecnológica/Humanística.....	02	1,3
Humanística/Biológica.....	-	-
Tecnológica/Biológica.....	-	-
Tecnolog/Humanist./Biológica.....	-	-
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 02

Corpo docente da Universidade Federal do Acre,
segundo o nível de formação (titulação)

Nível de formação	Nº	%
Graduação.....	66	41,3
Especialização.....	55	34,4
Mestrado.....	38	23,7
Doutorado.....	01	0,6
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 03

Corpo docente da Universidade Federal do Acre,
segundo Departamento a que pertence.

Departamento	Nº	%
Ciências da saúde, Educação Física e Desportos.....	23	14,4
Ciências Agrar. e Tecnológicas...	22	13,8
Educação.....	22	13,8
Letras.....	20	12,5
Geografia e História.....	17	10,6
Economia.....	14	8,8
Ciências da Natureza.....	13	8,1
Direito.....	12	7,5
Matemática e Estatística.....	10	6,3
Filosofia.....	7	4,4
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 04

Corpo docente da Universidade Federal do Acre,
segundo a categoria funcional.

Categoria funcional	Nº	%
Auxiliar de ensino.....	106	66,3
Assistente.....	26	16,3
Adjunto.....	21	13,1
Colaborador.....	04	2,5
Titular.....	02	1,3
Visitante.....	01	0,6
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 05

Corpo docente da Universidade Federal do Acre, ' segundo o Tempo de Serviço.

Tempo de serviço	Nº	%
até 2 anos.....	39	24,4
+ de 2 — 4 anos.....	60	37,5
+ de 4 — 6 anos.....	24	15,0
+ de 6 — 8 anos.....	13	8,1
+ de 8 — 10 anos.....	11	6,9
mais de 10 anos.....	13	8,1
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 06

Corpo docente da Universidade Federal do Acre, segundo Regime de Trabalho. .

Regime de Trabalho	Nº	%
20 horas.....	46	28,8
40 horas.....	108	67,5
Dedicação Exclusiva.....	03	1,9
Outros.....	03	1,9
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.1 - TABELA 07

Corpo docente da Universidade Federal do Acre,
segundo a Carga-horária de docência semanal.

Carga-horária semanal	Nº	%
até 4 horas.....	38	23,7
+ de 4 — 6 horas.....	34	21,3
+ de 6 — 8 horas.....	29	18,1
+ de 8 — 10 horas.....	21	13,1
+ de 10 — 12 horas.....	14	8,8
mais de 12 horas.....	24	15,0
TOTAL	160	100,0

PARTE "B"CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAQP/ 3.3.2 - TABELA 08

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre conceito de Extensão Universitária.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	11	7,0
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	60	38,2
3 = CONSISTENTE.....	86	54,8
TOTAL(1)	157	100,0

(1) Deixaram de responder a este ítem, 03 docentes

QP/ 3.3.2 - TABELA 09

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a natureza de Extensão Universitária.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	39	24,5
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	45	28,3
3 = CONSISTENTE.....	75	47,2
TOTAL(1)	159	100,0

(1) 01 docente deixou de responder este ítem.

QP/ 3.3.2 - TABELA 10

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a finalidade de Extensão Universitária.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	03	1,9
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	04	2,5
3 = CONSISTENTE.....	153	95,6
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.2 - TABELA 11

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAc, segundo o nível de consistência entre referencial teórico e a sua concepção sobre como se processa a Extensão Universitária.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	-	-
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	82	51,6
3 = CONSISTENTE.....	77	48,4
TOTAL(1)	159	100,0

(1) 01 docente deixou de responder este ítem.

QP/ 3.3.2 - TABELA 12

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAc, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a forma de participação em atividades de extensão.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	3	1,9
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	107	66,9
3 = CONSISTENTE.....	50	31,3
TOTAL	160	100,0

QP/ 3,3,2 - TABELA 13

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFac, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a forma de avaliação da extensão.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	24	15,2
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	42	26,6
3 = CONSISTENTE.....	92	58,2
TOTAL(1)	158	100,0

(1) dois professores deixaram de responder a este ítem

QP/ 3,3,2 - TABELA 14

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFac, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a vinculação do estágio às função de ensino e extensão.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	31	19,6
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	22	13,9
3 = CONSISTENTE.....	105	66,5
TOTAL(1)	158	100,0

(1) dois docentes deixaram de responder a questão

QP/ 3,3,2 - TABELA 15

Distribuição de freqüência das respostas dos do centes da UFAc, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a finalidade do estágio.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	37	23,3
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	77	48,4
3 = CONSISTENTE.....	45	28,3
TOTAL(1)	159	100,0

(1) um docente deixou de responder a questão.

QP/ 3,3,2 - TABELA 16

Distribuição de freqüência das respostas dos do centes da UFAc, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção quanto à realização do estágio.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	27	17,0
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	7	4,4
3 = CONSISTENTE.....	125	78,6
TOTAL(1)	159	100,0

(1) um docente deixou de responder a questão.

QP/ 3.3.2 - TABELA 17

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre instrumentos de avaliação de estágio.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	19	11,9
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	84	52,5
3 = CONSISTENTE.....	57	35,6
TOTAL	160	100,0

QP/ 3.3.2 - TABELA 18

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o nível de consistência entre o referencial teórico e a sua concepção sobre a composição da equipe de avaliação do estágio.

RESPOSTA	Nº	%
1 = INCONSISTENTE.....	4	2,5
2 = PARCIALMENTE CONSISTENTE.....	71	44,7
3 = CONSISTENTE.....	84	52,8
TOTAL(1)	159	100,0

(1) um docente deixou de responder a este ítem.

PARTE "C"

DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES EM EXTENSAO NA UFACQP/ 3.3.3 - TABELA 19

Distribuição de freqüência das respostas dos docentes da UFAC, segundo sua participação em atividades de Extensão, entre o período de janeiro/81 a junho/82.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	63	40,6
NÃO.....	92	59,4
TOTAL(1)	155	100,0

(1) Cinco professores deixaram de responder a questão.

QP / 3.3.3 - TABELA 20

Distribuição de freqüência das respostas dos docentes da UFAC, segundo tipos de atividades da qual participaram, no período de janeiro/81 a junho/82.

RESPOSTA	Nº	%
1. Cursos e/ ou seminários.....	27	44,3
2. Programas de ação comunitária..	3	4,9
3. Prestação de serv.ã comunidade.	14	23,0
4. Cursos e/ou seminários e Progra mas de ação comunitária.....	1	1,6
5. Programas de ação comunitária e Prestação de serv.ã comunidade.	4	6,6
6. Cursos e/ou seminários e Presta ção de serv. ã comunidade.....	6	9,8
7. Cursos e/ou seminários, Progra mas de ação comunitária e Pres tação de serviços ã comunidade.	6	9,8
TOTAL(1) e (2)	61	100,0

- (1) dois docentes não responderam a questão nº 20
 (2) 97 (noventa e sete) docentes não participaram de atividades extensionistas, ou seja responderam negativamente a questão nº 19.

QP/ 3.3.3 - TABELA 21

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento sobre existência de órgão coordenador de Extensão.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	153	98,7
NÃO.....	2	1,3
TOTAL(1)	155	100,0

(1) Cinco professores deixaram de responder a este ítem

QP/ 3.3.3 - TABELA 22

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, sobre a existência de programação geral de extensão universitária.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	132	87,4
NÃO.....	19	12,6
TOTAL(1)	151	100,0

(1) Nove docentes deixaram de responder a questão.

QP/ 3,3,3 - TABELA 23

Distribuição de frequência das respostas dos do centes da UFAc, segundo seu conhecimento de ôrgão res ponsável pelo estabelecimento de diretrizes do progra ma geral de extensão na Instituição.

RESPOSTA	Nº	%
1. Prô-Reitoria de Ensino, <u>Pesqui</u> sa e Extensão.....	59	44,4
2. Serviço de Extensão.....	75	55,6
3. Conselho de Extensão.....	-	-
TOTAL(1)	132	100,0

(1) 28 professores deixaram de responder à questão em referência.

QP/ 3,3,3 - TABELA 24

Distribuição de frequência das respostas dos do centes da UFAc, segundo seu conhecimento sobre elabora ção de projetos de extensão, através do Departamento a que pertence.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	118	78,7
NÃO.....	32	21,3
TOTAL(1)	150	100,0

(1) dez professores deixaram de responder a este ítem.

QP/ 3.3.3 - TABELA 25

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAc, segundo seu conhecimento do mínimo de (dois) projetos de extensão elaborados pelo Departamento a que pertence.

RESPOSTA	Nº	%
Até 02 projetos.....	52	91,2
+ de 02 — 4 projetos.....	5	8,8
TOTAL(1)	57	100,0

(1) 61 professores deixaram de responder a este item e 42 não responderam, ou melhor, responderam negativamente a questão nº 24.

QP/ 3.3.3 - TABELA 26

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAc, segundo seu conhecimento sobre realização de atividades de extensão, pelo Departamento a que pertence.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	142	89,9
NÃO.....	16	10,1
TOTAL(1)	158	100,0

(1) dois professores deixaram de responder a este item

QP/ 3.3.3 - TABELA 27

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento dos tipos de atividades de extensão, desenvolvidas pelo seu Departamento.

RESPOSTA	Nº	%
1. Cursos e/ou seminários.....	76	53,6
2. Progr. de ação comunitária....	8	5,6
3. Prestação de serv. à comunidade	26	18,3
4. Cursos e/ou seminários e Programas de ação comunitária....	5	3,5
5. Programas de ação comunitária e Prest. de serv. à comunidade	-	-
6. Cursos e/ou seminários e Prestação de serviços à comunidade	22	15,5
7. Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prest. de serv. à comunidade..	5	3,5
TOTAL(1)	142	100,0

(1) 18 docentes deixaram de responder à questão nº 26.

QP/ 3.3.3 - TABELA 28

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento sobre a participação de seu Departamento em atividades de extensão.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	136	87,2
NÃO.....	20	12,8
TOTAL(1)	156	100,0

(1) quatro docentes não responderam a este ítem.

QP/ 3.3,3 - TABELA 29

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento da forma de participação de seu Departamento no programa geral de Extensão.

RESPOSTA	Nº	%
-Encaminha docentes e/ou discentes para as atividades gerais do programa.....	112	78,9
-Sugere elementos de conteúdo para o programa geral.....	11	7,7
-Participa do órgão central de extensão.....	19	13,4
TOTAL(1)	142	100,0

(1) dezoito docentes deixaram de responder a esta questão.

QP/3,3,3 - TABELA 30

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu conhecimento e participação em atividades extensionistas desenvolvidas no Campus Avançado de Xapuri(Ac).

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	78	49,4
NÃO.....	80	50,6
TOTAL(1)	158	100,0

(1) dois docentes não responderam este item.

QP/ 3.3.3 - TABELA 31

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFac, segundo o tipo de participação em atividades de extensão no Campus Avançado de Xapuri(Ac).

RESPOSTA	Nº	%
1. Cursos e/ou seminários.....	23	43,4
2. Programas de ação comunitária.	3	5,7
3. Prest. de serv. à comunidade..	11	20,8
4. Cursos e/ou seminários e Programas de ação comunitária....	3	5,7
5. Programas de ação comunitária' e Prest. de serv.à comunidade.	3	5,7
6. Cursos e/ou seminários e Prestação de serv. à comunidade...	7	13,2
7. Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prestação de serv. à comunidade...	3	5,7
TOTAL (1) e (2)	53	100,0

(1) vinte e cinco deles, deixaram de responder a este ítem; (2) oitenta e dois docentes responderam "não" à questão anterior.

QP/ 3.3.3 - TABELA 32

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFac, segundo seu conhecimento sobre a existência de coordenação de Estágio no Departamento a que pertence.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	60	39,0
NÃO.....	94	61,0
TOTAL(1)	158	100,0

(1) Dois docentes não responderam a este ítem.

QP/ 3.3.3 - TABELA 33

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo a exigência de estágio para a (s) disciplina(s) que leciona na instituição.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	65	41,1
NÃO.....	93	58,9
TOTAL(1)	158	100,0

(1) Dois docentes não responderam a este item.

QP/ 3.3.3 - TABELA 34

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo o tipo de estágio exigido na (s) disciplina(s) que leciona na Instituição.

RESPOSTA	Nº	%
CURRICULAR.....	54	83,1
EXTRA-CURRICULAR.....	13	16,9
TOTAL(1) e (2)	65	100,0

(1) Noventa e cinco professores responderam "não" à questão anterior e (2) dois docentes não responderam à questão em pauta.

QP/ 3,3,3 - TABELA 35

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo seu entendimento da importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona na IES.

RESPOSTA	Nº	%
SIM.....	36	38,7
NÃO.....	57	61,3
TOTAL (1 e 2)	93	100,0

(1 e 2) Sessenta e cinco docentes responderam "sim" à questão nº 33 e dois não responderam o item.

QP/ 3,3,3 - TABELA 36

Distribuição de frequência das respostas dos docentes da UFAC, segundo sua justificativa da importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona na IES.

RESPOSTA	Nº	%
1. Treinamento para desenvolvimento de experiência do educando.....	16	55,2
2. Desenvolvimento de pesquisas aplicadas (iniciação científica).....	01	3,4
3. Avaliar desempenho do aluno, com relação às informações teóricas recebidas em sala de aula.....	02	6,9
4. Adquirir ambiência com sala de aula.....	03	10,3
5. Desenvolvimento de pesquisa sob a forma de estágio extra-curricular.	01	3,4
6. Atividades de campo como complementações informações teóricas recebidas pelo aluno.....	04	13,8
7. Possibilitar uma visão crítica da realidade vivenciada p/educando...	01	3,4
8. Estágio extra-curricular compreendido em instituições que efetivam pesquisas de interesse da Geografia (IBGE, As.Planejamento do Estado, etc).....	01	3,4
TOTAL(1)	29	100,0

(1) Sete docentes deixaram de responder a este item, ou seja, não justificaram a importância do estágio para a(s) disciplina(s) que lecionam.

QP/ 3.3.3 - TABELA 37

Distribuição de freqüência das respostas dos docentes da UFAC, segundo sua justificativa a respeito da não importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona na instituição.

RESPOSTA	Nº	%
1. Disciplina Teórica.....	12	40,0
2. Por ser uma disciplina teórica e in- formativa.....	07	23,3
3. Por ser uma disciplina básica, sendo oferecida no início do curso.....	10	33,3
4. Por tratar-se de disciplina, cuja prática já se desenvolve nos laborá- tórios.....	01	3,3
TOTAL (1)	30	100,0

(1) Dos 57 professores que responderam "não" na questão 35, 27 deles deixaram de responder a este ítem.

CORRELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES DA

UFAc E A CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

QP/ 3.3.4 - TABELA 38

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFAc, segundo a área de formação profissional.

Variável	Área de formação profissional	Nº de Casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Universitária.	Tecnológica	37	1,70	0,691	3 e 155	0,999	Não significativo
	Humanística	96	1,51				
	Biológica	25	1,56				
	Tec/Human.	2	1,50				

QP/ 3.3.4 - TABELA 39

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFac, segundo o nível de formação (Titulação)

Variável	Nível de formação (Titul.)	Nº de casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Universitária.	Graduação	66	1,61				
	Especialização	55	1,51	0,393	3 e 155	0,999	Não significativo
	Mestrado	38	1,57				
	Doutorado	1	1,00				

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFAc, segundo o Departamento a que pertence.

Variável	Departamento	Nº de casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Univer <u>s</u> itária.	Ciências da Saúde.....	23	1,52				
	Ciências Agrá <u>r</u> ias.....	22	1,50				
	Educação.....	21	1,52				
	Línguas e Letr. Geografia e	20	1,30				
	História.....	17	1,65	0,866	9 e 149	0,999	Não significativo
	Economia.....	14	1,43				
	Ciências da Na <u>t</u> ureza.....	13	1,85				
	Direito.....	12	1,75				
	Matemática e Estatística...	10	1,80				
	Fil. e Ciências Sociais.....	7	1,57				

QP/ 3.3.4 - TABELA 41

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFac, segundo sua Categoria Funcional.

Variável	Categoria Funcional	Fun	Nº de Casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Universitária.	Colaborador		4	1,75				
	Aux. Ensino		106	1,54				
	Assistente		26	1,64	0,425	5 e 153	0,999	Não significativo
	Adjunto		21	1,52				
	Titular		2	2,00				
	Visitante		1	1,00				

QP/ 3.3.4 - TABELA 42

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFAc, segundo o Tempo de Serviço.

Variável	Tempo de Serviço	Nº de Casos	Médias	F	Gl	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Universitária.	até 2 anos	39	1,58				
	+ de 2 — 4 "	60	1,61				
	+ de 4 — 6 "	24	1,42	0,330	5 e 153	0,999	Não significativo
	+ de 6 — 8 "	13	1,62				
	+ de 8 — 10 "	11	1,55				
	mais de 10 anos	13	1,46				

QP/ 3.3.4 - TABELA 43

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFAC, segundo o Regime de Trabalho.

Variável	Regime de Trabalho	Nº de Casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre	.20 horas	46	1,48				
Extensão Universitária	.40 horas	108	1,57	1,440	3 e 155	0,232	Não significativo
	.Ded. Exclusi.	3	2,33				
	.Outros	3	1,67				

QP/ 3.3.4 - TABELA 44

Escores da concepção sobre Extensão Universitária entre os professores da UFAC, segundo a carga-horária de docência semanal.

Variável	Carga-horária de docência semanal	Nº de Casos	Médias	F	G1	ρ	Interpretação
Concepção sobre Extensão Universitária.	até 4 h/aula	38	1,51				
	+ de 4 — 6 "	34	1,62				
	+ de 6 — 8 "	29	1,48	0,947	5 e 153	0,999	Não significativo
	+ de 8 — 10 "	21	1,76				
	+ de 10— 12 "	14	1,71				
	mais de 12 h/ "	24	1,38				

5. CONCLUSOES E RECOMENDAÇÕES

5.1 - CONCLUSÕES

O presente estudo pretendeu verificar, por intermédio de uma pesquisa de campo, o nível de consistência entre o referencial teórico e a concepção dos professores da UFAC, em exercício no ano de 1982, sobre extensão universitária.

De acordo com os objetivos desta investigação elaborou-se um questionário que abordou: conceituação, natureza, finalidade, processo, forma de participação, forma de avaliação da extensão universitária, assim como elementos que revelassem a participação dos professores em atividades extensionistas promovidas pela UFAC, no período compreendido entre janeiro/81 a junho/82.

Para melhor visualização dos resultados que fundamentam o presente estudo, elaboraram-se os quadros anexos (01, 02, 03 e 04), que juntamente com o elenco de constatações apresentadas nas tabelas 01 a 44 constituirão a base das presentes conclusões.

Na estruturação do presente capítulo, pretende-se adotar a mesma sequência dos objetivos do estudo. Em vista disso, a primeira parte focalizará a Caracterização dos sujeitos (tabelas de número 01 a 07); a segunda abordará a Concepção manifesta

pelos docentes da UFAC sobre Extensão Universitária (Tabelas 08 18); a terceira parte, relaciona-se às Tabelas nº 19 a 37 e versará sobre a participação dos sujeitos em atividades extensionistas elaboradas pela instituição, no período compreendido entre janeiro/81 a junho/82; e o quarto aspecto diz respeito à correlação entre as características dos docentes da UFAC e a concepção sobre Extensão Universitária, assim como as conclusões derivadas da análise inferencial (Tabelas nº 38 a 44).

A análise e discussão dos resultados efetivados no capítulo anterior, permitiu chegar às seguintes conclusões:

1) A Universidade Federal do Acre parece não fugir das demais congêneres brasileiras, no que concerne à área de conhecimentos de predominância em sua atividade-fim: a de humanidades. A influência das faculdades e universidades européias, com cursos de Direito, Pedagogia, Economia etc, fez-se sentir, ao que parece, também na instituição de educação superior acreana. Essa é a conclusão a que levam os resultados obtidos na Tabela 01, que registrou 60% dos docentes da UFAC com formação humanística.

No que se refere ao nível de formação profissional dos docentes da UFAC, constatou-se que 58,7% deles é de pós-graduados, sendo que nesses, há uma predominância dos cursos de pós-graduação em sentido lato. Registrou-se, também, significativa ênfase no resultado relativo à categoria funcional, com 66,3% de Auxiliares de Ensino, sendo esta a categoria inicial para os docentes. Verificou-se, por outro lado, que 61,9% dos docentes pesquisados não possuíam mais de quatro anos de serviço na instituição. Esses dados estão configurados nas Tabelas 2, 4 e 5, respectivamente. Essas tendências, talvez, conduzam à inferência de que a instituição no período de 1978/1979/1980 haja iniciado a execução de um programa de desenvolvimento que incluiu, principalmente, o envio de docentes para pós-graduação e admissão de novos pro-

fessores.

Referentemente ao regime de trabalho dos docentes estudados, pode-se concluir que, mais ou menos, 70% estão em regime de tempo integral na instituição. Por outro lado, verificou-se que 45% dos docentes da UFAc não dá mais do que 6 horas/aula semanais. Esse quadro leva à conclusão de que uma grande parte desses professores não vem exercendo a docência, o que leva, conseqüentemente, à sobrecarga registrada na Tabela 7, de que 15% dos professores ministram mais de 12 horas/aula semanais.

2) O presente trabalho buscou verificar, como já foi enfatizado, o nível de consistência entre as opiniões dos sujeitos pesquisados, sobre a sua concepção de extensão universitária, e o referencial teórico.

A respeito de Conceito, Natureza, Finalidade e Forma de Avaliação, os professores da UFAc parecem inclinados, favoravelmente, aos seguintes entendimentos sobre extensão universitária, ou seja, concebem eles ser a extensão a forma através da qual a IES estende sua área de atendimento de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes do sistema universitário, ou seja, o ensino e a pesquisa (54,8%); a variável que diz respeito à natureza da extensão: através da função-extensão, a universidade estende o ensino e a pesquisa (47,2%); com relação à finalidade, a extensão universitária se dirigindo para as necessidades da região e para a comunidade (95,6%); de maneira geral, a avaliação da extensão se processa em função do desenvolvimento do ensino e da pesquisa na Universidade e os resultados pragmáticos dos mesmos (58,2%). Os dados relativos a essas conclusões acham-se registrados nas tabelas nºs 8, 9, 10 e 13, respectivamente. Os resultados ora apresentados foram considerados, no presente estudo, como consistentes. Como se observa, os percentuais revelados foram expressivos, pelo que é válido concluir-se pela existência de razoável i

dentidade de pontos de vista entre esses sujeitos, em relação ao referencial teórico adotado.

Noutra perspectiva, as variáveis Processo e Forma de Participação foram entendidas por mais da metade dos sujeitos estudados, respectivamente, como a extensão universitária se processando através da ação comunitária e da prestação de serviços (51,6%) e, quanto à forma de participação - o professor universitário dela podendo participar coordenando, supervisionando, orientando programas de extensão e prestando serviços (66,9%). Essas médias foram consideradas pelo estudo como parcialmente consistentes em relação ao referencial teórico (Tabelas 11 e 12).

Com relação ao processamento da extensão universitária é sobretudo evidente que a opinião dos professores da UFac sobre o assunto parece possuir raízes no paternalismo existente na região, em maior ou menor grau, e decorrente das dificuldades peculiares ao Estado.

O Governo estadual é frequentemente chamado a solucionar os mínimos problemas e a população habituou-se a utilizar-se dessa estratégia. Alusões às possibilidades de má interpretação e má compreensão do papel da extensão universitária, bem como da importância da ação comunitária e do perigo de que uma atividade extensionista mal dirigida possa estabelecer laços de dominação da universidade sobre a comunidade, podem ser encontradas em ROCHA(1974, p. 51), SOUZA(1975, p. 1-3) e BLONDY(1972, p. 119).

Embora se constitua o estágio em um instrumento efetivo da prática extensionista, decidiu-se fazer apreciações dos resultados da pesquisa sobre essa matéria, em separado.

Assim, referindo-se à Finalidade do Estágio, os professores da UFac manifestaram-se favoráveis (48,4%) ao entendimento de que a finalidade do estágio é treinar e desenvolver experiências, o que foi considerado parcialmente consistente com

o referencial teórico do estudo.

Por outro lado, pode-se concluir que, com relação às variáveis Vinculação, Realização e Equipe de Avaliação do Estágio, razoável parcela dos professores pesquisados manifestou opiniões consideradas consistentes em relação ao referencial teórico. Esses resultados foram expressados pelas médias de 66,5%, 78,6% e 52,8%, respectivamente.

3) Diante dos resultados detectados pela pesquisa, objetivando verificar a participação dos docentes da UFac, em atividades de extensão universitária, promovidas pela instituição, obteve-se o seguinte quadro:

Relativamente às atividades extensionistas, de um modo geral, 59,4% dos sujeitos pesquisados afirmaram não terem tido qualquer envolvimento com elas, no período de jan/81 a jun/82 (Tabela 19). Considerando-se que o presente estudo teve como população-alvo 81% dos professores da UFac, no pleno exercício de suas funções, é relevante a conclusão a que levam esses dados, de que, embora no pleno exercício de suas funções, repete-se, mesmo assim, esses professores passaram dezoito meses sem participar de qualquer atividade de extensão. Esse comportamento é totalmente desaconselhado pelos teóricos da educação, haja visto que encontramos em GONÇALVES & CASSIMIRO (1980, p. 60), que "...é o docente que se responsabiliza pela ação extensionista do aluno".

O Serviço de Extensão da UFac é o órgão coordenador e programador das atividades extensionistas da instituição. Essa afirmação foi feita pela maioria dos professores pesquisados, conforme se verifica pelos dados das Tabelas 21 e 23. Os professores declararam, também, que têm conhecimento da existência de um programa institucional de extensão (tabela 22).

Os Departamentos da UFac elaboraram projetos de extensão, no que dão conhecimento aos professores neles lotados, os

quais são encaminhados a participar das atividades gerais do programa de extensão.

Os Departamentos da UFAc elaboram projetos de extensão, de cujas atividades seus professores têm conhecimento, tabela 25. Esses Departamentos participam de atividades extensionistas, mediante o encaminhamento de docentes e/ou discentes para as atividades gerais de programas desenvolvidos pela instituição (Tabelas 24, 26 e 29), sendo as modalidades mais frequentemente utilizadas: Cursos e/ou Seminários (Tabela 27).

Mais da metade dos professores pesquisados declarou não conhecer e/ou haver participado de atividades realizadas pelo Campus Avançado de Xapuri, mantido pela UFAc (Tabela 30).

E 61,0% dos sujeitos pesquisados afirmaram não saber da existência de coordenação de estágio em seu Departamento (Tabela 32). Todavia, 83,1% assinalaram o estágio curricular como o tipo exigido para a(s) disciplina(s) que leciona(m), tabela 34. Esses dados levam a duas indagações: 1ª Todos os Departamentos possuem coordenação de estágio ?; 2) Em caso afirmativo, estariam essas coordenações funcionando com a indispensável divulgação e dinamismo ?

A maioria (58,9%) dos professores da UFAc afirmaram que a(s) disciplina(s) que leciona(m) não exige(m) estágio (Tabela 33) e que esse estágio não era importante para essa(s) disciplina(s), por ser(em) ela(s) teórica(s), Tabela 35. Por outro lado, o grupo que entendeu ser o estágio necessário apresentou, com maior incidência, a justificativa de que o estágio é treinamento para desenvolvimento do educando (Tabela 36).

4) Em consonância com o objetivo último deste estudo, que pretendeu verificar, dentre os sujeitos investigados a existência de correlação entre a área de formação profissional, nível de formação (titulação), Departamento a que pertence, cate-

goria funcional, tempo de serviço, regime de trabalho e carga-horária de docência semanal e a concepção desses docentes sobre Extensão Universitária, conclui-se, após a análise dos dados revelados nas tabelas 38 a 44, tanto sob uma ótica individualizada como em conjunto, que os resultados da pesquisa não apresentaram relação significativa entre as características acima citadas e a concepção dos sujeitos pesquisados a respeito de Extensão Universitária.

Nada obstante as conclusões a que se chegou, de que existe razoável identidade de pontos de vista entre os sujeitos pesquisados em relação ao referencial teórico adotado, foram constatadas pela análise das tabelas 08 a 18. Todavia, as variáveis escolhidas para verificação de quais características teriam influenciado nessa "razoável identidade de pontos de vista", foram consideradas "não significativas".

Assim, quais outras variáveis poderiam explicar o fenômeno?

5.2 - RECOMENDAÇÕES

Em função dos objetivos e questões de pesquisa do presente estudo, e tomando-se como referência os resultados revelados e analisados, entendem-se oportunas as recomendações que serão formuladas a seguir.

É bem de ver-se que a comunidade universitária acriana é a destinatária de vanguarda deste trabalho, neste sentido, tema a finalidade também de despertar professores, administradores e alunos para a problemática da extensão e, ao seu lado, do estágio, estimulando o repensar de estruturas e a qualificação adequada

de recursos humanos. Inicialmente, acredita-se válido recomendar verificar se a extensão hoje ainda possui o mesmo "espaço e lugar" na UFac, detectados por esse estudo (JUN/1982).

Finalmente, apresentam-se as seguintes recomendações:

1^a) O reexame da normatização interna da UFac (Resolução nº 55 de 23 de Dezembro de 1976), sobre a relação REGIME DE TRABALHO DOCENTE/HORAS-AULA SEMANAIS/ATIVIDADES EXTRA-SALA/FUNÇÕES BUROCRÁTICAS, com o objetivo de regular clara e definitivamente o assunto. Acredita-se que, desta forma, se evitariam despesas e desgastes desnecessários, bem como anomalias tais como as detectadas nas Tabelas 6, pela qual se verifica que aproximadamente 70% dos professores pesquisados estão sob o regime de tempo integral, e Tabela 7, que nos revela que somente 15% dos professores interrogados são responsáveis por mais de 12 horas/aula semanais, enquanto que 45% deles não dão mais de 6 horas/aula semanais, isso tudo agravado pelo fato que nos revela a Tabela 19, de que 59,4% dos sujeitos pesquisados não tiveram qualquer envolvimento em atividades de extensão universitária, no período de jan/81 a jun/82.

2^a) O presente estudo revelou uma grande maioria (60%) de professores da área humanística sobre os da área tecnológica (23,1%) e da biologia (15,6%), conforme Tabela 01. Considerando a pública e notória vocação agrícola e pecuária da região acreana, desponta uma dúvida sobre a verdadeira característica da UFac, quanto a orientação de seus cursos e, conseqüentemente, a política de pessoal docente. Isso posto, recomenda-se a realização de uma pesquisa a nível de comunidade, com objetivos diversos, principalmente, o de obter dados da opinião sobre este assunto.

3^a) No que concerne ao conceito, natureza, finalidade e forma de avaliação da Extensão, significativo percentual

da população-alvo emitiu opiniões que correspondem à variável entendida pelo estudo como consistente, com base no referencial teórico. Essa é, portanto, uma posição teórica que conduz à idéia de que os professores da UFAc, em sua maioria, estão "certos" , quanto a esses assuntos. Mas, se estão "certos" em relação à teoria, nada se pode garantir em relação à prática, ou seja, na operacionalização dessa teoria. Prosseguindo, quanto ao processo e forma de participação nas atividades extensionistas, a maioria dos professores interrogados revelou entendimentos que foram classificados pelo estudo como parcialmente consistentes, em relação ao referencial. Essa posição, por sua vez, conduz ao pensamento de que eles estariam "parcialmente certos" sobre as questões apontadas. Isso no plano teórico. E na prática ? Como estariam indo as coisas ?.

Quanto à vinculação, realização e equipe de avaliação do estágio, os professores expressaram opiniões e posicionaram-se favoravelmente às alternativas que o estudo considerou como consistente. Por outro lado, no tocante à finalidade e instrumento de avaliação do estágio, os resultados foram classificados como parcialmente consistentes. Para reforçar a posição de coerência entre as opiniões dos professores interrogados e as obtidas no referencial teórico, verificou-se que a média geral das opiniões consideradas consistentes atingiu a 64,81% e as parcialmente consistentes, 54,85%. Assim, diante do exposto, constata-se que não basta a revelação de uma posição teórica, mas também se há uma correspondente na prática, ou seja, à reflexão deve corresponder uma ação idêntica. Desta forma, recomenda-se a realização de pesquisas a nível institucional, de caráter avaliativo das ações dos docentes relacionadas com as atividades extensionistas e de estágio.

4ª) Consoante o que comenta BLONDY(1972, p.120), a

universidade quando realiza atividades extensionistas o faz de modo superior à comunidade, dando a entender que ela tem o conhecimento e à comunidade cabe apenas executar. Essa postura, aliás, reflete uma prática bastante generalizada em que a população raramente é chamada a contribuir com a sua experiência e conhecimentos. Não se deve esquecer que a universidade, juntamente com outras instituições como o governo, a igreja, os sindicatos etc., é um segmento da comunidade e não um órgão superior a ela. Por essas razões, recomenda-se que, na elaboração de projetos extensionistas e na sua execução, sejam respeitados padrões mínimos de comportamento, ajustados culturalmente em relação à sociedade local. Estes pensamentos encontram apoio em GONÇALVES & CASIMIRO (1980, p. 59), onde "a extensão pressupõe, de parte dos departamentos acadêmicos ou de seus agentes, um conhecimento bem amplo da realidade histórico-social da área de trabalho, a fim de que possam agir corretamente, sem criar choques ou incompreensões culturais...".

5ª) Os mesmos autores afirmam, ainda, que "a figura do docente é imprescindível na integração Universidade-Comunidade". Nada mais natural, se se recorda que a universidade é uma criação social. A universidade e seus agentes, sendo que estes são os principais protagonistas do processo educacional. Entretanto, não se pode esquecer que a sociedade, que cria a escola, tem também a competência indelegável de recriá-la e, até, de extinguí-la. Por isso, a comunidade desempenha um papel muito importante e igualmente indelegável de retro-informante e retro-alimentadora do sistema educacional. No caso da UFac, isso parece um tanto ou quanto difícil, senão impossível, se são considerados os dados oferecidos pela Tabela 19, já citada, de que 59,4% dos professores da instituição não tiveram envolvimento com qualquer atividade de extensão. Como saber das mudanças desejadas pela sociedade, se a universidade desde que foi criada enrustiu-se, iso

lou-se entre seus muros, introverteu-se ? É preciso conversar com a comunidade. Uma conversa franca, não de igual para igual, mas de filha com a mãe. De filha que pede conselhos. Isso posto, recomenda-se que, no reexame proposto na 1ª) das presentes recomendações, seja incluída, na normatização resultante desse reexame, uma regulamentação da participação dos docentes e da comunidade em atividades extensionistas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - BERGER, Manfredo. Educação e dependência. 2. ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- 02 - BLONDY, Augusto Salazar. Pedagogia de la nueva universidad. In: Seminários da Universidade centro americana José Si meon Canãs. Anais... s.l., FUPAC, 1972.
- 03 - BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977.
- 04 - _____. Ministério da Educação e Cultura. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975.
- 05 - _____. Ministério da Educação e Cultura. Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades brasileiras e Projeto Rondon. Brasília, 1980.
- 06 - _____. Ministério do Interior. Projeto Rondon. Normas gerais para funcionamento de Campus Avançado. Brasília, s.d.
- 07 - FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.
- 08 - CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- 09 - CONSELHO DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Avaliação da reforma universitária. Brasília, 1972. (Documento apresentado no I Encontro de Reitores).

- 10 - CONSELHO DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. O estudante e o ensino superior. XXIV reunião plenária. Vitória, 1978.
- 11 - CONSELHO DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Extensão universitária. XXIII reunião plenária. Rio Grande do Norte, 1976.
- 12 - DEMO, Pedro. Comentários a partir da ética social e cultural. Brasília, MEC, mimeo, 1981.
- 13 - _____, Pedro. Educação, cultura e política social. Porto Alegre, FEPLAM, 1980.
- 14 - FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Estatuto das universidades brasileiras, decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. In: Universidade e Poder: análise crítica, fundamentos históricos (1930-45). Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- 15 - FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação ?. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 16 - GARCIA, Walter E. Legislação e inovação educacional a partir de 1930. In: Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1980.
- 17 - _____, Walter E. Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento. 3. ed. São Paulo, McGraw - Hill do Brasil, 1981.
- 18 - GUILFORD, J. P. Fundamental statistics in psychology and education. New York, McGraw-Hill, 1965.
- 19 - GUIMARÃES, Moacir Expedito M. Vaz. Universidade e comunidade: integração inadiável. Problemas Brasileiros, 17 (193): 4-11, nov. 1980.
- 20 - GONÇALVES, Newton. Extensão universitária, sua função e perspectivas. Brasília, MEC/DAU, mimeo, 1976.

- 21 - GONÇALVES, Newton. II Seminário sobre extensão universitária. In: Revista do CRUB. Fortaleza, 1972.
- 22 - GONÇALVES, Oliveira Leite & CASSIMIRO, Maria do Rosário. A extensão universitária. Brasil Universitário. São Paulo, 36 (100/4): 56-8, 1980.
- 23 - INSTITUTO EUVALDO LODI. Atuação das entidades colaboradoras em atividades de estágio. Florianópolis, FIESC, mimeo, 1981.
- 24 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Ensino superior. Brasília, 1969.
- 25 - LINHARES, Flávio Q. A extensão universitária: origens e desenvolvimento. Educação, 5 (20) : 56-61, abr./jun. 1976.
- 26 - LEITE, José Alfredo A. Metodologia de elaboração de teses. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- 27 - MARCHETTI, Maria Lujan. Universidade: produção e compromisso. Fortaleza, UFC, 1980.
- 28 - MARTINS FILHO, Antônio. Autonomia das universidades brasileiras. In: Estudos e Debates. Brasília, CRUB, (3) : 20-41, 1980.
- 29 - NIE, Norman H. et alii. SPSS: Statistical package for the social Sciences. New York, 2. ed. McGraw-Hill, 1975.
- 30 - NUNES, Maria Tetis & ROMANELLI, Otaíza O. História da educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 31 - PAVIANI, J. & POZENATO, José C. A universidade em debate. Caxias do Sul, UCS, 1980.
- 32 - ROCHA, Álvaro. Programa de extensão universitária; relatório. Florianópolis, UFSC, mimeo, 1977.
- 33 - ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A extensão universitária face aos programas de estágio. Educação. 6 (22), out./dez., 1976.

- 34 - ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Considerações sobre o planejamento do CRUTAC. Brasília, Editora Universitária, 1974.
- 35 - _____. Estudo sobre a revisão e prosseguimento do projeto CR-II - PT-5. Brasília, 1974. In: _____. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação ?. Fortaleza, UFC, 1983 (Tese de Mestrado).
- 36 - SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1978.
- 37 - SANTAROSA, Lucila M. Costi. Fidedignidade de escalas. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, UFRGS/Curso de Educação, 4 (101-120), jan./jul., 1979.
- 38 - SAVI, Hamilton. Estágio como atividade curricular. In: Uma década de ensino profissionalizante. São Paulo, SENAC, (38-48), 1980.
- 39 - SAVIANI, Dermeval. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista. Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (8) : 73, mar., 1981.
- 40 - SELTZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder/USP, 1975.
- 41 - SILVA, Onofre Lopes da. Crutac e Cincrutac. 2. ed. Natal, Editora Universitária, 1974.
- 42 - SOUZA, Edson Machado de. A extensão universitária e os programas CRUTAC. Brasília, MEC/DAU, mimeo, 1975.
- 43 - SILVA, Onofre Lopes da. Extensão Universitária. Brasil Universitário. São Paulo, 34 (94): 8-15, 1977.
- 44 - SUCUPIRA, Newton. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 37 (85) : 59-69, abr./jun., 1972.

- 45 - TOALDO, Antônio Olindo. Extensão Universitária: a dimensão humana da universidade. Santa Maria, UFSM, 1977.
- 46 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Avaliação da implantação da reforma universitária: universidades federais. Salvador, 1975.
- 47 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Diretrizes gerais do sistema de estágios da UFSC. Florianópolis, mimeo, 1981.
- 48 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Extensão Universitária; documento. Rio Branco, 1981.
- 49 - VAN DALEN, Deobold B. & MYER, William J. Manual de técnicas de la investigación educacional. Buenos Aires, Paidós, 1971.
- 50 - VARELA, Jorge Fernandez. La extension universitaria. Centro de estudios sobre la universidad, coordinacion de humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, enero, 1981.
- 51 - VIANNA, Heraldo Marelim. Testes em educação. 3. ed. São Paulo, IBRASA, 1978.
- 52 - WARDE, Mirian Jorge. Educação e estrutura social: a profissionalização em questão. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977.

ANEXO 1 - INSTRUMENTO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Concentração: Administração Universitária

QUESTIONÁRIO

A CONCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE A EXTENSÃO NA
UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM ESTUDO NA UFAC.

ORIENTADOR: Antônio Niccolò Grillo

MESTRANDO: José Macêdo Bezerra

FLORIANÓPOLIS(SC), ABRIL/1982

Florianópolis(SC), janeiro de 1982

Prezado Professor:

Na condição de aluno do Curso de Mestrado em Administração Universitária e com vistas à elaboração da Dissertação para obtenção do grau de Mestre, que tem, como tema central, a função-extensão, estou realizando, junto ao corpo docente dessa conceituada Instituição de Ensino Superior, uma pesquisa sobre o referido assunto. Os dados obtidos servirão de subsídios à Coordenação de Extensão da UFAC, objetivando à implementação, sistematização e compatibilização da Extensão com as funções de Ensino e Pesquisa.

Assim, a colaboração de Vossa Senhoria no sentido de preencher o presente instrumento é fundamental, uma vez que a figura do docente é imprescindível na integração Universidade-Comunidade.

Certo de que os resultados do presente trabalho representarão benefícios para essa Instituição Universitária e ciente de merecer a atenção de Vossa Senhoria, quanto ao fornecimento dos dados solicitados, agradeço antecipadamente.

José Macêdo Bezerra
Mestrando

INSTRUÇÕES:

1. Este questionário é constituído de três partes, quais sejam: Dados de Identificação, Dados sobre Concepção de Extensão Universitária e Dados sobre atividades de Extensão na Universidade Federal do Acre. Todas devem ser lidas com a maior atenção, a fim de serem efetivamente compreendidas.
2. Após a leitura, responda a cada item, assinalando apenas uma alternativa em cada proposição.
3. Não se esqueça de preencher as questões descri-
tivas.
4. Por favor, não deixe nada sem resposta, pois ca-
da item é de suma importância.
5. A rasura prejudica a compreensão de sua respos-
ta, bem como o tratamento dos dados que será
feito pelo sistema de processamento computadori-
zado.

PARTE "A"DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

P. 1. Coluna 4 - Qual sua área de formação profissional ?

- 1- () Tecnológica
- 2- () Humanística
- 3- () Biológica
- 4- () -1,2- Tecnológica/Humanística
- 5- () -2,3- Humanística/biológica
- 6- () -1,2,3- Tecnol./Humanística/Biológica
- 7- () -1,3- Tecnológica/Biológica

P. 2. Coluna 5,6- Qual o seu Departamento ?

- 01-() Filosofia e Ciências Sociais
- 02-() Direito
- 03-() Geografia e História
- 04-() Matemática e Estatística
- 05-() Ciências da Natureza
- 06-() Ciências da Saúde, Educação Física e Desportos
- 07-() Educação
- 08-() Ciências Agrárias e Tecnológicas
- 09-() Economia
- 10-() Línguas e Letras

P. 3. Coluna 7 - Qua sua titulação ? (Nível de Formação)

- 1- () Graduação
- 2- () Especialização
- 3- () Mestrado
- 4- () Doutorado

P. 4. Coluna 8 - Qual sua categoria funcional dentro da carreira do Magistério ?

- 1- () Colaborador
- 2- () Auxiliar de Ensino
- 3- () Assistente
- 4- () Adjunto
- 5- () Titular
- 6- () Visitante

P. 5. Coluna 9 - Qual seu regime de trabalho ?

- 1- () 20 horas
- 2- () 40 horas
- 3- () Dedicaco Exclusiva
- 4- () Outros

P. 6. Coluna 10 - Há quanto está na universidade ? (em anos)

- 1- () até 2 anos
- 2- () + de 2 —| 4 anos
- 3- () + de 4 —| 6 anos
- 4- () + de 6 —| 8 anos
- 5- () + de 8 —| 10 anos
- 6- () mais de 10 anos

P. 7. Coluna 11 - Qual a carga horária semanal que você leciona ?

- 1- () até 4 horas/aula
- 2- () + de 4 —| 6 horas/aula
- 3- () + de 6 —| 8 horas/aula
- 4- () + de 8 —| 10 horas/aula
- 5- () + de 10 —| 12 horas/aula
- 6- () mais de 12 horas/aula

PARTE "B"

CONCEPÇÃO SOBRE EXTENSAO UNIVERSITARIA

P. 8. Coluna 12 - Dos conceitos abaixo, assinale o que, no seu entendimento, mais se aproxima de Extensão Universitária.

- 3- () Extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações, de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes do sistema universitário, ou seja, o Ensino e a Pesquisa.
- 2- () Extensão universitária é o processo de integração entre universidade e comunidade, processo esse que visa recolher subsídios para a retroalimentação do sistema universitário, de maneira que se atenda às necessidades mais prementes do Estado.
- 1- () Extensão universitária é a forma através da qual a Instituição Universitária estende sua área de atendimento às organizações e populações de um modo geral.

P. 9. Coluna 13 - Através da função-extensão a universidade estende:

- 2- () Seus serviços e cursos
- 3- () O ensino e a pesquisa
- 1- () Seu "Campus" e a própria universidade

P. 10. Coluna 14- A extensão universitária se dirige para:

- 2- () A solução dos problemas governamentais
- 1- () Os egressos da Universidade e para as Empresas
- 3- () As necessidades da Região e para a Comunidade

P. 11. Coluna 15- Na sua opinião, a extensão universitária se processa:

- 3- () Através do oferecimento do Ensino e da Pesquisa
- 2- () Através da ação comunitária e da prestação de serviços
- 1- () Através de administração específica ou de órgãos públicos

P. 12. Coluna 16- O professor universitário pode participar da extensão:

- 1- () Administrando atividades e, por isso, percebendo complementação salarial
- 3- () Desenvolvendo pesquisa e ensinando
- 2- () Coordenando, supervisionando, orientando Programas de Extensão e prestando serviços

P. 13. Coluna 17- De maneira geral a avaliação da extensão se processa em função do:

- 1- () Volume de serviços prestados e nível de atendimento ao mercado de trabalho
- 2- () Número de procura, por parte da comunidade, e por entrevistas junto aos beneficiados
- 3- () Desenvolvimento do ensino e da pesquisa na Universidade e os resultados pragmáticos dos mesmos

P. 14. Coluna 18- O estágio é uma atividade vinculada às funções' de:

- 1- () Ensino e Pesquisa
- 2- () Ensino e Extensão
- 3- () Pesquisa e Extensão

P. 15. Coluna 19- A finalidade do estágio é:

- 3- () Educacional e promoção de feedback para o sistema universitário
- 1- () Avaliar a competência do aluno e oferecer mão-de-obra qualificada
- 2- () Treinar e desenvolver experiências

P. 16. Coluna 20- O estágio deve ser realizado:

- 1- () Após o curso formal, ou a critério do aluno
- 2- () Interrompendo o curso ou no meio dele
- 3- () Intercaladamente ou durante todo o curso

P. 17. Coluna 21 - O estágio deve ser avaliado:

- 1- () Por fichas de acompanhamento e pela frequência
- 3- () Por teste práticos (antes e depois) e por trabalho de conclusão
- 2- () A partir do relatório do aluno e local de estágio

P. 18. Coluna 22 - A avaliação do estágio deve ser feita através:

- 3- () De professores da Universidade e Coordenação de estágio
- 1- () Das Câmaras de Ensino e dos colegas de trabalho
- 2- () Do próprio aluno e por especialistas, no local de Estágio

PARTE "C"

DADOS SOBRE ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

P. 19. Coluna 23 - Você participa e/ou participou de alguma atividade de Extensão Universitária, entre o período de janeiro/81 a junho/82 ?

- 1- () Sim
- 2- () Não

P. 20. Coluna 24 - Em caso afirmativo, indique essa atividade assinalando:

- 1- () Cursos e/ou seminários
- 2- () Programas de ação comunitária
- 3- () Prestação de serviços à comunidade
- 4- () -1,2- Cursos e/ou Seminários e Programas de ação comunitária

- 5- () -2,3- Programas de ação comunitária e
Prestação de serviços à comunidade
- 6- () -1,3- Cursos e/ou seminários e Presta
ção de serviços à comunidade
- 7- () -1,2,3- Cursos e/ou seminários, Progra
mas de ação comunitária e Prestação de
serviços à comunidade

P. 21. Coluna 25 - A Universidade Federal do Acre possui um Órgão,
de Coordenação de Extensão ?

- 1- () Sim
2- () Não

P. 22. Coluna 26 - Existe, na Universidade, um Programa Geral de
Extensão ?

- 1- () Sim
2- () Não

P. 23. Coluna 27 - Em caso afirmativo, que órgão é responsável pe
la fixação do Programa ?

- 1- () Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Ex-
tensão
- 3- () Conselho de Extensão
- 2- () Serviço de Extensão

P. 24. Coluna 28 - Seu Departamento elabora projetos de Extensão
Universitária ?

- 1- () Sim
2- () Não

P. 25. Coluna 29 - Em caso positivo, cite ao menos 02 (dois) des-
ses projetos, elaborados no período de janeiro
de 1981 a junho de 1982.

P. 26. Coluna 30 - O Departamento ao qual está vinculado realiza' atividades de extensão ?

1- () Sim

2- () Não

P. 27. Coluna 31 - Sendo afirmativa a resposta anterior, assinale, enquadrando as atividades nas alternativas a-baixo:

1- () Cursos e/ou seminários

2- () Programas de ação comunitária

3- () Prestação de serviços à comunidade

4- () -1,2- Cursos e/ou seminários e Progra
mas de ação comunitária

5- () -2,3- Programas de ação comunitária e
Prestação de serviços à comunidade

6- () -1,3- Cursos e/ou seminários e Presta-
ção de serviços à comunidade

7- () -1,2,3- Cursos e/ou seminários, Progra
mas de ação comunitária e Prestação de
serviços à comunidade.

P. 28. Coluna 32 - O Departamento ao qual você pertence participa das atividades de extensão ?

1- () Sim

2- () Não

P. 29. Coluna 33 - Em caso de resposta afirmativa, assinale a for-
ma de participação nas alternativas abaixo:

1- () Encaminha docentes e/ou discente para
as atividades gerais do programa

2- () Sugere elementos de conteúdo para o
programa geral

3- () Participa do órgão central de Extensão

P. 30. Coluna 34 - Conhece e/ou já participou de atividades extensionistas no Campus Avançado de Xapuri ?

1- () Sim

2- () Não

P. 31. Coluna 35 - Em caso afirmativo, de que maneira participou de atividades extensionistas empreendidas pelo Campus Avançado de Xapuri ? Cite-as

1- () Cursos e/ou Seminários

2- () Programas de ação comunitária

3- () Prestação de serviços à comunidade

4- () -1,2- Cursos e/ou seminários e Programas de ação comunitária

5- () -2,3- Programas de ação comunitária e Prestação de serv. à comunidade

6- () -1,3- Cursos e/ou seminários e Prestação de serv. à comunidade

7- () -1,2,3- Cursos e/ou seminários, Programas de ação comunitária e Prestação de serviços à comunidade

P. 32. Coluna 36 - Há uma Coordenação de Estágio no seu Departamento ?

1. () Sim

2. () Não

P. 33. Coluna 37 - A(s) disciplina(s) que leciona exige(m) estágio(s) ?

1- () Sim

2- () Não

P. 34. Coluna 38 - Em caso afirmativo, assinale o tipo de estágio:

1- () curricular

2- () extra-curricular

P. 35. Coluna 39 - Sendo sua resposta, da pergunta 33, negativa acha que o estágio obrigatório seria importante para sua(s) disciplina(s) ?

1- () Sim

2- () Não

P. 36. Coluna 40 - Justifique a respeito da importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona, em caso positivo à questão anterior.

P. 37. Coluna 41 - Justifique a respeito da não importância do estágio para a(s) disciplina(s) que leciona, de acordo com a questão nº 35, (em caso negativo).

